



UnB

Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**Desatando nós, desatando-nos: o fim de relações afetivo-sexuais
violentas de mulheres com renda própria e ensino superior**

Ana Livia Rolim Saraiva

Brasília, Distrito Federal

2023

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Ana Livia Rolim Saraiva

**Desatando nós, desatando-nos: o fim de relações afetivo-sexuais
violentas de mulheres com renda própria e ensino superior**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Tânia Mara Campos de Almeida.

Brasília, Distrito Federal

Fevereiro de 2023

Ana Livia Rolim Saraiva

Desatando nós, desatando-nos: o fim de relações afetivo-sexuais violentas de mulheres com renda própria e ensino superior

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Tânia Mara Campos de Almeida.

Data de aprovação: 17/02/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Valeska Zanello (UnB) – Membro Efetivo

Prof^a Dr^a Bruna Cristina Jaquetto Pereira (UCM) – Membro Externo

Prof^a Dr^a Layla Carvalho (UnB) – Suplente

Dedico este trabalho à minha avó, à minha mãe e às minhas tias.

Agradecimentos

Agradecer é um ato de reconhecimento das inúmeras formas de apoio que recebi ao longo desta jornada. Este trabalho é fruto de muitas mãos, um processo do qual muitas pessoas fizeram parte direta e indiretamente. Em primeiro lugar, agradeço imensamente à confiança e às contribuições das interlocutoras, sem as quais esta pesquisa não teria sido possível. Em especial, à minha orientadora, Tânia Mara-vilhosa, que sempre esteve disponível para me auxiliar em cada etapa e colaborando enormemente para o resultado final. Agradeço à banca qualificadora e examinadora pela importantíssima troca acadêmica, pelas sugestões e críticas construtivas. Às professoras com quem tive aula no mestrado do PPGSOL durante a pandemia da Covid-19, que se esforçaram para dar aulas de excelência e que foram sensíveis ao difícil cenário no qual nos encontrávamos. À Gabriela e à Patrícia, do PPGSOL, que me auxiliaram tirando dúvidas e sendo muito solícitas. Às agências de fomento, CNPq e CAPES, pelas bolsas de pesquisa, fundamentais à produção científica e à vida das/os estudantes. Agradeço às autoras e autores que me inspiraram neste trabalho, particularmente à bell hooks, pelo destemor de escrever com honestidade, acuidade e amorosidade. Agradeço profundamente à minha vó Gina, que nos deixou recentemente, por ter sido meu porto seguro, primeira a me ensinar sobre o valor da educação para as mulheres e sobre autocuidado, que para sempre viverá em meu coração. Ao meu avô Paulo, que sempre nos recebeu de portas abertas, com muitos livros e variadas fontes de conhecimento, que também sempre viverá em mim. À minha mãe, pelo exemplo de coragem para viver e de se reinventar, por ser quem é e por acreditar e lutar por um mundo mais igualitário. Ao meu pai, por ter sempre me incentivado a ler e ir além, pelo exemplo de pessoa comprometida com o que faz, pelo senso de justiça e por pensar nos vários lados da mesma moeda. À minha madrastra, pela amorosidade, generosidade e pelas trocas que temos. Às minhas tias, pelas histórias de vida compartilhadas e pelos aprendizados, por serem mulheres fortes, que muito me ensinaram sobre a vida. Aos meus tios, pelas conversas e pelo carinho. Aos meus irmãos e minha irmã, por serem meus grandes parceiros, por estarem sempre lá para mim, tenho sorte por ter vocês. Às minhas amigas e meus amigos, pelo intenso intercâmbio, por terem sido parte da minha rede de apoio. Especialmente, agradeço à Nana, Alê, Rai, Virgílio, Camila, Michel, Maisa e Sofia, por terem sido tão presentes nesta empreitada e me encorajado fortemente. À Sílvia, pelo auxílio emocional, por ter me escutado nos piores momentos e por acreditar no meu potencial. Por fim, agradeço de coração ao meu companheiro, André, pelo apoio cotidiano, pelo carinho amoroso na alma e pela constante busca por uma relação mais justa e equilibrada.

RESUMO

Esta pesquisa dedicou-se a compreender, por meio das histórias de vida de seis mulheres cisgênero com renda própria e ensino superior, os processos de ruptura de suas findas relações afetivo-sexuais heterossexuais violentas. O enfoque deu-se nas formas de violências vivenciadas pelas interlocutoras, nas trajetórias percorridas para saírem desses contextos e em como lidaram com seus efeitos. Para melhor compreender suas realidades, foram realizadas entrevistas com mulheres entre 32 e 36 anos (faixa etária que teve como intenção abarcar o fato de terem passado a adolescência e o início da fase adulta em meio à disseminação da Lei Maria da Penha na sociedade), tendo duas delas se autodeclarado brancas, uma indígena, uma parda, uma preta e uma preta/indígena; três com filha/o e duas residentes em zonas rurais. A abordagem teórica feminista interseccional auxiliou na compreensão de que a violência ocorre em cenários complexos e múltiplos, que precisam ser analisados para além do senso comum, ou seja, das histórias únicas a respeito do tema, que tendem a culpabilizar as vítimas ou considerá-las ignorantes e passivas diante da violência. Qualquer mulher está sujeita a sofrer violência em seus relacionamentos afetivo-sexuais, inclusive aquelas que têm ensino superior e renda própria. A violência psicológica, a exploração do trabalho reprodutivo, assim como a exploração financeira/patrimonial e intelectual estiveram presentes no centro dos relatos das interlocutoras e, periféricamente, outras formas de violência. As narrativas das interlocutoras foram diversas mas, ao mesmo tempo, apresentaram em comum o ataque à autoestima delas e às suas possibilidades de autodeterminação, lhes prejudicando em suas vidas, nas relações consigo mesmas, nas suas carreiras profissionais e acadêmicas. Particularmente, as formas de exploração a que estavam submetidas tiveram um impacto muito negativo nas suas carreiras, na medida em que as fizeram trabalhar muito mais no espaço doméstico, com alto dispêndio de tempo, dinheiro e desgaste emocional. Suas estratégias de ruptura foram diversas, mas todas passaram por um processo que não foi simples e nem linear, de revisão intensa sobre o lugar dos relacionamentos íntimos em suas vidas, uma reestruturação de si, seus projetos e suas esferas afetivas. Processo este favorecido pela inserção delas em redes sociais e de apoio e, também, pelo início do entendimento de que a violência não é exercida apenas fisicamente, com mulheres dependentes financeiramente, sem estudos e sem condições de desenvolvimento profissional/intelectual, o que já é preconizado pela Lei Maria da Penha.

Palavras-chave: histórias de vida; Lei Maria da Penha; interseccionalidade; relações abusivas; mulheres com renda própria e ensino superior.

ABSTRACT

This research aims to understand, through the life stories of six cisgender women with their own income and higher education, the rupture processes of their already finished violent heterosexual affective-sexual relationships. The focus was to highlight the forms of violence experienced by the interlocutors, their trajectories to leave these contexts and how they dealt with their effects. To better comprehend their realities, interviews were made with women aged from 32 to 36 years old (age group that intended to cover the fact that they spent their adolescence and early adult life in the midst of the dissemination of Maria da Penha Law in society). Two of them self-declared themselves as being white, one indigenous, one brown, one black and one black/indigenous; three of them had children and two were residents of rural areas. The intersectional feminist theoretical approach helped to understand that the violence takes place in complex and multiple scenarios that need to be comprehended beyond common sense that provides single stories about them, that tend to blame the victims or to consider them as passive and ignorant in the face of this reality. Any woman could potentially suffer from violence in their affective-sexual relationships, including those who have sources of income and university education. The psychological violence, the exploitation of the reproductive work, as well as the financial/patrimonial and intellectual exploration were present in the center of the interlocutors' reports and peripherally, other forms of violence. Their narratives were diverse but, at the same time, had in common the attack they suffered on their self esteem and on their possibilities of self determination, harming them in their lives, their relations to themselves, their professional and academic careers. Particularly, the forms of exploitation to which they were submitted had a very negative impact on their careers, insofar as they had to spend more time doing domestic work and with high expenditure of time, money and emotional distress. Their rupture strategies were diverse, but all went through a process that was not easy nor linear, of intense reviewing on the place of intimate relationships in their lives, as means of restructuring themselves, their projects and their affective sphere. This process was favored by their insertion in social and support networks and by the initial understanding that violence is not only exercised physically, with women who are financially dependent on their partners, without access to study and in no condition of professional/intellectual development, which is already advocated by the Maria da Penha Law.

Key words: life stories; Maria da Penha Law, intersectionality; abusive relationships; women with their own income and higher education.

(...)

Eu não me vejo na palavra

Fêmea, alvo de caça

Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa

Traçar de novo a estrada

Ver cores nas cinzas

E a vida reinventar

E um homem não me define

Minha casa não me define

Minha carne não me define

Eu sou meu próprio lar

(...)

(Trecho da música “Triste, Louca ou Má”, de Ju Strassacapa)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Perguntas norteadoras e Objetivos	12
Metodologia	13
1. Reflexões sobre a violência contra as mulheres	20
1.1 Panorama atual da violência contra mulheres no Brasil em contexto de relacionamentos afetivo-sexuais	20
1.2 Violência contra mulheres com acesso ao ensino superior	26
1.3 A “vítima ideal”	30
1.4 Os meios de comunicação e as redes digitais	35
1.5 Avanços?	39
2. Apresentação das interlocutoras	44
2.1 Raquel	44
2.2 Joana	47
2.3 Ana	51
2.4 Valentina	53
2.5 Mônica	57
2.6 Maria	61
2.7 Como narraram suas histórias	64
2.8 Sobre a interseccionalidade na pesquisa	68
Quadro 01	73
3. As violências sofridas	77
3.1 Exploração do trabalho reprodutivo e cuidado	77
3.2 A exploração financeira/patrimonial e intelectual	90
3.3 Prejuízos às carreiras acadêmicas e/ou profissionais	99
4. As trajetórias de ruptura: processos de transformação e emancipação	104
4.1 “Juntando as peças”: processos de transformação	104
4.2 “Teias de aranha”: desafios para a ruptura	110
4.3 Construindo caminhos	113
4.4 O “pós”	116
4.5 As entrevistas	122
5. Enfim, histórias múltiplas!	125
BIBLIOGRAFIA	132
Anexo I – Roteiro das entrevistas	145
Anexo II – Roteiro do 2º encontro	147

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa dedicou-se a compreender sociologicamente, por meio das histórias de vida de seis mulheres cisgênero, os processos de ruptura de suas findas relações afetivo-sexuais heterossexuais violentas. Segundo a revisão bibliográfica sobre relacionamentos íntimos violentos, há, pelo menos, duas décadas, tem havido uma mudança no foco de interesse das pesquisas desse campo, advindas principalmente da psicologia, visto que passaram a não se debruçar majoritariamente sobre os motivos pelos quais algumas mulheres permanecem em relações íntimas violentas, mas sim nos fatores que permitem que elas saiam desse contexto (ANDERSON; SANDERS, 2003 *apud* MURTA; PARADA, 2021). Além disso, ainda existe a lacuna de pesquisas com relação ao período pós-separação, já que os termos nem sempre são definitivos e suficientes para gerarem bem-estar nas vítimas (*ibid.*).

Dessa maneira, levando em conta essa lacuna, me debrucei sobre as formas de violências às quais as seis mulheres entrevistadas estavam submetidas, as trajetórias que percorreram para saírem desses contextos e como lidaram com seus efeitos através dos relatos das interlocutoras sobre suas experiências. Adicionalmente, busquei contribuir para o alargamento das possibilidades de identificação de vários tipos de violência contra as mulheres em seus relacionamentos afetivo-sexuais, partindo do entendimento de que todas estamos sujeitas a esse tipo de opressão e de que as maneiras pelas quais essas violências ocorrem estão em constante processo de transformação e adaptação aos diferentes posicionamentos sociais em que nos encontramos.

Também visei problematizar as narrativas patologizantes e culpabilizadoras dessas mulheres que as apontam como vítimas passivas, ignorantes sobre seus próprios direitos, buscando nelas e em seus contextos o “desajuste” motivador da violência. Como afirma a pensadora bell hooks:

Na sociedade patriarcal, mulheres vitimadas por violência masculina têm que pagar um preço por quebrar o silêncio e nomear o problema. Elas têm sido vistas como mulheres caídas, que falharam no seu papel “feminino” de sensibilizar e civilizar a besta no homem. Uma categoria como “mulher agredida” arrisca reforçar essa visão de que a mulher machucada, não somente a vítima de estupro, torna-se um pária social, escanteada, marcada para sempre por essa experiência (2019, p. 188).

Ou seja, ser percebida como uma “mulher agredida”, como vítima de relacionamentos íntimos violentos é uma experiência que leva muitas a sentirem vergonha, como se tivessem fracassado no seu papel enquanto mulher. Além disso, ainda é comum que se justifique a violência contra as mulheres por contextos socioeconômicos precários e que, dessa maneira, a violência é associada à “coisa de pobre”, sobrepondo essa condição à própria violência de gênero. Podemos entender um pouco mais esse cenário pelo fato de a sociedade brasileira ser possuidora de um dos maiores índices de desigualdade socioeconômica do mundo, onde a classe média procura constantemente se diferenciar “das massas” por uma série de comportamentos e valores considerados por ela mesma “superiores”, conforme destaca Jessé Souza (2018).

Ao longo da minha vida escutei as pessoas afirmarem a seguinte frase: “Mas como ela se permitiu viver algo assim? Ela parece tão *empoderada*.” De acordo com essa lógica, seria um demérito individual da própria mulher ser alvo da violência, como uma espécie de “má gestão de si” e conseqüente fracasso individual nos seus relacionamentos afetivo-sexuais. O *empoderamento*, por outro lado, é visto como uma conquista individual daquela que conseguiu superar os obstáculos advindos do seu gênero. Dessa maneira, no neoliberalismo, os conflitos socioeconômicos passam a ser entendidos isoladamente como problemas dos indivíduos que não sabem gerir a si próprios e suas vidas. O conceito de *empoderamento colonizado*, da pesquisadora das relações de gênero Valeska Zanello, ajuda a refletir sobre “formas mais sutis de dominação”, havendo a passagem de um poder repressivo para um poder constitutivo, criando desejos e sentimentos nas próprias mulheres e culpabilizando-as caso sejam consideradas incapazes em relação aos modelos considerados desejáveis (2018, p. 128).

De acordo com essa ideologia, se existe desigualdade na sociedade é porque as pessoas falharam em estabelecer e alcançar as “metas certas”, sendo então consideradas “fracassadas”, e é essa suposta inabilidade que explicaria seus problemas. Nesse sentido, a dimensão social passa por um desmoronamento, já que o indivíduo se consagra cada vez mais nesse cenário (LAVAL; DARDOT, 2016). Também, o hiperinvestimento na vida privada e o “esvaziamento gradual do mundo público” levam ao entendimento de que a violência na esfera dos relacionamentos afetivo-sexuais é apenas uma questão psicológica, deixando as vítimas mais desprotegidas, bem como as investigando em relação às suas ações que “a colocaram na situação vulnerável” e “os mecanismos psíquicos que produziram tal exposição”

(TIMM; PEREIRA; GONTIJO, 2011, p. 249-255). Ou ainda, como argumenta a socióloga Bruna Cristina Jaquetto Pereira em relação à exigência socialmente construída de que as mulheres reajam às situações de violência: “Trata-se de entendimento que se articula ao estímulo para que se busque sair da situação de violência. Porém, ao mesmo tempo, ele está conectado à visão que responsabiliza as mulheres pela situação de violência que estejam vivenciando” (2013, p. 62). De toda a forma, nessas concepções criticadas, caberia à mulher a culpa pelo caráter violento dos relacionamentos íntimos, bem como o fato de permanecerem neles.

A perspectiva presente nesta pesquisa é, pelo contrário, a de que a violência contra as mulheres é estruturante, ocorrendo em todos os contextos sociais e atingindo seus diferentes grupos. Assim, a violência contra as mulheres na esfera íntima dos relacionamentos:

(...) antes de ser um problema individual, privado ou psicológico, é social e político. A permanência no vínculo não é somente um problema do casal ou da passividade da mulher que aceita as agressões do companheiro, mas é um dos elementos que compõe o sistema de crenças que significa os corpos de forma desigual e hierarquizada, produzindo desejos, expectativas e sintomas psíquicos (TIIM, PEREIRA; GONTIJO, *op. cit.*, p. 257).

Se tal problema é social e político, é importante nos debruçar sobre esse fenômeno em profundidade para entender suas múltiplas facetas. A escritora nigeriana Chimamanda Adichie nos ajuda a pensar que os estereótipos – os quais denomina de *histórias únicas* – são incompletos, pois banalizam nossa complexa experiência humana. Para a autora, nós somos o resultado das histórias que contamos: o que e como falamos e o que omitimos. O antídoto para combater esse processo de estreitamento de visão de mundo é ampliar nosso repertório por meio de múltiplas e diversas narrativas que nos ajudem a ter mais perspectivas sobre as pessoas a partir de vários prismas, entender os caminhos para além das dores e das generalizações (ADICHIE, 2019). Inspirada por essa ideia, meu foco residiu nos processos vivenciados pelas diferentes interlocutoras, buscando não encapsulá-las em determinadas experiências que tiveram, mas compreender suas próprias transformações a partir de suas reflexões. Além disso, visei compor uma espécie de mosaico com histórias variadas de mulheres (cisgênero e que viveram relações heterossexuais): negras, indígenas e brancas, que tiveram acesso ao ensino superior e fonte de renda própria, mas em contextos socioeconômicos, étnicos e raciais distintos, traçando, assim, semelhanças e diferenças entre suas realidades e elaborações.

O enfoque étnico-racial foi fundamental para não cometer o erro de acabar fixando uma *história única* para as mulheres. Segundo a antropóloga Lélia Gonzalez, ser mulher negra no Brasil é sofrer uma tripla discriminação, já que “os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (2020, p. 58). A pensadora cita como exemplo dessa hierarquia social entre o grupo de mulheres um velho ditado racista que ainda compõe o imaginário social do país: “Preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar” (*ibid.*, p. 59). Este pensamento reflete a ideologia do embranquecimento, em que as mulheres de pele mais clara são as escolhidas para a relação afetiva e socialmente validada. É também nesse sentido que Zanello argumenta que as mulheres se subjetivam na *prateleira do amor*, legitimando-se enquanto sujeitas a partir da escolha feita por um homem por seus atributos físicos e comportamentais. Essas características femininas desejáveis pela lógica do patriarcado estão baseadas em padrões machistas e racistas, tais como delicadeza, capacidade de cuidar do outro, magreza, padrões de beleza associados à branquidão, entre outros (2015, p. 242).

A socióloga estadunidense Patricia Hill Collins descreve os estereótipos atribuídos às mulheres afro-americanas como *imagens de controle*. Este conceito é fundamental para entender como a injustiça social passa a ser naturalizada, tornando grupos objetificados dentro de uma hierarquia social, percebidos como os “outros”, aquelas/es que são objetos de controle e manipulação, “entidades fundamentalmente diferentes que se relacionam apenas como opostos” (2019, p. 137). Para ela:

De acordo com o culto da verdadeira condição de mulher, associado ao ideal tradicional de família, as mulheres “de verdade” tinham quatro virtudes fundamentais: piedade, pureza, submissão e domesticidade. As mulheres brancas das classes abastadas e da classe média emergente eram encorajadas a aspirar a essas virtudes. As afro-americanas se depararam com um conjunto diferente de imagens de controle (*ibid.*, p. 140).

O que essas *imagens de controle* fazem com as mulheres negras afro-americanas é pretensamente justificar a sua baixa colocação na pirâmide social, atribuindo-lhes a responsabilidade de seu próprio “fracasso” social. Essas imagens são reproduzidas nos mais diversos ambientes, tais como universidades, mídias, agências governamentais, por meio das tecnologias globais como televisão, rádio, cinema e internet, e moldam o imaginário social a respeito das mesmas, inclusive de forma inconsciente (*ibid.*, p. 160-165).

Pensando sobre as realidades das mulheres indígenas, em especial na Bolívia, Julieta Paredes Carvajal descreve a importância de reconhecer o feminismo ocidental como fruto das mulheres de suas próprias sociedades e que, devido à colonização, as teorias feministas ocidentais “convertem-se em hegemônicas no âmbito internacional invisibilizando assim outras realidades e outras contribuições” (2022, p. 29). Bem como, por meio de um “imaginário ético e estético dos corpos”, as mulheres de origem indígena foram qualificadas como “feias, mal-educadas, sujas e mal vestidas”, ainda que seus trabalhos manuais e domésticos tenham beneficiado as mulheres de classe média e alta (*ibid.*, p. 18). Tamikua Txihí, do povo Pataxó, afirma que:

Há tempos que em nossas aldeias indígenas no Brasil temos ouvido falar do feminismo, mas como algo muito distante das nossas comunidades, sempre olhando para a Europa sem mencionar os povos originários e, por isso, nunca nos sentimos dentro dessa luta¹ (*ibid.*, 2020, p. 11).

Os contextos das mulheres são inúmeros e multifacetados, não podendo, assim, haver uma abordagem que alcance a todas da mesma forma. Por isso, foi importante me aprofundar nos estudos de gênero a partir do aporte teórico étnico-racial, buscando autoras que pudessem me auxiliar a compreender esse imenso campo que é o estudo das relações de gênero. Além disso, grande parte das autoras de referência para esta dissertação são mulheres de contextos étnicos, raciais e socioculturais diversos, o que me possibilitou ampliar a leitura de mundo e combater as minhas próprias *histórias únicas*. Também foi importante abordar os processos de subjetivação das mulheres a partir da perspectiva interseccional, cuidando para não generalizar atributos que dependem de outros recortes como raça e classe, dentre outros, e que é fundamental compreender como a tradição patriarcal, já de longa duração, constitui tanto quem sofre a violência quanto quem a pratica.

Gênero nesta pesquisa é entendido de acordo com a perspectiva da antropóloga Rita Laura Segato, pela qual é definido como

uma estrutura de relações, pela qual se fala de todos, enquanto fornece uma grande metáfora de todas as formas de subordinação voluntária, além do que nos permite referir-nos a outras disposições hierárquicas na sociedade, outras formas de sujeição, sejam elas étnicas raciais, regionais ou entre as que se instalam entre os impérios e as nações periféricas² (2003a, p. 56).

¹ (Tradução minha).

² (Tradução minha).

Assim, o conceito de gênero se refere a registros que vão além da noção de “mulher” de forma essencialista, em convergência com outros significantes como raça e classe, por exemplo, que apontam para a experiência comum de subordinação feminina (*ibid.*, p. 68).

O conceito de interseccionalidade, que é aqui também ferramenta, nos auxilia a vislumbrar a complexidade ao abordar essas diferenças tanto no campo das pesquisas quanto na vida cotidiana, compreendendo que os diferentes marcadores não podem ser analisados isoladamente, pois são indissociáveis. Neste trabalho, gênero, raça e classe foram elementos fulcrais escolhidos previamente para a análise interseccional e, ao longo da pesquisa, fatores como a mulher ter ou não filha/o(s) e residir em área rural ou urbana tornaram-se importantes para complexificar ainda mais a abordagem, pois, como apontam Patricia Hill Collins e Sirma Bilge: “(...) a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo” (2021, p. 33).

A escolha por entrevistar mulheres com ensino superior foi um marcador socioeconômico, buscando mostrar que a violência contra as mulheres em contextos de relacionamentos afetivo-sexuais afeta as mulheres de todos os segmentos sociais, inclusive naquela que é tida como o grande “marco civilizacional”: a universidade (ALMEIDA, 2018). Historicamente, o acesso aos mais altos níveis de ensino foi destinado a uma parcela privilegiada da população brasileira, mas esse cenário vem mudando a partir da implementação das políticas de ação afirmativa nas universidades públicas e dos programas de financiamento nas instituições privadas. Por isso, a escolaridade não é um fator que determina isoladamente a classe, principalmente a partir da expansão do seu acesso, garantindo assim “uma das maiores inflexões democráticas na educação brasileira dos últimos 20 anos” (GOMES; SILVA; BRITO, 2021). Além do que, para mulheres e grupos étnico-raciais não-hegemônicos esse espaço de poder ainda é um campo de disputas, onde sofrem inúmeras violências (ALMEIDA; ZANELLO, 2022).

Por conseguinte, levar em conta os diversos elementos que posicionam as várias mulheres de formas distintas na sociedade brasileira possibilita aumentar o leque de histórias a respeito da violência em relacionamentos afetivo-sexuais, combatendo então as *histórias únicas* ainda vigentes e, também, procurando as diferentes histórias contadas a respeito dos diferentes grupos de mulheres. Nesse sentido, o fato das interlocutoras serem ou não mães também foi um dado relevante para o caráter interseccional da pesquisa, já que para as que o

foram no contexto da relação íntima violenta continuou sendo necessário manter contato com os ex's após o término do relacionamento. Nessas circunstâncias, os cuidados compartilhados com a/o filha/o foram um fator de preocupação para as interlocutoras. Ademais, morar em cidade pequena ou área rural também foi um elemento presente na fala das mulheres que retrataram violências específicas por viverem em cidade pequena ou comunidade rural, por lidarem com mais dificuldades para acessar os serviços de denúncia e de apoio.

Em consonância com essa perspectiva, que reconhece a pluralidade de experiências e o perigo da *história única*, realizei uma abordagem complexa, também atenta ao panorama atual brasileiro, em que refleti sobre importantes marcos da sociedade brasileira, como a implantação da Lei nº 11.340 de 2006, conhecida no país como Lei Maria da Penha – LMP – e o processo de maior inserção das populações negra e indígena nas instituições de ensino superior brasileiras a partir da primeira década dos anos 2000 (SARAIVA, 2014; GOMES, SILVA, BRITO, 2021; VIEIRA, ALMEIDA, 2022; SANTOS, 2022), bem como o forte retrocesso em relação aos direitos e políticas sociais no governo de Jair Bolsonaro desde 2018, com cortes de investimentos nos serviços públicos e precarização dos programas de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica (INESC, 2021).

Outra questão fundamental na pesquisa é o que é entendido como violência, considerando que suas terminologias e a mudança de sensibilidade neste âmbito expressam a complexificação dos processos de reconhecimento e de denúncia do fenômeno nos relacionamentos afetivo-sexuais, “ampliando as semânticas e gramáticas políticas” (SOUSA, 2017, p. 9). Como exemplo do relativamente novo repertório de narrativas, já utilizado há algumas décadas, surgem expressões como *gaslighting*, em referência ao filme estadunidense de 1944, baseado na peça de teatro de 1938, “*Gas Light*”, ou “À meia luz”, em português. Na ficção, o marido busca convencer sua esposa e outras pessoas de que ela é louca através da manipulação dissimulada de elementos no ambiente, como as luzes da casa e objetos, para insistir que ela está errada ou não consegue se lembrar do que aconteceu. Sobre esse processo, observa Reif que “[...] por acontecer de maneira mais sutil é mais difícil que a mulher perceba que é vítima até que já se encontre completamente anulada, sem autoestima e insegura. Se logo de cara a vítima leva um tapa, fica muito claro que continuar saindo com aquele cara não é coisa boa, mas o *gaslighting* acontece devagar” (REIF, 2019a).

Portanto, a importância da identificação de violências psicológicas, muitas vezes sutis, é um dos elementos de destaque na presente dissertação e as interlocutoras a apontaram como

fator marcante em suas próprias experiências. A violência psicológica, por sua vez, pode ser entendida como “o fato de uma pessoa adotar atitudes e expressões com o objetivo de humilhar ou negar a forma de ser do outro, além de buscar desestabilizar e ferir o companheiro. Essa forma de violência destina-se a controlar o outro, obter sua submissão e manter-se no poder” (PEDROSA; ZANELLO, 2016, p. 137). Em geral, a violência psicológica permeia todas as formas de violências e, por isso, esse processo de identificação se torna ainda mais complexo, já que os próprios homens são interpelados a objetificarem e realizarem violência psicológica e as mulheres a aceitarem como algo intrínseco aos relacionamentos. Portanto:

Essa objetificação das mulheres é a principal forma de misoginia interpelada nos processos de subjetivação do tornar-se homem (heterossexual) em nosso país. Além disso, ela é marcada pela interseccionalidade de raça, etnia, classe social, formato do corpo e idade; ou seja, coloca mulheres diferentes em lugares distintos dessa objetificação, tornando algumas em meros corpos para uso e/ou dignas de escárnio. Ser capaz de provocar alguma ereção, nem que seja no final da festa ou da noite (sem nenhuma presa alternativa), deveria fazê-la agradecer pela benesse desse homem em “comê-la” (ZANELLO, 2020, p. 98-99).

Nesse sentido, as subjetividades de homens e mulheres são moldadas pela naturalização da violência e da hierarquia entre os gêneros. Algumas das formas pelas quais a violência psicológica pode ocorrer são o controle, o isolamento, o *ciúme patológico*, o assédio, o aviltamento, as humilhações, os atos de intimidação, a indiferença às demandas afetivas e as ameaças. Assim: “O agressor tenta humilhar sua parceira, diminuir sua autoestima, mostrar que ela não tem valor, procura desqualificar sua capacidade intelectual e acusá-la de ter condutas inadequadas” (*ibid.*, p. 138).

Isso posto, o conceito de *violência invisível*, de Segato, é importante para compreender essa forma de dominação, denominada ora psicológica, ora moral, que é a mais eficiente na dominação e intimidação contra as mulheres porque está cotidianamente nas relações de sociabilidade. Constitui, assim, a principal forma de controle e de opressão, estando presente nas demais manifestações de violência e formando a “argamassa” da dominação de gênero. De acordo com a pesquisadora, a eficiência da *violência invisível* deve-se a três fatores:

1) sua disseminação massiva na sociedade, que garante a sua “naturalização” como parte de comportamentos considerados “normais” e “banais” 2) suas raízes em valores morais religiosos e familiares, o que permite a sua justificação 3) a falta de nomes ou outras formas de designação e identificação da conduta, que resulta na

quase impossibilidade de apontá-la e denunciá-la, impedindo assim as suas vítimas de se defenderem e buscarem ajuda (2003b, p. 114-115).³

Portanto, muitas vezes essa forma de violência é validada socialmente como uma série de demonstrações “normais” de afeto, se expressando por meio de ridicularização, coação moral, suspeita, intimidação, condenação da sexualidade, desvalorização cotidiana da mulher como pessoa, de sua personalidade e traços psicológicos, de seu corpo, de suas capacidades intelectuais, de seu trabalho e valor moral, ocorrendo geralmente por gestos, atitudes e olhares, sem que haja, necessariamente, uma explicitação verbal (*ibid.*, p. 115).

Tendo em vista a discussão sobre essa forma *invisível* e hábil de domínio, a violência psicológica recentemente tem ganhado mais destaque na sociedade. Em 2021, foi incluída no Código Penal, pela Lei nº 14.188, como crime passível de reclusão ou multa. Anteriormente, já constava como um dos tipos de violência presentes na LMP, que tipifica as seguintes formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: I- a violência física; II- a violência psicológica; III- a violência sexual; IV- a violência patrimonial e a V- a violência moral (BRASIL, 2006, art. 7). Mesmo que estivesse na legislação desde 2006, o seu reconhecimento jurídico representava um enorme desafio já que a violência psicológica é culturalmente naturalizada, sendo uma das mais difíceis de provar e nomear.

Também é necessário ressaltar que meu interesse por essa temática de pesquisa se deu justamente por ter estado em uma relação afetivo-sexual violenta que me marcou profundamente. Na época, cursava o ensino superior e me considerava feminista, o que não impediu que levasse anos para entender que vivia várias formas de violência, justamente porque fugiam aos estereótipos do senso comum sobre quem é a *vítima* e o *agressor* nesse tipo de situação. Eu, mulher branca, estudante de Ciências Sociais na Universidade de Brasília, de classe média, não conseguia me reconhecer na imagem propagada sobre a mulher que sofre violência doméstica: o olho roxo, a dependência financeira e a desinformação. A partir dessa vivência pessoal, passei a refletir sobre essa problemática de uma forma mais ampla, como as experiências de muitas mulheres não se encaixam nas narrativas com as quais me deparei ao longo da vida sobre a violência em relacionamentos íntimos de afeto. A internet foi um meio importante para que pudesse ter acesso a discussões sobre a violência psicológica, ainda que não tenha conseguido à época encontrar uma abordagem que se aproximasse da minha experiência, somada à dificuldade em estabelecer o limite entre o que

³ (Tradução minha).

seria supostamente “aceitável” e “excessivo” nesse contexto. Ou seja, ainda que tenha tido acesso a discussões sobre relações abusivas, o que me auxiliou no processo de questionamento acerca do que então vivenciava, em geral o foco estava no *ciúme excessivo*, no controle sobre o que a mulher vestia ou como se portava, o que não se aplicava ao meu caso. Por isso, achava difícil me identificar com os relatos de relacionamento abusivo aos quais tinha acesso.

A posição interna ao objeto de estudo por meio de uma experiência pessoal vem sendo amplamente debatida nos estudos de gênero e raça, que criticam o viés dominante em que o fazer acadêmico a partir de uma história de vida da própria pesquisadora é prejudicial à objetividade (PEREIRA, 2019; COLLINS; 2019, HOOKS, 2021). Neste caso, ter tido a experiência “em primeira mão” me influenciou a vislumbrar a necessidade da própria pesquisa, assim como facilitou o acesso e a conversa com as interlocutoras, além da compreensão de muitas nuances e aspectos dessa vivência. Como explica a filósofa feminista Donna Haraway a respeito do conceito de *saberes localizados*:

Não buscamos os saberes comandados pelo falocentrismo (saudades da presença da Palavra única e verdadeira) e pela visão incorpórea, mas aqueles comandados pela visão parcial e pela voz limitada. Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece. O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular (2009, p. 33).

Nesse sentido, estar localizada e ter uma perspectiva parcial são vantagens para a produção acadêmica, já que tornam a discussão e a análise científicas sobre a realidade mais profícuas. Por outro lado, também exigiu buscar uma estratégia metodológica que garantisse um maior “estranhamento” na pesquisa, conforme será explicitado adiante. Gilberto Velho, por sua vez, retrata a necessidade de assumirmos abertamente o caráter de objetividade relativa presente nas pesquisas científicas para que sejamos mais modestas/os na construção dos nossos conhecimentos e, assim, relativizando nossas noções acerca do distanciamento em relação ao objeto de pesquisa, podermos “estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros” (2004, p. 129). Ao passo que também devemos compreender, segundo o mesmo autor, que aquilo que nos é familiar não necessariamente nos é conhecido e, nesse sentido, a experiência pessoal frente ao tema da pesquisa não significa que se conheça o ponto de vista e visão de mundo das/os diferentes atrizes/atores sociais e as características dessas interações sociais de forma mais ampla. Um dos desafios da presente pesquisa foi o

exercício de “estranhar o familiar”, ou como transformar o ordinário em "desconhecido", vale dizer, em algo de dimensão extraordinária. O outro desafio foi não generalizar a minha experiência pessoal para as experiências de outras mulheres e, dessa forma, tive que me deparar também com aquilo que me foi “estranho”, buscando compreendê-lo e ampliar a narrativa fixada da minha própria história, demovendo-a também do lugar de *história única*.

A presente dissertação foi dividida da seguinte forma: no primeiro capítulo, fiz um apanhado do panorama atual da violência contra as mulheres no Brasil, com foco nos relacionamentos afetivo-sexuais. No segundo capítulo, consta uma breve apresentação sobre cada uma das seis interlocutoras, com o objetivo de que a leitura e a aproximação com elas fluam melhor desde o primeiro contato, na dissertação, com as entrevistadas. Também busquei manter as sínteses das suas narrativas mais próximas ao jeito de falar de cada uma, o que impacta a própria pesquisa por meio “do que contam e como contam”. Expressões ou frases próprias e marcantes foram preservadas entre aspas. Já o terceiro capítulo se debruçou sobre os relatos das violências vividas pelas interlocutoras, trazendo as reflexões feitas por elas e por mim, a partir do arcabouço teórico. O quarto e último capítulo analisa as trajetórias de ruptura desses relacionamentos e seus aprendizados, bem como os desafios que as interlocutoras ainda encontram. Por fim, nas considerações finais, proponho respostas para as perguntas orientadoras e os resultados alcançados para os objetivos presentes na pesquisa.

Perguntas norteadoras e Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os processos que viveram na ruptura dos relacionamentos afetivo-sexuais violentos das interlocutoras, seis mulheres de grupos étnico-raciais distintos com renda própria e com acesso ao nível superior de ensino. Considerei, ainda, o contexto da primeira geração que se tornou adulta após a implementação da LMP em 2006, importante marco legal no país. As seguintes perguntas foram utilizadas para orientar a investigação: Quais fatores levaram mulheres com renda própria e com inserção no ensino superior a compreenderem que estavam imersas em relações afetivo-sexuais violentas? Como conseguiram romper com esses contextos? Quais foram as dificuldades e as facilidades por elas encontradas?

Os objetivos específicos, por sua vez, foram:

- 1- Analisar as reflexões das interlocutoras sobre as violências que sofreram em seus relacionamentos íntimos;
- 2- Compreender a violência nas relações afetivo-sexuais através de uma perspectiva interseccional de classe, gênero e raça, além de região de moradia e da presença ou não de filha/o(s) advinda/o(s) das relações em questão;
- 3- Analisar as maneiras pelas quais a discussão sobre equidade de gênero aparece nas narrativas pessoais das interlocutoras, a partir da implementação da LMP e do debate sobre direitos das mulheres dentro e fora da internet;
- 4- Elencar os fatores relacionados à ruptura de relacionamentos íntimos violentos nas experiências das interlocutoras;
- 5- Refletir sobre o panorama social brasileiro, com seus avanços e retrocessos, em relação aos direitos das mulheres.

Metodologia

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas sobre as histórias de vida de seis mulheres cisgênero que viveram relações afetivo-sexuais violentas e que durante esse período tinham renda própria, ou seja, não dependiam financeiramente dos homens⁴, também cisgênero, com os quais se relacionaram e que estavam cursando ou já tinham concluído o ensino superior. Todos os relatos referiram-se a contextos de relacionamentos que duraram alguns anos, seja em relações de namoro, casamento ou, ainda, sem nomenclatura específica.

O quantitativo de seis entrevistas teve a ver com o “ponto de saturação”, quando “não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise” (VINUTO, 2014, p. 203-204). Neste caso, percebi que teria dificuldades em encontrar mais entrevistadas caso fosse necessário partir da minha rede de contatos. Além disso, não teria sido possível aprofundar o contato com as histórias de vida se o número de entrevistadas tivesse sido maior, dado o limite de tempo disponível. Tive que considerar, entretanto, a necessidade de contar com uma variedade de experiências para compor uma teia complexa e diversa do ponto de vista racial, étnico e econômico.

As interlocutoras têm entre 32 e 36 anos, recorte etário que buscou se aproximar da difusão da temática da equidade de gênero a partir da implementação da LMP em 2006 e das discussões sobre direitos das mulheres pelos feminismos, dentro e fora da internet, nas últimas décadas. Assim, a minha hipótese foi de que as mulheres, por meio de conteúdos circulantes nos mais diversos espaços de comunicação, tiveram contato com informações sobre a referida lei e com noções sobre *empoderamento*, *cura*, *rede de apoio* e *relacionamento abusivo*, e que trariam essas ideias em seus discursos, ainda que não utilizando exatamente esses termos, mas outros de concepções similares. Isso porque, na data de promulgação da lei, elas estavam em pleno processo de formação das suas subjetividades e, portanto, fez parte deste contexto certo entendimento sobre os seus direitos enquanto mulheres.

Foram levadas em conta a diversidade nos critérios étnico-raciais e econômicos, a presença ou não de filha/o(s) advindas/o(s) do relacionamento em questão e a região de moradia na pluralidade de contextos das mulheres com as quais realizei a pesquisa. As especificidades no grupo entrevistado relativas aos aspectos supracitados foram investigadas de forma interseccional, como proposto por Collins e Bilge (2021). Para tanto, comparei as

⁴ Existe também a violência em relações homossexuais, mas que não foram aqui abordadas.

respostas entre as interlocutoras, observando diferenças quanto aos mesmos quesitos terem influenciado nas violências que viveram, bem como nas descrições das suas experiências ao longo da vida. O critério para definição de raça se deu a partir da autodeclaração das mesmas, tendo como referência o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵ – IBGE. O de classe, por sua vez, foi considerado a partir da compreensão do sociólogo Jessé Souza, para quem a definição é mais do que o recorte de renda, pois a “classe social é, antes de tudo, reprodução de privilégios, sejam eles positivos ou negativos” (SOUZA, 2018, p. 16).

Portanto, a definição do conceito de classe não se deu de forma simplista, mas levando em conta vários aspectos relativos aos privilégios, dentre eles escolaridade, raça e estrutura econômica familiar. Além disso, optei por utilizar a noção de faixas de renda, conforme roteiro de entrevista em anexo, pedindo para que cada mulher se identificasse a partir de uma classificação prévia e considerando aquilo que ela recebia no momento em que a entrevista foi realizada, estando também atenta à sua situação financeira durante o período relatado e aos aspectos elucidados por Souza. Também é necessário observar que, nos contextos de relações de conjugalidade, as finanças dos casais muitas vezes se misturam e um possível controle financeiro disso decorrente é uma das violências praticadas.

Ademais, foi necessário o recorte de, no mínimo, dois anos de término desde a última relação violenta para que as participantes pudessem ter tempo para elaborar e se afastarem de suas experiências do passado, assim como também já havia mais de dois anos do fim da minha relação violenta ao iniciar a pesquisa. Este espaço de tempo foi escolhido como uma forma de cuidado e de proteção com as interlocutoras, já que para lidar com as marcas negativas advindas desse processo é necessário algum espaço temporal, inclusive para poder revisitá-los através da fala. Ainda mais, como salienta a pesquisadora Ana Maria Brandão: “De uma certa maneira, contar a própria história é uma forma de reviver os eventos que se recorda e é também um re-experimentar os sentimentos e as emoções que lhes estão associados” (2007, p. 2). Assim, esse recorte buscou proteger as mulheres e, também, viabilizar a pesquisa, ou seja, considerou a possibilidade de encontrar participantes dentro da faixa etária escolhida e propiciou um distanciamento para visitar e narrar as suas próprias histórias de modo menos tumultuado, às vezes até confuso e doloroso emocionalmente.

⁵ São considerados os grupos indígena, amarelo, preto, pardo e branco no quesito raça ou cor. Para mais informações, veja: “Cor ou raça”. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em 24/01/2023.

Adicionalmente, esse marcador foi um mecanismo para buscar menor probabilidade de que viessem a se relacionar com os mesmos novamente, dada a alta incidência de términos e reatamentos em relações desse tipo, bem como de novas relações íntimas de caráter violento (MURTA; PARADA, 2021). Esse critério se justifica porque o foco da pesquisa está justamente no processo de transformação, a partir da identificação das violências vividas e da ruptura. Também foi dito às interlocutoras que as entrevistas poderiam ser interrompidas a qualquer momento, caso assim o desejassem, seja por necessitarem de um tempo para lidarem com certas emoções difíceis ou por desistirem de participar da pesquisa, o que na prática acabou não ocorrendo.

Ainda que sejam histórias individuais, a metodologia de histórias de vida revela processos da coletividade onde as entrevistadas estão inseridas a partir da indissociabilidade entre o pessoal, o social e o político. Por isso, são também histórias de uma sociedade, havendo então “coproduções, influências recíprocas permanentes entre a cena psíquica e a cena social.” (GAULEJAC, 2004/2005, p. 69). Permite, assim, a elucidação das motivações pessoais nas estratégias, revelando interações, perdas e ganhos a partir dos seus próprios pontos de vista, bem como da compreensão de processos sociais amplos (PISCITELLI, 1993, p. 154-159). Portanto, não se trata de atribuir um sentido fechado ou único ao que é narrado, já que existem vários sentidos possíveis, mas de compreender os sentidos que os sujeitos dão ao real, a maneira como cada uma conta sua história e, dessa forma, produz a si própria (SILVA *et al.*, 2007, p. 32-33).

Para a teórica mexicana Marcela Lagarde y de los Ríos, as individualidades se fundamentam a partir do processo de construção de autonomia, como pessoas com vidas e sentidos próprios e que repensam a si mesmas, historicizando-se. Por conseguinte, para a autora é preciso “localizar a própria história no espaço histórico que a compreende”⁶ (1997, p. 27). Assim como para a socióloga Ana Maria Brandão, ao se investigar determinado tema por meio do método de histórias de vida, o trabalho de quem investiga dá-se ao estabelecer ligações e lógicas que a própria atriz social não vê, mas que isso só se torna possível ao considerar a trajetória e a história de vida particular de cada pessoa, porque é “à luz destas que é possível dar conta das suas condutas e das suas representações do mundo” (2007, p. 9). Na presente pesquisa, entende-se por trajetória “o processo de configuração de uma experiência

⁶ (Tradução minha).

social singular” e não simplesmente uma sucessão de acontecimentos em uma temporalidade e espacialidade sociais (KOFES, 2001, p. 27).

Adicionalmente, o antropólogo Viveiros de Castro defende que se confie na interlocutora, já que esta não apenas confere à pesquisadora meramente uma opinião, mas que sua perspectiva lhe ensina algo que deve ser utilizado para a compreensão de para que lhe serve a ideia, de quais seus agenciamentos e consequências (2002, p. 136). Dessa forma, as reflexões trazidas pelas interlocutoras são a própria fonte de construção de conhecimento. Assim, nesta pesquisa, foi importante o cuidado para não generalizar as histórias de vida das interlocutoras como representativas das mulheres como um todo e, ao mesmo tempo, não se limitar ao âmbito estritamente individual. Busquei, então, compreender esse fenômeno a partir dos pontos de vista das próprias interlocutoras sobre aquilo que viveram e das reflexões sobre a sociedade em que estamos inseridas, em diálogo com as teorias acadêmicas.

Também foi fundamental atentar para a necessidade de não encaixar as perspectivas das entrevistadas nas categorias que lhes são externas, mas de “compreender os campos semânticos próprios dos agentes” (KOFES, *op. cit.*, p. 25). A partir disso, tornou-se possível a tentativa de trazer contribuições originais, resultante do próprio processo de pesquisa, permitindo traçar novas percepções sobre conceitos e pressupostos presentes na universalização das experiências relativas ao tema em questão (DEBERT, 1986, p. 144-145). De forma que, a partir das múltiplas perspectivas das interlocutoras, o objetivo foi compreender esse processo através de uma abordagem que abarcasse essa complexidade e colocasse em diálogo diferentes histórias e vozes.

A perspectiva metodológica desta pesquisa parte da contribuição dos Estudos Feministas, que, por sua vez, fazem crítica à forma hegemônica de fazer ciência, sexista, supostamente neutra e desinteressada, postulando assim, uma epistemologia própria, feminista (MUNIZ, 2015, p. 319-320) e, também, a emergência da subjetividade enquanto constituidora do objeto de conhecimento (GROSSI, 1992, p. 11). Considera-se, assim, que as entrevistas semiestruturadas com foco nas histórias de vida permitem que emergjam as experiências mais significativas para a pessoa entrevistada, material gerador do próprio conhecimento advindo do encontro estabelecido (CARNEIRO, 2005, p. 160).

De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu, não existe uma história de vida fixa e objetiva, sua configuração muda de acordo com quando se conta, quem conta e para quem se conta, já que é construída a *posteriori*, no próprio contexto de narração. Assim, traçando um

paralelo com o campo literário, argumenta que “Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica” (2006, p. 185). Além disso, ao analisar lógicas e ligações nas narrativas de histórias de vida, conforme destaca a filósofa Judith Butler, existe uma opacidade dos sujeitos que lhes impedem de serem totalmente conhecíveis para os outros e inclusive para si próprias/os, fazendo com que exista sempre algo em nós e sobre nós que não é possível ser narrado – sempre histórias múltiplas, não únicas.

O relato que faço de mim mesma é parcial, assombrado por algo para o qual não posso conceber uma história definitiva. Não posso explicar exatamente por que surgiu dessa maneira, e meus esforços de reconstrução narrativa são sempre submetidos à revisão. Há algo em mim e de mim do qual não posso dar um relato (BUTLER, 2019, p. 54-55).

Portanto, levando em conta que os relatos sobre a nossa trajetória são sempre parciais, mudando de acordo com o tempo e a compreensão sobre aquilo que vivemos, a pesquisa não se ateve aos fatos em si, apesar da sua centralidade nas narrativas, mas buscou compreender a forma como as interlocutoras contaram suas experiências e como se constituíram pelas experiências que viveram a partir de seus discursos no momento da entrevista. Ao mesmo tempo, na condição de pesquisadora, articulei os diversos aspectos e sentidos trazidos pelas mulheres, traçando diferenças e semelhanças em seus discursos.

O procedimento de definição das entrevistadas foi semelhante ao método “bola de neve”, quando se utiliza “informantes-chave” para localizar outras pessoas com o perfil adequado à pesquisa de grupos difíceis de serem estudados, o que, neste caso, ocorre pela imagem negativa vinculada à temática e pela mesma estar relacionada a questões sensíveis às entrevistadas (VINUTO, 2014, p. 203-204). Por isso, entrei em contato com as interlocutoras a partir de indicações de três amigas e um amigo que as conheciam e que sabiam, por meio delas, que estiveram em relacionamentos com o perfil necessário e que os reconheciam enquanto violentos. Uma das entrevistadas não foi indicada por ninguém porque já a conhecia da época de graduação, apesar de não termos sido próximas e nem termos conversado sobre esse tema em particular.

A escolha por indicações de amigas/os também se deveu à necessidade de haver alguma ponte com as entrevistadas que facilitasse a aproximação e a confiança, tendo em vista a dificuldade em compartilhar experiências íntimas de violência. Esse elemento se

mostrou importante, já que a confiança foi central para que se sentissem mais à vontade para falarem de si. Também percebi que, por eu ter vivido uma relação violenta, o estabelecimento de conexão foi favorecido, uma vez que a conversa se deu em tom intimista, onde pairava algum tipo de cumplicidade. Por outro lado, foi importante que não fossem interlocutoras que me conhecessem em profundidade e que tivessem uma imagem formada a meu respeito com relação à temática abordada, porque isso poderia fazer com que houvesse a perda da espontaneidade e surpresa do contato novo. Assim, a partir da relação que foi sendo estabelecida, do vínculo, da confiança e da construção de sentidos, que o método se desenvolveu (SILVA *et al.*, 2007, p. 32). E, conseqüentemente, elas puderam compartilhar e, de certa forma, repassar momentos dolorosos, tristes e tensos.

Antes da entrevista, ocorreu o contato com as mulheres via Whatsapp com o intuito de explicar a pesquisa, conferir se estavam nos recortes preestabelecidos (diversidade étnico-racial, faixa etária, ter tido renda própria durante a relação, acesso ao ensino superior antes ou durante a relação e o período mínimo de 2 anos de término), saber se aceitavam participar e enviar os termos de consentimento. A partir do método da pesquisadora Valérie Ganem, cuja origem está nos seus estudos em psicopatologia e psicodinâmica, e que pode ser caracterizado como uma “entrevista clínica”, houve a realização de uma primeira parte da entrevista, a partir da qual foi redigida sua síntese, para que fosse validada pelas entrevistadas em um segundo momento. Essa metodologia permite formar uma rica base de dados para análise e reflexão (BRASIL *et al.*, 2021, p. 183).

Ainda que este método seja inspirado pela clínica, não pode ser classificado dessa maneira: “Trata-se de uma entrevista verbal, acompanhada pela importante comunicação não verbal, que acompanha a palavra ritmada pelo silêncio. Esse sujeito, na entrevista, não veio pedir um conselho, uma ajuda ou uma terapia” (*ibid*, p. 184). De tal maneira, o objetivo desta pesquisa não foi realizar nenhuma forma de abordagem clínica, mas buscou uma interação sensível, que estivesse atenta às necessidades das interlocutoras, bem como à delicadeza da temática, tentando perceber os sinais de possíveis incômodos durante e após o processo da própria entrevista.

Devido ao contexto da pandemia da Covid-19, as entrevistas foram realizadas virtualmente, para garantir a segurança de todas as envolvidas na pesquisa, no ano de 2021. Isso também possibilitou sua maior abrangência, já que pude entrevistar duas mulheres que residem atualmente em outros estados brasileiros, além do Distrito Federal, onde resido.

Considerarei que a mesma mulher poderia ter vivido mais de uma relação afetivo-sexual violenta, e, nesse caso, ela poderia abordar uma ou tratar de todas que viveu, mas todas as interlocutoras entrevistadas optaram por relatar apenas uma experiência e somente uma delas disse ter vivido mais de um contexto violento nesse sentido, mas optou por relatar apenas o último.

As entrevistas semiestruturadas foram previamente divididas em 9 temas principais, conforme anexo: 1- Dados pessoais (idade, cidade e estado de origem, onde mora atualmente, raça e faixa de renda mensal); 2- Vida antes da relação afetivo-sexual violenta; 3- Como começou o relacionamento em questão?; 4- Quem foi o agressor com quem se relacionou?; 5- Como a violência iniciou e como foi percebendo que estava em uma relação afetivo-sexual violenta?; 6- Quais foram as violências sofridas?; 7- Como se deu o processo de ruptura dessa relação, as dificuldades e as facilidades encontradas?; 8- Vida após o rompimento; 9- Se o fator racial e econômico influenciaram nas violências.

No segundo encontro, conforme o método de Valérie Ganem, pedi para cada uma delas relatar como se sentiu após a primeira entrevista, pude tirar dúvidas pontuais e pedir para que lessem e/ou ouvissem os resumos que eu tinha feito, para que corrigissem ou mudassem algo caso não se sentissem confortáveis ou houvesse erro de compreensão daquilo que foi relatado. Nesse momento, uma das maiores preocupações das interlocutoras foi com a garantia de anonimato, então combinamos juntas de omitirmos alguns aspectos para que suas identidades fossem preservadas. Já havia esse combinado prévio e seus nomes foram substituídos por nomes fictícios, escolhidos pelas próprias participantes. Também houve a omissão dos nomes dos homens com quem se relacionaram, que são referidos sem um nome próprio na pesquisa, e quaisquer outras informações que pudessem identificar as interlocutoras ou os homens com os quais se envolveram, além de não especificar as cidades de origem e onde residem atualmente, assim como os cursos de graduação e pós-graduação que estudaram ou ainda estudam. O retorno às interlocutoras foi uma forma de averiguar se a minha síntese de suas falas foi o que quiseram dizer e também uma estratégia para prevenir que projetasse minhas interpretações nas histórias delas, já que puderam editar alguma parte mal compreendida por mim.

1. Reflexões sobre a violência contra as mulheres

1.1 Panorama atual da violência contra mulheres no Brasil em contexto de relacionamentos afetivo-sexuais

De acordo com o Anuário publicado em 2022 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, com a pandemia da Covid-19 houve uma crescente preocupação com a violência praticada contra meninas e mulheres, que ficaram ainda mais isoladas com seus agressores no ambiente doméstico. A partir desse contexto e a exemplo do que já ocorria em outros países, houve a ampliação dos tipos penais que poderiam ser denunciados de forma *online*, para que o registro de violência doméstica pudesse ser feito sem que se precisasse ir até uma delegacia. Além disso, o relatório apontou queda nos crimes letais cometidos contra mulheres em 2021 em relação ao ano anterior, mas também mostrou o aumento das denúncias de lesão corporal dolosa, de ameaças e das chamadas de emergência para a polícia militar, o 190, no contexto de violência doméstica, bem como das medidas protetivas de urgência solicitadas e concedidas no mesmo ano. Do total de feminicídios, 62% foram de mulheres negras e 81,7% desses assassinatos foram cometidos por companheiros ou ex-companheiros e 14,4% por outros parentes (p. 16).

O Anuário de 2021 do FBSP, que analisou os dados referentes ao ano de 2020, constatou um aumento de 0,7% no número de feminicídios quando comparado aos de 2019. Contabilizou ainda que 74,7% tinham entre 18 e 44 anos, 61,8% eram mulheres negras e 81,5% foram assassinadas por aqueles com quem tinham um relacionamento afetivo-sexual ou com quem já haviam se separado (p. 14). Ou seja, a grande maioria dos casos de feminicídio ocorreu em contextos de relacionamentos afetivo-sexuais. O Atlas da Violência, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, por sua vez, registrou o aumento de 30,7% nos casos de homicídio de mulheres no país durante a década analisada: 2007-2017 (2019, p. 35). Quando se combinou o recorte racial com o de gênero, verificou-se que em números absolutos houve um aumento de 60,5% de homicídios de mulheres negras e 1,7% entre as brancas. Em 2017, do total de mulheres assassinadas no país, 66% eram negras (*ibid.*, p. 38-39). Este dado aponta uma profunda desigualdade na incidência do homicídio contra as mulheres, não sendo especificado quantos destes foram feminicídios. Por isso, levando em conta a enorme quantidade de casos de feminicídios contra mulheres negras, há

uma denominação específica para os casos de feminicídio que é o *femirracídio*, criado com o objetivo de “chamar a atenção para o alto índice de violência contra mulheres negras no Brasil” (NATALE, 2019, p. 264) e ainda “denota a morte de mulheres negras motivada pelo fato de serem mulheres e negras, ou seja, pela sua condição de mulher negra” (*ibid.*, p. 266).

A Lei do Feminicídio, assinada em 2015 pela presidenta Dilma Rousseff, passou a prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio para incluí-lo no rol dos crimes hediondos. Dessa maneira, considera-se que há razões relacionadas à condição de sexo feminino⁷, caracterizando, portanto, o feminicídio, quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015). O *feminicídio íntimo* é o conceito que descreve o assassinato de uma mulher pelo seu parceiro atual ou ex-parceiro íntimo. Na pesquisa “Percepções da população brasileira sobre feminicídio”, realizada pelos Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva em 2021, com o apoio do Fundo Canadá, e que entrevistou 1.503 pessoas em todo o país (1.001 mulheres e 502 homens), 30% da população entrevistada atribuiu a culpa do feminicídio tanto ao homem quanto à mulher pelo desfecho trágico e 3% atribuíram a culpa apenas à mulher. Ou seja, um terço da amostra atribuiu a culpa às mulheres, ainda que parcialmente. Além disso, 57% conhecem uma mulher que já foi vítima de ameaça de morte pelo (ex-) parceiro, enquanto 3 em cada 10 mulheres foram ameaçadas de morte por, pelo menos, um (ex-) companheiro e 37% conhecem uma mulher que sofreu tentativa ou foi vítima de feminicídio íntimo. Enquanto 16% das mulheres já sofreram ao menos uma tentativa de feminicídio íntimo, esse percentual sobe para 18% quando se trata das mulheres negras. Ademais, 79% concordaram que muitos policiais não acreditam na seriedade da denúncia de ameaça e no risco que a mulher corre e 78% consideraram que a Justiça brasileira trata a violência contra as mulheres como um assunto pouco importante. Para 49%, a mulher corre mais risco de sofrer feminicídio quando ela decide terminar a relação. A pesquisa também demonstrou que o termo feminicídio tem sido bem divulgado, já que 90% das pessoas entrevistadas já ouviu falar sobre e sabe o significado do termo (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO E LOCOMOTIVA, 2021). Desta maneira, há a propagação da noção de que os relacionamentos íntimos violentos representam um grande risco para as mulheres, colocando as suas vidas em

⁷ O projeto de lei inicialmente referia-se ao “homicídio contra a mulher por razões de gênero”, mas, devido a pressões conservadoras, passou a constar a expressão “sexo feminino”. Para mais informações, veja: “Mulher trans, Lei Maria da Penha e Feminicídio.” Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-abr-13/ana-beatriz-gomes-mulher-trans-lei-maria-penha-feminicidio>. Acesso em 24/01/2023.

risco e o conhecimento acerca da legislação específica de feminicídio aprovada há alguns anos.

Com a pandemia da Covid-19, no Brasil e em outros países, houve aumento no número de casos de violência doméstica. Houve queda, contudo, dos registros de crimes nas delegacias de polícias, significando dificuldades por parte das mulheres para acessar os serviços públicos e realizar as denúncias. Ademais, o relatório “Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19”, de abril de 2020, também da FBSP, descreve a situação que desde 2017 vem chamando a atenção para a ascensão da violência doméstica no Brasil, com aumento de agressão no ambiente doméstico, de violência sexual e feminicídio em todo o país (p. 4). Na pandemia, particularmente durante os períodos de maior confinamento, as mulheres conviveram mais tempo com seus agressores, tendo sido afetadas pela perda de renda familiar, agravamento das tensões dentro de casa e o maior distanciamento das potenciais redes de proteção (RAUHAUS *et al*, 2020 *apud* FBSP; DATAFOLHA, 2021, p. 9). Em adição, as mulheres brasileiras têm sido mais afetadas economicamente pela crise que o país enfrenta (bem como jovens e negros)⁸, além de terem acumulado mais tempo em atividades de trabalho doméstico e cuidado com filhas/os devido ao fechamento das escolas (*ibid.*, p. 8). Segundo a pesquisa “Desigualdade no mercado de trabalho e pandemia da Covid-19”:

(...) a análise do período 2012-2020 indica que tanto na crise de 2016 quanto na de 2020 (...) os piores indicadores ficaram associados aos grupos mais vulneráveis. (...) as mulheres, os negros e os jovens possuem mais chance de perder ocupação (...) (IPEA, 2021, p. 32).

Ou seja, a desigualdade foi intensificada nos períodos de crise citados, mas essa desigualdade ocorria muito antes da pandemia, principalmente com relação às mulheres negras, que ocupam a base da pirâmide econômica no Brasil, bem como a população negra em geral. Dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE mostram que as mulheres negras (pretas ou pardas) são o grupo social mais atingido pela pobreza: 28,7% da população geral, elas são 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres (2020, p. 67).

⁸ Para mais informações, veja: “A misoginia do Governo Bolsonaro vai para a Justiça”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-12/a-misoginia-do-governo-bolsonaro-vai-parar-na-justica.html>; “Pandemia afetou mais o trabalho de mulheres, jovens e negros”. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2012-pandemia-afetou-mais-o-trabalho-de-mulheres-jovens-e-negros?highlight=WyJtZXJjYWRvIiwJ21lcmNhZG8iLCJtZXJjYWRvJyJd>. Acesso em 24/01/2023.

Com relação aos dados sobre as mulheres indígenas, há uma questão importante a ser considerada, já que em 2020 foram registradas 11 ocorrências de assassinatos de mulheres indígenas com dados disponibilizados por apenas dois estados. Assim, muito provavelmente há grande subnotificação desses casos, já que cada estado conta com uma forma de coleta de informações nos boletins de ocorrência, aparecendo, inclusive, a terminologia “morena” em alguns deles, o que torna muito difícil a identificação dos grupos raciais, ou simplesmente não constando a opção “indígena” (TOZZE, 2021). Por isso, é necessário diferenciarmos o tipo de construção social sobre as mulheres negras e indígenas, que foram alvo do processo de escravidão colonial. Também é preciso acrescentar a esse cenário a perspectiva de que o feminicídio, nesses casos, confunde-se com a própria dominação colonial patriarcal até os dias de hoje. Dessa maneira:

(...) a quantidade exorbitante de feminicídios negros diz respeito a uma sociedade pautada pela efabulação “do outro”, do inimigo racializado, e essa ação violenta tem relação direta com a vontade de fechar as bocas negras que não só exigem direitos no país, como também produzem ciência, arte e política com maestria e são ainda a materialização corpórea da possibilidade de transmissão de cultura e de memórias que os brancos querem apagar historicamente (SILVA, 2020, p. 202-203).

Butler e Spivak afirmam que o Estado é constituído a partir da formação do ideário de nação enquanto singular e homogêneo, o que é necessariamente um processo violento. Assim, aquelas populações que não se encaixam nessa padronização são tidas como minorias indesejadas (2018, p. 64-65). Dessa maneira, há certas vidas que não se qualificam como vidas humanas na homogeneização que o Estado impõe, não sendo consideradas vividas nem perdidas em seu sentido pleno, já que não se conformam às concepções acerca do que é a vida humana, dentro das normas de reconhecibilidade (BUTLER, 2010, p. 13). Nesse sentido, a condição da vida humana é precária, já que todos compartilhamos a experiência da possibilidade de perda da própria vida a qualquer momento e de termos que manter certas condições propícias para que possamos nos desenvolver e nos manter, dependendo assim da teia de interconexões que nos cerca para que possamos continuar existindo (*ibid.*, p. 30-31). Contudo, essa condição precária não é distribuída de maneira inclusiva nas sociedades e, conseqüentemente, as vidas não são todas passíveis de luto, algumas não serão choradas e enlutadas porque não são percebidas como dignas e merecedoras.

Como exemplo de mulher que não foi plenamente reconhecida enquanto tal, bell hooks rememora Sojourner Truth (1797-1883), que foi uma importante abolicionista negra

dos Estados Unidos. Ela ficou conhecida por lutar pelo direito de pessoas negras compartilharem o bonde com pessoas brancas em Washington e por terras para pessoas recém saídas do regime de escravidão que continuaram pobres após o fim da Guerra Civil. Também lutou contra a discriminação racista e sexista, sendo a primeira mulher negra a ganhar um processo contra um homem branco, que vendeu um de seus filhos para uma plantação no sul do país. Em “E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo”, hooks descreve a participação de Truth em um discurso público: “[Truth] se levantou, diante de um grupo organizado de mulheres e homens brancos, em uma reunião antiescravista e mostrou os seios para provar que, de fato, era uma mulher” (2020, p. 251). Em outra ocasião, ela declarou:

Que o homem lá fala que as mulheres precisam de ajuda para subir na carruagem, para passar sobre valas e para ter os melhores lugares (...) e eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! (...) Eu lavei e plantei e juntei os grãos no celeiro e nenhum homem conseguia passar na minha frente – e eu não sou uma mulher? Pari cinco crianças e vi a maioria delas ser vendida para a escravidão, e quando chorei meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu – e eu não sou uma mulher? (*ibid.*, p. 253)

Para compreender a relação aparentemente contraditória entre a criação de leis para a proteção das mulheres em um cenário social em que tem se matado cada vez mais mulheres, vale a pena refletir sobre a perspectiva apresentada por Lélia Gonzalez, que desde a década de 70 tratava sobre a questão das mulheres negras na sociedade brasileira. Em suas palavras, “não podemos deixar de ressaltar que essa forma de universalização abstrata encobre a realidade vivida, e duramente, pela *grande excluída* da modernização conservadora imposta pelos donos do poder do Brasil pós-1964: a mulher negra” (2020, p. 100). Logo, a perspectiva universalizante em relação ao grupo de mulheres, sem recorte algum, não auxilia no processo de compreensão das especificidades que lhes são constituintes e, dessa forma, corrobora para a perpetuação das desigualdades e da violência.

Tem ocorrido disputas tanto no Judiciário quanto no Legislativo e no Executivo a respeito de possíveis alterações na LMP e na Lei do Feminicídio. Algumas dessas mudanças já ocorreram e outras ainda estão em andamento, a partir das demandas de grupos e movimentos sociais, como por exemplo, o reconhecimento para a aplicação da LMP para mulheres transgênero em abril de 2022 pelo Superior Tribunal de Justiça. Cabe notar, também, que tanto o campo político brasileiro quanto o Judiciário são compostos

majoritariamente por homens brancos, cisgêneros e ricos, o que também se reflete nas disputas acerca da própria LMP⁹.

Além disso, sob a presidência de um político de extrema-direita, declaradamente misógino, a condição das vítimas torna-se ainda mais grave, já que o recém-finalizado governo federal enfraqueceu as políticas públicas protetivas com o corte de repasses orçamentários para o combate à violência contra as mulheres. Entre 2015 e 2019, o orçamento do governo federal da Secretaria da Mulher diminuiu de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões¹⁰. As populações negras e indígenas também foram ainda mais agredidas com a perda de direitos e severas ameaças às suas vidas¹¹.

Segundo o relatório de 2021 do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC – denominado “Um país sufocado. Balanço do Orçamento Geral da União 2020”, as políticas voltadas para as mulheres “foram marcadas pela baixa execução e pelo desfinanciamento”, já que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH – deixou de gastar grande parte dos recursos autorizados. Desde 2019, sob a gestão da ministra evangélica fundamentalista Damares Alves, o programa de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres foi substituído pelo “Programa 5034: Proteção à vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos”, o que acarretou um enorme retrocesso na defesa desses direitos:

Além de carregar pautas ideológicas fundamentalistas nas entrelinhas de sua descrição – como a “defesa da vida desde a concepção” –, este programa de tornou um “guarda-chuva” para a execução de ações para diversos públicos: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, LGBTQIAP+, quilombolas e indígenas, além da política de promoção da igualdade racial, que foi completamente

⁹ Para mais informações sobre o tema, veja: “Em decisão inédita, STJ valida aplicação da Lei Maria da Penha para mulheres trans” e “Violenta emoção’ em projeto de Moro abre brecha para absolver o feminicídio?”
Disponíveis em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/05/em-decisao-inedita-stj-valida-aplicacao-da-lei-maria-da-penha-para-mulheres-trans.ghtml> e

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/21/projeto-de-moro-e-criticado-por-facilitar-a-absolver-violencia-contramulher.htm>. Acesso em 24/01/2023.

¹⁰ Para mais informações, veja: “Deputadas criticam corte de recursos para combate à violência contra a mulher”. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/635067-deputadas-criticam-corte-de-recursos-para-combate-a-violencia-contramulher/>. Acesso em 24/01/2023.

¹¹ Para mais informações, veja: “Indígenas recorrem ao STF contra genocídio institucionalizado pelo governo”. Disponível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/07/indigenas-recorrem-ao-stf-contragenocidio-institucionalizado-pelo-governo/>. Acesso em 24/01/2023. Veja também: “ONG brasileira denuncia à ONU extermínio do povo negro na pandemia”. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/ong-brasileira-denuncia-onu-extermínio-do-povo-negro-na-pandemia-24861847>. Acesso em 24/01/2023.

desmontada. A execução do recurso do MMFDH para esses públicos foi de 42,6%, 61,3% e 77,7% nos anos de 2019, 2020 e 2021, respectivamente (2022, p. 88).

A partir do diagnóstico realizado pelo INESC, foram recomendadas as seguintes ações:

1 - aumentar a alocação de recursos, assegurando sua plena execução, para políticas de enfrentamento a violência e promoção da autonomia das mulheres; 2 - Implementar a “Casa da Mulher Brasileira”¹², com participação social, em todos os estados do Brasil; 3- criar ações específicas em outras políticas, com marcadores de gênero em diagnósticos, acesso de beneficiárias e resultados, de modo a mensurar o impacto do gasto na vida das mulheres; 4- identificar o público “mulheres” nas ações orçamentárias das políticas universais para que seja possível realizar o controle social e ampliar a transparência; 5- criar bases de dados com informações de raça/cor, gênero, idade, pessoa com deficiência para que seja possível identificar o alcance do atendimento para mulheres indígenas, quilombolas, jovens, idosas, com deficiência e outros grupos de mulheres em políticas como educação, saúde e assistência social (*ibid.*, p. 95).

Portanto, o corte de verbas reduziu o impacto dessas políticas, que também não foram formuladas para considerar a diversidade entre a população.

1.2 Violência contra mulheres com acesso ao ensino superior

A pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, de 2019, quando comparada à realizada dois anos antes, em 2017, apontou crescimento da violência contra as mulheres com maior grau de escolaridade que ocorre na rua, na internet e no trabalho. A violência doméstica, por sua vez, sofreu queda com o aumento do grau de escolarização (FBSP; DATAFOLHA, 2019, p. 18). O estudo revelou ainda que, dentre as 2.084 mulheres entrevistadas, as que possuem mais alta escolaridade, com ensino médio e superior, reportaram maior vitimização quando comparadas às de baixa escolaridade (*ibid.* p. 13). Este dado, de acordo com a análise que consta na publicação, poderia ser explicado pelo fato de que mulheres com maior instrução formal têm mais acesso ao conhecimento relativo aos diversos tipos de violência, principalmente às *invisíveis*, como a violência psicológica, a

¹² “A Casa da Mulher Brasileira é um equipamento de alta complexidade, criado para oferecer um atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência doméstica. É um serviço que revoluciona o modelo de enfrentamento à violência de gênero, pois integra, amplia e articula todos os serviços do governo oferecidos às mulheres em situação de vulnerabilidade”. Disponível em: <https://www.mulher.df.gov.br/casa-da-mulher-brasileira/>. Acesso em 24/01/23.

moral e o assédio sexual. Dessa maneira: “31,6% das mulheres com ensino superior identificaram com mais facilidade essas violências, com predominância de ofensas verbais (23,3%) e ofensa sexual (12,8%). Estas mesmas mulheres sofreram 0% de ataques com tiro ou esfaqueamento” (*ibid.*, p. 27).

Por outro lado, quando se observa a busca por *redes de apoio*, oficiais (Delegacia da Mulher, Polícia Militar e Disque 180) ou não-oficiais (como família, amigas/os e igreja), por escolaridade da vítima, as mulheres com nível de escolarização mais alto tendem a procurar menos ajuda: dentre as mulheres com ensino fundamental, 47,2% não denunciaram a violência sofrida, dentre as com ensino médio, esse número foi de 50,7%, subindo para 58,6% entre as mulheres com ensino superior (*ibid.*, p. 21). De acordo com o imaginário social e pelos próprios dados apresentados¹³, pode-se inferir que mulheres com alto nível de escolaridade sofreram mais de formas de *violências invisíveis* e que, por isso também, denunciaram menos os casos de violência doméstica, já que até muito recentemente não havia mecanismos instituídos para punir os casos de violência psicológica.

Porém, outros aspectos, como retratados na pesquisa “A violência conjugal contra mulheres das classes médias do município de São Paulo”, apontam a preocupação em manter a condição social para as/os filhas/os, bem como a dependência emocional, sociocultural e financeira das mulheres de classe média (SILVA, 2007, p. 107). Já na pesquisa “Uma gaiola de ouro: violência conjugal contra mulheres das camadas médias de Florianópolis”, de 2012, Gleidismara dos Santos Cardozo retrata que as mulheres entrevistadas afirmaram ter receio de fazer denúncias formais nas delegacias de polícia porque isso faria com que “se iguallassem às pessoas das camadas populares”, tornando seus maridos e elas próprias mal vistos/as socialmente e havendo um prejuízo do convívio social das suas famílias. Dessa forma, como Jessé Souza aponta, a classe média adquire determinados comportamentos com intuito de se distinguir “das massas” (2018). Cardozo considera tal comportamento como “códigos de conduta de classe”:

As mulheres das camadas médias omitem a violência porque aprenderam a não expor sua vida íntima, a não envolver a família em escândalos, e se o fizerem serão desacreditadas, pela posição social que o marido ocupa. Elas estão inseridas em

¹³ Para mais informações, veja: “CPI do Femicídio: mulheres negras e de baixa renda são maioria das vítimas no DF, aponta relatório.” Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/05/03/cpi-do-femicidio-mulheres-negras-e-de-baixa-renda-sao-maioria-das-vitimas-no-df-aponta-relatorio.ghtml>. Último acesso em 24/01/2023.

códigos de conduta de classe que reforçam a hipocrisia em torno da violência velada que ocorre nos lares abastados (*op. cit.*, p. 107).

Assim, em decorrência do posicionamento de classe média abastada, haveria, por um lado, maior facilidade em romper com os relacionamentos íntimos violentos, pelo maior acesso aos recursos financeiros do que em relação às classes baixas, mas também o alto grau de confinamento desses contextos à esfera do lar e às instituições privadas, restringindo a problemática a um âmbito mais individual e não social. Muitas entrevistadas buscaram na terapia a ajuda para conseguirem deixar esses relacionamentos, passando a identificar a situação que viviam, e reestruturarem-se psiquicamente enquanto sujeitas de suas próprias vidas (*ibid.*, p. 116-122).

As mulheres com maior nível de instrução escolar e com renda própria estão sujeitas, portanto, a relações afetivo-sexuais violentas, contrariando as representações que ainda cercam essa forma de violência e que foram anteriormente descritas. A socióloga Tânia Mara de Almeida retrata o contexto conservador e reacionário frente a demandas por igualdade entre os gêneros, citando “uma expressiva quantidade de casos de violência, que têm se apresentado cada vez mais truculentos e cruéis” e que “se revelam em centenas de espaços sociais e sob formas variadas contra a efetivação de novas relações entre homens e mulheres.” A violência contra as mulheres é, assim, “um fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral, física e econômica, tanto em nível micro como macrosociológico” (2014, p. 330).

Além disso, é importante considerar que o recorte de classe média é muito amplo, já que engloba muitos segmentos sociais e faixas de renda diferentes entre si, e que as pesquisas acima citadas não focaram em outras categorias de análise, como os grupos raciais. Dessa forma, no interior do grupo “mulheres de classe média” existem outros recortes, tanto de renda quanto de raça, por exemplo, que alteram significativamente a análise desse contexto. Logo, a suposta igualdade entre cidadãs e cidadãos, baseada no princípio do respeito às diferenças, “não se confirma no que se refere à ordem patriarcal naturalizada em uma longa tradição, ainda mais se pensarmos de modo interseccionado com raça/etnia e classe social” (ALMEIDA, 2016, p. 213-214). Em sua pesquisa com universitárias, Almeida mostra que “a desigualdade e a discriminação de gênero no ensino superior brasileiro se recolocam constantemente e sob diversas formas, explícita e sub-repticiamente” (*ibid.*, p. 214). Esse cenário se desvela em assédio sexual, agressão moral e psicológica, violência sexual,

desqualificação intelectual, coerção, violência física, impedimento de participar de diversas atividades que ocorrem nas universidades por medo de serem violentadas, bem como em trotes misóginos e sexistas (*ibid.*, p. 219).

Portanto, se levarmos em conta as diferenças étnico-raciais dentro do grupo de mulheres que acessam o ensino superior, é importante discernir que as mulheres brancas de classe média e alta urbanas “encontram-se mais próximas das representações de universalização do indivíduo e cientista moderno, sendo consideradas com algum mérito, com possibilidade de ocupar posições secundárias da vida acadêmica” e que o mesmo não ocorre com mulheres indígenas e negras, pois existem as “marcas da alteridade que carregam”, além das dificuldades materiais e sociais para se dedicarem aos estudos e carreira acadêmica (VIEIRA; ALMEIDA. 2022, p. 244-246). A pensadora bell hooks sintetiza bem o tipo de discriminação que as/os estudantes com as “marcas” étnico-raciais vivenciam:

As políticas de dominação, do modo como são praticadas em sala de aula, asseguram que estudantes de grupos marginalizados não apresentem bons resultados. Imagine a loucura que deve ser, para um aluno ou aluna vindo de um grupo explorado e oprimido, dedicar-se a passar pelo sistema educacional com uma força de vontade resistente à exclusão, a fim de cursar a faculdade, e então entrar em um sistema que privilegia a exclusão, que valoriza a subordinação e a obediência como atributos dos vencedores. (...) Naqueles anos de inocência eu não sabia até que ponto a iconografia racista e sexista do corpo feminino negro e da pessoa negra havia imprimido na consciência de muitos professores a noção de que pessoas negras em geral – e mulheres negras em particular – simplesmente não serviam para a educação superior. É óbvio que a violência emocional dirigida a mim pelos professores não era algo que pudesse ser relatado ou documentado. Desprezo, desdém, constrangimento, como todas as formas de abuso psicológico, são difíceis de registrar, sobretudo quando vêm de uma pessoa que tem autoridade, e ainda mais se ela for habilidosa na arte da dissimulação (2021, p. 147-148).

Assim, não é possível fazer uma generalização para abarcar as experiências das mulheres que frequentaram o ensino superior como algo que por si só seja o elemento caracterizador das “mulheres de classe média”, já que essas mulheres possuem trajetórias diversas antes, durante e depois desse acesso. Além do quê, o fato de as mulheres negras serem atualmente maioria no ensino superior público também não se traduziu em transformações profundas nas dinâmicas do mercado de trabalho (ALMEIDA; ZANELLO, 2022).

Levando em consideração esse amplo contexto de opressão, é fundamental compreender as formas pelas quais o machismo, o classismo e o racismo se reatualizam

permanentemente e atuam de maneira combinada e distinta em contextos sociais variados, inclusive naqueles nos quais, pelo senso comum, não se espera que eles ocorram.

1.3 A “vítima ideal”

A LMP é considerada uma das regulamentações mais avançadas do mundo pela Organização das Nações Unidas – ONU, porque foi construída a partir do movimento de mulheres brasileiras organizadas politicamente em parceria com organismos regionais, nacionais e internacionais (UNIFEM, 2010, p. 76 e 85).

No estudo “Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha”, relata-se que:

Em 2000, a Lei nº 2.372, que propunha medidas protetivas para a mulher vítima de violência doméstica – com o afastamento do agressor da habitação – foi totalmente vetada pelo presidente da República (Calazans e Cortes, 2011). Até a sanção da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), os incidentes de violência doméstica eram julgados segundo a Lei nº 9.099/1995, ou seja, como crimes de menor potencial ofensivo, em que nenhuma medida protetiva era oferecida à vítima, ao passo que nos poucos casos em que o perpetrador era condenado, sua pena se reduzia ao pagamento de cestas básicas (Cerqueira *et al.*, 2015, p. 7-8).

Por mais que a LMP tenha sido um marco fundamental na conquista de direitos das mulheres e que hoje se encontre disseminada no senso comum, ainda são inúmeros os desafios para sua implementação. Almeida analisa o contexto atual em que não se utiliza mais a justificativa formal de “crime de honra”¹⁴, como ocorria anteriormente no Brasil, mas sim a argumentação de que a vítima não cumpriria devidamente seus papéis sociais como mãe, esposa, filha e dona de casa de acordo com as expectativas machistas e gendrificadas, havendo então sua revitimização. De tal forma:

(...) nota-se que a ordem tradicional se ressignifica permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas. A “verdadeira vítima” seria idealizada, apenas aquela que cumpre absolutamente com todos os papéis de submissão e desvalorização frente ao homem, sendo dele dependente emocional, social e economicamente (BASTOS; ALMEIDA, 2012 *apud* ALMEIDA, 2020, p. 45).

¹⁴ A tese de “legítima defesa da honra” passou a ser proibida como argumentação jurídica válida em crimes de feminicídio pelo Supremo Tribunal Federal apenas em março de 2021. Para mais informações, veja: “STF proíbe uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio”. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462336&ori=1>. Acesso em 24/01/2023.

Além disso, a socióloga pontua que, ao denunciarem as violências sofridas e recorrerem aos órgãos policiais, muitas mulheres são desqualificadas moralmente e colocadas sob julgamento pelos próprios agentes com adjetivos pejorativos como “pecadoras e diabólicas, sujas e abjetas, mentirosas e sórdidas” (*ibid.*, p. 44). Ou ainda, quando os mesmos “emitem opiniões misóginas, estabelecem protocolos arbitrários (...) a respeito dos comportamentos das mulheres (...) e investigam as condutas femininas” (*ibid.*).

Dessa maneira, tanto no meio policial quanto no judiciário e nos serviços de saúde permanece um imaginário que reforça as ideias machistas acerca das mulheres vítimas de violência por meio de uma lógica familista heteronormativa, devendo a mulher provar ser a “*vítima ideal*” a partir de uma série de comportamentos dentro de um protocolo que visa julgá-la pelos próprios parâmetros da ordem patriarcal. Em sua pesquisa “A palavra da mulher: práticas de produção de verdade nos serviços de aborto legal no Brasil”, Vanessa Dios analisa os discursos de profissionais da saúde que realizam os procedimentos de aborto legal em vítimas de estupro. Para ela:

(...) a mulher deverá apresentar um discurso coerente, lógico, com detalhes sobre a experiência vivida. Deverá ser capaz de mostrar não só que viveu uma violência sexual, mas, também, que a gravidez em curso foi decorrente do estupro. Mas o que parece ser mais importante e decisivo é que, mesmo aprovada em todos esses testes de verdade, a mulher terá ainda de apresentar um discurso que seja entendido pelos serviços como um discurso verdadeiro compatível com o discurso de uma vítima real de violência. Haveria uma espécie de fórmula, de padrão a ser seguido. Um erro de gramática, uma troca de palavras, um esquecimento de data invalidaria não a verdade do que se quer provar, mas a fórmula e o padrão esperados do que se deveria dizer (2016, p. 58-59).

É a partir desses relatos que entra o papel das/os especialistas da área de saúde, principalmente as/os *psi*, pois é essa figura a responsável por atestar a legitimidade do relato sobre a violência sexual vivida por meninas e mulheres que buscam o serviço de abortamento legal. Também espera-se a subjetivação da “*vítima ideal*” por meio de uma história coerente, demonstração de emoções, como o choro e outros sinais de trauma (*ibid.*, p. 67). Nesse sentido, as equipes de saúde adotam práticas periciais para investigar a veracidade ou não dos relatos através da avaliação do corpo físico, exames laboratoriais, ecografias, verificação das datas (da última menstruação e do estupro) e a própria avaliação do relato da mulher ou da menina (*ibid.*, p. 69). É um estado de permanente vigilância em que, mesmo após o procedimento do aborto, o comportamento da vítima é observado e julgado, como atesta o relato de uma das profissionais: “(...) uma mulher, que após ter realizado o procedimento do

aborto, saiu rindo da sala dizendo: ‘olha, deu tudo certo’. (...) Uma pessoa que passa por uma situação dessa está, no mínimo, deprimida, debilitada, aí sai assim...” (*ibid.* p. 71). Isto posto:

A mulher terá de narrar suas histórias para médicos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiras e, em algumas situações, para escrivãs de polícia, delegados, promotores e juízes. A engrenagem dos serviços não oferece uma escuta qualquer – é uma escuta que vai avaliar, julgar, investigar. Porque é isso que se exige dela. A mulher terá de falar de sua dor para ser periciada (*ibid.*, p. 72).

É por meio dessa “economia moral” que diversas/os profissionais da saúde decidem a veracidade ou não dos relatos das mulheres e meninas, pautados pela crença de que o aborto é imoral; estas, sendo culpabilizadas pelas violências que sofreram, passam a ser julgadas pelo “seu modo de vida, seus costumes, sua história.” (*ibid.*, p. 77). Muitas vezes, as/os profissionais julgam que “a verdadeira vítima deve chorar e estar deprimida, deve estar abalada e não pode sorrir, nem se alimentar” (*ibid.*, p. 79).

No judiciário, por sua vez, as famílias sobre as quais há denúncia de violência são submetidas a uma avaliação para que possam ser realinhadas ao suposto “modelo saudável de família”. Para Flávia Bascuñán Timm e Ondina Pena Pereira, existe uma questão a ser debatida na LMP: seu atrelamento à criminologia tradicional, numa tentativa de classificar quais seriam os “sujeitos perigosos”, o que reforça a “relação entre personalidade, desvio e perigo” (2020, p. 101), havendo então, o risco de criminalização da população mais pobre, já que muitos dos acusados mais ricos serão considerados “‘homens de bem’, pois a atividade laboral (trabalho e renda) e afetiva (capacidade de estabelecer laços e relações) pode ser considerada estável pelo judiciário” (*ibid.* p. 99). Tais apontamentos levam as autoras a questionarem: “(...) não será exatamente esse controle exercido pela lei que produzirá, ao longo dos anos, mecanismos mais sofisticados de agressão na esfera íntima, como a violência psicológica, ou até mesmo contribuir ao retorno do silenciamento?” (*ibid.*, p. 100). A ideia central defendida por elas é a de que a vigilância sobre os corpos é mais uma incidência da violência praticada contra as mulheres e as pessoas mais vulneráveis.

Como exemplo de tal violência praticada contra mulheres no judiciário, há o caso da modelo e influenciadora digital Mariana Ferrer, que teve sua vida privada exposta e foi humilhada pelo advogado de defesa do empresário André Camargo de Aranha, acusado de tê-la estuprado em uma festa. O advogado Rosa Filho utilizou fotos dela publicadas nas redes sociais como supostas provas contra Ferrer, alegando: “Peço a Deus que meu filho não

encontre uma mulher como você. Teu ‘showzinho’ você vai dar lá no teu Instagram, para ganhar mais seguidores. Você vive disso.” E, ainda: “Tu trabalhava no café, perdeu o emprego, está com o aluguel atrasado sete meses, era uma desconhecida. É seu ganha-pão a desgraça dos outros.” Mariana, após esses ataques, começou a chorar e, defendendo-se respondeu: “O que é isso? Nem acusado de assassinato é tratado como estou sendo tratada, pelo amor de Deus. Nunca cometi crime contra ninguém.” O então acusado foi absolvido e o juiz alegou em sentença que não havia como provar que ela estivesse alcoolizada e que o empresário soubesse desse fato¹⁵ (MACHADO; MORI, 2020). Esse revoltante episódio demonstra a lógica culpabilizante das vítimas de violências de gênero, sejam elas sexuais e/ou domésticas, em que a vida da mulher é vasculhada e exposta, com supostas provas de que ela seria uma “verdadeira vítima” ou uma “impostora e aproveitadora”, valendo-se da própria cultura machista e patriarcal, em que a roupa da mulher e suas redes sociais são consideradas atestados de “boa” ou “má” conduta e onde as vítimas tornam-se réis. Com relação aos agressores e homicidas, nos casos de violência doméstica, de feminicídio ou de outros crimes cometidos contra mulheres pelo fato de serem mulheres, segundo especialistas da área, os “suspeitos de classe média-alta conseguem se esquivar de penas mais severas, visto que têm maior possibilidade de arcar com advogados que os assistam integralmente” (DIAS, 2021).

De acordo com a lógica machista ainda dominante na sociedade, também caberia à vítima da violência doméstica “reatar a relação afetivo-conjugal, rejeitar o pedido de separação, abdicar da independência econômica e da satisfação do trabalho e do estudo fora de casa, aceitar a agressão como expressão de ciúmes, entre outros” (ALMEIDA, 2020, p. 45). Em resumo:

(...) a violência física, psicológica, patrimonial, moral e sexual está sendo permanentemente reproduzida como uma forma natural de expressão de poder e controle, já que se ancora na violência simbólica disseminada fortemente por linhas religiosas cristãs conservadoras, que ora estão presentes no judiciário de modo explícito ora estão presentes de modo implícito fundamentando decisões de vários/as juízes/as no país (*ibid.*).

Outro caso emblemático, elencado por Almeida, foi o processo aberto pela atriz Luana Piovani, em que o também ator Dado Dolabella foi acusado de agredi-la quando eram namorados. O processo foi posteriormente anulado pelo Juizado Especializado de Violência

¹⁵ Para mais informações, veja: “Caso Mariana Ferrer: desmerecer a vítima é comum em casos de estupro, relatam advogados.” Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54803352>. Acesso em 24/01/2023.

Doméstica e Familiar da 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, sob alegação de que não havia competência para julgar, já que a atriz não era hipossuficiente nem se encontrava em situação de vulnerabilidade. Este caso foi julgado novamente em 2014, pelo Supremo Tribunal Federal, e houve a decisão unânime pela aplicação da LMP (*ibid.*, p. 48). Assim, como argumenta Almeida, o Estado revela-se também como um perpetrador da violência, nutrindo “dinâmicas de superioridade moral e patriarcal, ou seja, violadoras da cidadania plena das mulheres” (*ibid.*, p. 52). Nesse caso, o fato da vítima possuir grande visibilidade social e recursos financeiros a retirariam da condição de “*vítima ideal*”, já que sua imagem de mulher bem-sucedida no campo profissional seria incompatível com a violência praticada na esfera íntima. Ao mesmo tempo em que os casos citados foram importantes para a propagação dessas violências perpetradas no âmbito da Justiça e pelo próprio Estado, também são exemplos de como as situações de violência que geralmente ganham maior destaque, tanto na esfera estatal quanto nos meios de comunicação, ocorreram com mulheres brancas de classe média ou alta.

Além disso, segundo artigo publicado em novembro de 2022 pela deputada federal Jandira Feghali e pela pesquisadora Carmen Hein de Campos, as dificuldades encontradas para aplicação da LMP não se restringem a sua lenta efetivação, mas “referem-se aos entendimentos dos tribunais sobre ‘a violência baseada no gênero’. Tribunais têm reduzido a interpretação deste conceito e deixado de aplicar a lei em inúmeras situações (...)”. Dessa maneira, o Superior Tribunal de Justiça interpretou a LMP no sentido de restringi-la, alegando que “não é suficiente que a violência seja praticada contra a mulher e numa relação familiar, doméstica ou de afetividade, mas também há necessidade de demonstração da sua situação de vulnerabilidade ou hipossuficiência, numa perspectiva de gênero” (FEGHALI; CAMPOS, 2022). Consequentemente, a lei tem deixado de ser aplicada em casos que envolvem: conflitos sobre guarda das/os filhas/os, violência de irmão contra irmã, de neto contra avó, conflitos patrimoniais e nos casos em que o agressor estava sob efeito de álcool ou drogas ilícitas no momento da agressão, entre outros casos (*ibid.*).

1.4 Os meios de comunicação e as redes digitais

Segundo Segato (2016), o processo da *pedagogia da crueldade* perpetuado através de diversos meios de comunicação em massa está ainda mais presente na atual fase do *capitalismo de rapina*, na qual vivemos uma intensificação dos processos de exploração e de dominação. De modo que, além do aumento no número de casos há também uma publicização e gozo com a imagem pública do corpo feminizado violentado. Referindo-se à maneira pela qual os casos de violência sexual são geralmente veiculados nos meios de comunicação, com o intuito de moralizar o abuso e de questionar a vítima, insinuando a dúvida de se ela realmente é “boa” e “pura”, a autora chama a atenção de que existe uma espetacularização da violência contra as mulheres, já que a grande quantidade de imagens contendo agressões, mutilações e assassinatos brutais é repetidamente mostrada.

Debruçando-nos um pouco mais sobre essa temática, o Observatorio de Medios, Comunicación y Género, da Universidade de La Plata na Argentina, pontuou três eixos discursivos pelos quais o corpo da mulher é narrado pelo discurso jornalístico nos meios de comunicação: 1) Discurso naturalista – a procriação da mulher é exaltada como símbolo máximo de sua realização pessoal e função social, sendo bastante utilizado nas discussões sobre despenalização e legalização do aborto; 2) Discurso político – o corpo da mulher é objeto de controle e de disputas do cenário público, deixando de ser tratado como território pessoal de sujeitos autônomos; 3) Discurso objetificante – o corpo feminino erotizado como alvo de desejo para os homens (CREMONA; ACTIS; ROSALES; 2013. p. 6). Para as autoras:

A violência contra as mulheres é um fenômeno multicausal, que atravessa as tramas da cultura, os imaginários coletivos, as práticas sociais cotidianas, os discursos públicos que insistem em perpetuar o sentido comum que afirma que “ela deve ter feito algo”, “ela o provocou” ou “foi um crime por amor”. Os meios – e em um sentido mais amplo a cultura – reforçam esta violência como algo natural, em uma reatualização permanente de imagens, enfoques, explicações que legitimam a violência¹⁶ (*ibid*, p. 8).

Cremona, Actis e Rosales se coadunam, desta maneira, com a perspectiva de que a violência contra as mulheres é fruto de uma sociedade que cotidianamente lhes agride, não como um acidente ou uma fuga à norma, mas ao contrário, como algo diretamente associado à

¹⁶ (Tradução minha).

maneira pela qual a própria violência é naturalizada. Ao analisarem os estereótipos das mulheres vítimas de feminicídio retratados por grandes veículos de comunicação na Argentina no ano de 2011, constataram que existem determinadas visões sobre classe social, posição econômica e educação que se apresentam das seguintes formas: as mulheres aparecem como vítimas despersonalizadas, tendo suas histórias de vida invisibilizadas; alguns aspectos das suas identidades que aparecem com maior frequência referem-se a dados sobre sua condição socioeconômica (em geral as mais ricas), seu pertencimento a determinado grupo etário (as mais jovens) e suas funções sociais (mães ou estudantes); os casos mais retratados pela mídia são os das mulheres de classe média-alta.

De forma similar ao que ocorre nos casos de violência doméstica e/ou sexual, existem *imagens de controle*, pensando a partir do conceito de Collins e que retrata os estereótipos com relação às mulheres afro-estadunidenses, as mulheres negras e indígenas no Brasil são vistas como inadequadas para cumprirem os papéis “ideais” de gênero. Pode-se estabelecer uma conexão com os casos das mulheres vítimas de feminicídio que lhes atribuem disfuncionalidade, tais como: características transgressoras de sua personalidade que fariam entender as razões de seu assassinato; alguém que buscou seu destino trágico com seu comportamento; a presumida infidelidade da vítima, descrita como alguém que se vestia ou se portava de maneira provocativa; ênfase em problemas psicológicos, com suposta tendência à depressão ou suicídio. Em relação às noções jurídico-sociais, destacam-se o ato violento descrito como “passional”, expressando presunção de legitimidade de quem o exerce, e tratamento dos casos de feminicídio como fatos isolados e sem conexão entre si. Assim, os critérios de noticiabilidade exigem morte e sangue, sendo muito difícil encontrar casos que noticiem mulheres vítimas de violência patrimonial ou psicológica; as notícias não seguem os casos para estabelecer os motivos, as causas e as consequências do feito; há recorrência à espetacularização dos casos, sua romantização e tendência a exaltar os acusados como “estrelas”, no caso de personalidades reconhecidas (*ibid.*, p. 11). Isso ocorre como uma tentativa de controle sobre as mulheres, alertando sobre os perigos na “falha” de comportamentos socialmente determinados. Ao mesmo tempo, as imagens dos homens agressores também se limitam a retratá-los como “desajustados”, “psicopatas”, “desempregados” ou “com dificuldades financeiras” e “sofrendo com o abuso de álcool e/ou drogas”, o que também acaba por dificultar a identificação no caso daqueles que não se

encaixam nesse perfil, principalmente os que possuem elevado status social, com alto nível de educação formal e renda¹⁷.

Acrescenta-se ao cenário brasileiro, além das *imagens de controle* acima mencionadas, o fato de que os casos de mulheres brancas de classe média ganham maior destaque na mídia. Assim, o artigo “*Maid: A dor tem que ser branca para comover o Brasil*”, reflete sobre uma série que fez bastante sucesso desde seu lançamento em 2021 na Netflix e que retrata a violência psicológica em contexto de relacionamento conjugal de uma mulher branca de classe baixa estadunidense. Nas palavras da autora do artigo: “Afinal, quando a dor é de pessoas negras ela sequer é percebida como dor, é mais um ‘sempre foi assim’, que estabelece a subalternização dessas vidas e um lugar de naturalização – mas que, quando é vivida por pessoas brancas, passa a ser nomeada de sofrimento” (SANTIAGO, 2021).

Além disso, como explica a pensadora Jurema Werneck: “A mídia fala do feminicídio quando uma mulher branca é assassinada. E os números têm mostrado que, quando uma mulher branca é assassinada, três mulheres negras também foram mortas e a gente não ouve essa notícia.” Ao mesmo tempo, a mídia perpetua os estereótipos racistas quando, de forma sensacionalista, expõe os corpos das mulheres negras no chão, ensanguentadas, mutiladas e inclusive com seus rostos à mostra. Segundo o Dossiê Feminicídio, de 51 reportagens, 39 casos de mulheres com os corpos mostrados em tais condições eram de mulheres negras, um era de uma indígena e 11 eram brancas (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2016).

Especificamente com relação à internet, há atualmente uma proliferação de grupos digitais de ódio às mulheres e minorias raciais, que contam com canais, grupos em redes sociais e fóruns *online* sobre o tema. Assim:

são conteúdos que antes se restringiam a fóruns anônimos, muitos deles na *deep web* (internet sem rastros) e que hoje podem ser encontrados no *Youtube* e nas redes sociais. Alguns com discursos claramente violentos, outros (...) com falas que trabalham para a diminuição e objetificação da mulher (BERTHO, 2019).

Esse processo não tem ocorrido apenas nos grupos denominados “de ódio”, mas de forma rotineira e aparentemente “banal”, como mostra a pesquisa de Zanello com grupos masculinos de Whatsapp, existe um silêncio cúmplice diante das variadas formas de violências cometidas contra as mulheres pelos *posts* que são compartilhados, mesmo quando

¹⁷ Palestra “Teorias de gênero: noções. Marcadores sociais da diferença” conferida pela advogada e mestra em Direito Marina Ganzarolli. Curso online IBCRIM. 2019. Disponível em: <https://ibccrim.org.br/noticias/exibir/110>. Acesso em: 24/01/2023.

os homens não demonstraram aprovação explícita aos *posts* que as objetificam sexualmente, que discriminam contra as negras, gordas e idosas, ou até mesmo diante de brincadeiras sobre o feminicídio, violência psicológica, sexual, dentre outras. Esse é o pacto de silêncio que opera comumente na *casa dos homens*¹⁸ (2020).

Entretanto, os meios de comunicação e as redes digitais não têm apenas um papel negativo nesse cenário, pois também têm uma enorme importância na divulgação sobre os direitos das mulheres. Fernanda K. M. Sousa analisa como o termo *relacionamento abusivo*, de uso relativamente recente, tem sido construído através da popularização do feminismo e de discussões sobre gênero na internet. O termo surgiu em textos da área da psicologia de língua inglesa – *abusive relationships* – enquanto sinônimo de relações “com presença de situações entendidas como violentas”. Ocorre, desta maneira, uma complexificação dos processos de reconhecimento e de denúncias dos relacionamentos afetivo-sexuais violentos, “ampliando as semânticas e gramáticas políticas referentes a noções de violência” (2017, p. 2-9). Como exemplo do novo repertório de narrativas sobre as práticas violentas, surgem termos como *mansplaining* e *maninterrupting*, que acontecem, respectivamente, quando: “um homem explica coisas óbvias à mulher, muitas vezes com um tom paternalista, como se ela não fosse intelectualmente capaz de entender algo” e “quando homens interrompem falas de mulheres” (REIF, 2019b).

Logo, a partir dessa perspectiva de ativismo pela igualdade de gênero, presente dentro e fora da internet, torna-se necessário nomear as formas de violência para que se possa identificar o problema e, a partir de então, preveni-lo e enfrentá-lo. Sousa também descreve o processo que vem ocorrendo por meio dessa nova concepção, abrangente e em pleno movimento de transformação. Assim, de acordo com a pesquisadora:

(...) a dinâmica de discussão sobre os relacionamentos abusivos tem um fluxo contínuo entre a internet e outros ambientes de atuação política. A circulação de informações, relatos e significados entre um e outro parece ser produtora de uma espécie de fazer política, ampliando o alcance de suas discussões para diferentes grupos *online* e *offline* (SOUSA, *op. cit.*, p. 7).

Dessa maneira, o próprio conceito de *relacionamento abusivo* também vem dando mais ênfase ao aspecto psicológico da violência contra as mulheres. A partir do processo em andamento de reconhecimento e nomeação de violências antes invisibilizadas, alguns

¹⁸ Conceito criado por Daniel Welzer-Lang (2011).

comportamentos passaram a povoar seu novo repertório, muitos deles sendo propagados por meio de páginas e *sites* na internet, seja através de relatos de *abusos* ou de textos informativos sobre o tema.

Portanto, a internet e as redes digitais têm tido um importante papel no avanço das pautas relativas aos direitos das mulheres ao tornar mais acessível a publicação de diversos conteúdos para um vasto público, ao passo em que também reproduzem e agravam a lógica individualizante e culpabilizadora das mesmas em caso de violência, por meio da ideia de que o feminismo é uma espécie de *souvenir*. Assim:

Já se fala da ideia de “seja a feminista que quer ser”, uma clara alusão a uma lógica liberal para um movimento que por si só tem que ser compreendido como uma luta coletiva, estrutural e emancipatória. (...) Afinal de contas, feminismo é luta coletiva e não um produto de *lifestyle*. (RIBEIRO, 2018, p. 106).

O processo de compreensão acerca do papel dos meios de comunicação e das redes digitais é muito complexo, tendo múltiplas facetas. Esse processo será mais detalhado nos capítulos 3 e 4, fazendo uma relação mais direta com as entrevistas.

1.5 Avanços?

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, nos últimos anos as instituições policiais e de justiça criminal tiveram que atentar para os crimes letais contra as mulheres “de forma a incorporarem um olhar de gênero no seu atendimento, nas investigações policiais e em seus desdobramentos” (p. 164). Nesse contexto, em março de 2021 foi criada a Lei 14.132, que incluiu no Código Penal o crime de perseguição e previu um aumento da pena quando em razão da condição de sexo feminino. Em junho do mesmo ano, a Lei 14.164 incluiu conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, além de instituir a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Logo mais, em julho, a Lei 14.188 criou o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, alterando o Código Penal em relação à lesão corporal simples praticada contra a mulher e criando o tipo penal violência psicológica contra a mulher. Além disso, a Lei 14.232 instituiu a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as mulheres e a Lei 14.330 incluiu o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à

Violência contra a Mulher na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (FBSP, 2022, p. 164-165).

Especificamente com relação à recente tipificação de violência psicológica contra as mulheres por meio da Lei 14.188 de 2021, que incluiu o artigo 147-B no Código Penal, a pesquisadora Ana Luisa Schmidt Ramos explica que o novo tipo penal não se restringe ao ambiente doméstico e familiar e pode ocorrer em qualquer ambiente e ser praticado por qualquer pessoa, inclusive outra mulher, mas que é necessário haver dolo, ou seja, que fiquem comprovadas “a consciência e a vontade de realizar os elementos objetivos do tipo, tendo por objetivo final o dano emocional à mulher” (2022, p. 131). Além disso, segundo a mesma:

Não obstante o expressivo número de mulheres que se dizem vítimas de violência psicológica, quase não se tem notícia de condenações criminais no Brasil por ofensa à saúde mental das mulheres no âmbito doméstico e familiar. Em pesquisa realizada nos endereços eletrônicos dos 27 órgãos de Justiça Estadual do Brasil (que detém a competência para o julgamento dos casos de violência doméstica), em 20 de novembro de 2015, pelas palavras-chave “lesão”, “corporal”, “dano”, “psíquico”, “violência” e “doméstica”, nenhum resultado foi encontrado. Embora não se tenha acesso às decisões de primeiro grau de jurisdição, no que diz respeito ao segundo grau, não há informação sobre o enfrentamento da questão” (*ibid.*, p. 81-82).

Ademais, a autora defende a atestação dos danos psicológicos à vítima por meio de perícia e laudo psicológicos realizados por profissional qualificado que atue na área da Psicologia Jurídica (*ibid.*, p. 155-180). Aqui, mais uma vez surge o questionamento em relação à crítica anteriormente tecida sobre a “*vítima ideal*”: não seria esse mais um caso de controle e julgamento sobre as mulheres?; ao passo em que também se compreende a necessidade de haver provas em todos os processos legais.

Em seu texto, “Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais”, Segato ressalta a importância simbólica da luta por determinados direitos legais, que passam a ser legitimados ao constarem na *narrativa mestra* da nação, isto é, no próprio âmbito jurídico (2006, p. 212-213). Mesmo criando um *status* de realidade, as leis que visam punir e prevenir a violência contra as mulheres não necessariamente criam de fato um cenário mais equitativo e menos violento. Dessa maneira, conclui que: “Apesar da quantidade de lutas, de leis, de políticas públicas e institucionais, a letalidade de gênero aumenta. Isto não implica somente no número de crimes, mas também na crueldade que envolvem.¹⁹” (2016, p. 153-154). Por isso, não se trata apenas de uma má aplicação das leis pelos seus agentes ou da defasagem do Estado na adequação aos novos

¹⁹ (Tradução minha).

direitos emergentes, mas que os Estados-nações são marcados por relações violentas com as diversas populações que os compõem, principalmente os Estados coloniais-modernos. Para a pensadora, não se deve abandonar as lutas pelo reconhecimento a partir do Estado, mas avançar em outras frentes fora dessa esfera, mediante a reconstrução dos tecidos comunitários, que são a própria base de toda sociedade (*ibid.*, p. 173). Nesse sentido, é fundamental considerar quais outras formas de articulação social têm se constituído para combater a violência contra as mulheres na sociedade fora do âmbito estatal, como por exemplo, a partir de movimentos sociais e grupos que discutam e debatam essa problemática.

Bruna Cristina Jaquetto Pereira, em “Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras”, retrata a falta de discussão sobre a temática racial associada à violência contra as mulheres na academia (2013, p. 7-13), o que, por sua vez, se reflete na falta de preparo tanto de quem aplica as leis para proteger as vítimas quanto da própria legislação para se aproximar da realidade de mulheres negras e indígenas no Brasil. Dessa maneira, é fundamental compreender quais as especificidades da violência contra mulheres negras e indígenas com ensino superior, de que forma se diferencia da violência sofrida por mulheres brancas. Sobre esse tema, segundo a mesma autora, existe uma dificuldade de compreender o racismo enquanto intrínseco à violência doméstica contra mulheres negras, o que necessariamente corrobora a dificuldade de percepção das formas de violências sofridas por elas, bem como a tendência de pesquisadoras/es da academia de interpretarem as narrativas das mulheres negras como posturas vitimistas (*ibid.*, p. 116). Nesse sentido, historicamente existe uma falta de sensibilidade dentro do próprio movimento feminista das mulheres brancas em relação às mulheres negras, como apontam diversas pensadoras (COLLINS, 2019; GONZALEZ, 2020; HOOKS, 2020).

Existe, também, a reflexão também com relação à especificidade das mulheres indígenas, pois, “além dos motivos tradicionais que toda mulher que sofre violência enfrenta para denunciar a agressão, (...) as mulheres indígenas ainda enfrentam a desinformação sobre seus direitos, barreiras do idioma e grandes distâncias para chegar até a delegacia e pontos de atendimento mais próximos” (RIBEIRO, 2019). Para Braulina Baniwa, a luta das mulheres indígenas não deve se apartar da luta dos homens indígenas:

Se eu denunciar meu parceiro, quem vai levar comida para a minha casa? Quem vai fazer a roça? Como vai ser a minha vida ao tomar essa decisão? Por isso, temos que levar essa sensibilização para os homens também, para eles entenderem que aquela prática é uma violência. (...) Acho que a militância das mulheres é hoje referência

para as mulheres e para homens também na busca por uma melhor qualidade de vida e direitos para os e as indígenas (ONU MULHERES, 2017).

Segundo apontamento feito pela Profa. Dra. Rosani Fernandes Kaingang, seria inclusive necessário fazer a reversão do termo “mulheres indígenas” por “indígenas mulheres”. De tal maneira que:

(...) já que “para não afirmar um ser mulher anterior à experiência localizada de sua construção e vivência sociocultural (...). ‘Mulher’ deve vir, portanto, após ‘indígena’ ou após o nome da etnia nas nossas comunicações acadêmicas até que expressão mais apropriada seja formulada (VIEIRA; ALMEIDA; 2022, p. 225-226).

Por fim, a situação das mulheres do campo também tem suas especificidades, pois muitas vezes elas se encontram distantes dos aparelhos do Estado, como delegacias e espaços de acolhimento para as vítimas de violências, e também podem estar apartadas de suas redes de apoio, já que muitas regiões e localidades de moradia estão localizadas longe umas das outras. Soma-se a esse cenário, ainda, “o alheamento das políticas públicas no campo, sobretudo no âmbito da disponibilização dos dados acerca dos serviços de segurança”, bem como a “ausência de trabalhos acadêmicos sobre a violência contra mulheres na zona rural” (NEVES; SUAVE, 2020, p. 3). É necessário considerar que “ainda predominam concepções que compreendem que a vida no campo é mais adequada aos homens” e que “a definição de papéis nos grupos familiares faz com que as mulheres sejam consideradas menos importantes em relação ao trabalho desempenhado por eles” (*ibid.*, p. 11).

O contexto de ascensão de políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência contra as mulheres que foi sendo construído a partir da implementação da LMP é um campo complexo de disputas, sofrendo muitos ataques e alguns retrocessos, nos últimos anos em particular. Além disso, não é possível compreender o fenômeno da violência contra as mulheres como único, já que “existem diversas violências que são experienciadas de diferentes formas e por diferentes mulheres com suas especificidades” (ASSUNÇÃO, 2019, p. 7). Essas críticas demonstram, ao mesmo tempo, que as leis em defesa dos direitos das mulheres são fundamentais e que se faz necessário abarcar as suas múltiplas realidades. A seguir, por meio dos relatos das interlocutoras, faço uma síntese dos seus relatos buscando compreender as formas de contar e refletindo sobre como a *interseccionalidade* auxiliou na complexificação do entendimento sobre as narrativas.

“cada vez que encontro outras mulheres
para partilhar histórias
nos tornamos terra fértil”

(Ryane Leão, poema do livro “Tudo nela brilha e queima”)

2. Apresentação das interlocutoras

As sínteses das falas das seis entrevistadas a seguir contêm informações, tais como: o nome fictício escolhido; a idade à época em que as entrevistas foram realizadas; a raça; a renda individual; o estado de origem e onde residem atualmente (no caso das entrevistadas de outros estados coloquei apenas as regiões, por estarem envolvidas em contextos de mobilizações políticas e/ou morarem em cidades pequenas, podendo ser mais fácil a sua identificação); o período em que estiveram nos relacionamentos violentos; como consegui a indicação de contato para a entrevista; o perfil básico dos homens com quem se relacionaram e uma síntese das relações que viveram a partir das perguntas realizadas por mim e que constam na metodologia e em anexo.

Os textos a seguir foram produzidos após a primeira entrevista com as interlocutoras e editados, quando necessário, após o segundo encontro para averiguá-los junto às mesmas. Os relatos foram apresentados de acordo com a ordem em que foram entrevistadas. Além disso, busquei me ater às formas de narrar de cada uma e refletir sobre as maneiras como isso se deu. Por fim, abordo a questão da *interseccionalidade* presente na pesquisa e apresento um quadro com informações úteis para facilitar a leitura nos capítulos subsequentes.

2.1 Raquel

Raquel foi indicada a mim por uma amiga em comum. Ela tem 33 anos, é branca, originária e moradora do DF e possui renda mensal equivalente à faixa de renda de quatro a dez salários-mínimos (R\$ 4.848,01 a R\$ 12.120,00²⁰). Raquel é professora do ensino básico, formou-se em 2014 em uma universidade pública e posteriormente fez mestrado, também em uma instituição pública de ensino. Relacionou-se com o homem em questão entre 2009 e 2013.

Ela veio de uma família de alcoolistas e com problemas de violência doméstica, pois seu pai era agressivo com a sua mãe. Raquel e seu irmão também apanhavam bastante do pai. Apesar disso, considera que sua infância foi tranquila, sempre brincou muito. Estudou a vida

²⁰ Os aumentos periódicos tornam este valor de referência defasado atualmente, considerando que as entrevistas foram realizadas entre o período de agosto de 2021 e janeiro de 2022.

inteira em escola pública e sua família sempre morou na casa de algum parente, seja tio, tia e avó, mesmo seu pai sendo servidor público, por desorganização financeira. Raquel sofreu algumas negligências por parte da sua família e considera que isso teve influência na relação violenta que viveu, pois tinha vontade de fugir de coisas que a atormentavam desde pequena.

Raquel tem dúvida se o homem com quem foi casada é branco ou pardo. A família dele é de classe média e ele era envolvido na militância estudantil, de esquerda, anarquista, se dizia apoiador das pautas progressistas, inclusive do feminismo, ia para atos e manifestações e isso a princípio era algo com o que Raquel se identificava. A relação violenta foi a primeira duradoura que Raquel teve. Os dois tinham 21 anos quando se conheceram em um encontro nacional de estudantes. Tiveram um relacionamento à distância por dois anos antes dela ir morar com ele em seu estado e fazer mestrado lá, pois ele já tinha um emprego nessa época.

No primeiro ano juntos, percebeu que ele impunha muito suas próprias vontades e ela se sentia constantemente culpada. A seu ver, muitos homens se aproveitam da noção de que “se você não ficar comigo você não vai ficar com ninguém, pois ninguém vai te querer”, como um ataque à autoestima das mulheres. Nesse sentido, sempre foi rebaixada por ele como se fosse alguém intelectualmente inferior, como se ele fosse mais inteligente. Raquel acha que isso tem a ver com a sua história de vida, pois ela teve muita acne desde os dez anos de idade e sofreu muito na infância e adolescência por causa disso. Também era chamada de “vassourinha” na escola porque seu cabelo é “supercacheado”. Raquel tinha muitas inseguranças que hoje não tem, mas as principais eram essas com relação a características físicas.

Após morarem juntos, ela passou a ganhar R\$ 560 como educadora comunitária e às vezes não ia para a aula do mestrado porque não tinha dinheiro nem para pagar o transporte público, pois não tinha bolsa. Ela trabalhava, estudava e cuidava da casa. As primeiras crises com ele foram com relação aos afazeres domésticos. Quando foram morar juntos, Raquel aprendeu a cozinhar “na marra” e ainda fazia tudo: tirava pó, lavava e passava roupa. Foi um choque muito grande desde o início, pois ele não queria fazer nada em casa e os dois tinham brigas violentas, gritavam um com o outro e se xingavam. Era muito comum que ela dissesse algo que o desagradasse e ele fosse embora ou a mandasse embora.

Também era comum que quando ele recebesse um *e-mail* de trabalho pedisse para que ela respondesse. Raquel chegou a fazer trabalhos da faculdade para ele também. Ao mesmo tempo não podia “se meter” em sua vida acadêmica, sugerir que ele lesse textos por exemplo,

pois nunca tinha mérito e era um “ser intelectualmente inferior”. Sempre que ele conversava com os amigos ela ficava “de canto”, era sempre coadjuvante. Ele também ficava regulando o que ela podia ou não falar sobre as questões políticas e por isso tinham brigas intensas.

No período que antecedeu a qualificação do seu mestrado, ela estava muito nervosa porque não conseguia estudar direito, tinha que pegar entre quatro e cinco transportes públicos para trabalhar e estudar. Nesse contexto, tiveram uma briga fora de casa e ele foi embora com a chave dela. Após isso, Raquel desmaiou dentro do transporte público. Essa relação era tão violenta que ela não tinha percebido que estava há uma semana sem ir ao banheiro. Ela nunca tinha tido intestino preso antes e não teve depois. Ligou para ele e ele não atendeu, tinha desligado o celular, então teve que telefonar para os seus sogros, que foram buscá-la e a levaram para o hospital. Raquel teve que fazer uma lavagem para não haver rompimento do intestino. Ela voltou para casa no carro dos pais dele e ficou toda suja, não deu tempo de chegar ao banheiro e estava com muita vergonha porque estava fedendo.

Quando Raquel chegou em casa, eram duas horas da manhã e, como estava sem a chave, ficou batendo no portão. Chovia forte e ele não abriu a porta, mas percebeu pela janela da sala que a TV estava ligada. Ela ficou cerca de 35 minutos debaixo de uma tempestade gritando, batendo e chorando para ele abrir o portão. Não tinha nenhuma cobertura ali perto onde pudesse se proteger da chuva. Hoje Raquel sabe que não deve se sentir culpada porque foi a vítima, mas para ela dói muito contar isso. Teve inclusive um princípio de pneumonia depois desse episódio, que foi uma das maiores humilhações da sua vida.

Na própria semana da qualificação de mestrado, ele mandou várias mensagens para ela dizendo “Qual parte do ‘vai embora da minha casa’ você ainda não entendeu?” Ela respondeu que qualificaria seu projeto em breve e não podia acreditar que ele estivesse fazendo aquilo com ela. Era muito comum que ele a mandasse embora da “casa dele”. Essa relação chegou a um ponto em que só não houve violência física e sexual nos moldes habitualmente disseminados. Mas tinha a chantagem com relação ao sexo, já que ela não queria mais transar com ele porque passou a sentir muita aversão e essa era uma cobrança feita por ele diariamente. Toda vez que transava com ele, se sentia violentada.

No último dia em que estiveram juntos, ele voltou para casa, pegou as coisas dele, a “esculhambou”, falou que não queria mais a relação e foi embora. Raquel decidiu então voltar para Brasília e teve que pedir prorrogação para a entrega da sua dissertação. Nesse mesmo momento ela descobriu que estava grávida, mas logo em seguida teve um aborto espontâneo.

Depois de todas as violências pelas quais passou descobriu que ele a traiu inúmeras vezes, inclusive com prostitutas, e ficou apavorada com o risco de poder ter contraído alguma doença sexualmente transmissível. Foi uma transição bem pesada e sofrida, teve depressão e não via perspectivas para sua vida.

Na época leu em um *blog* sobre o fim de relacionamentos e o conselho era ficar 30 dias sem contato algum com o ex. Ela seguiu essa meta, “sem pronunciar nem mesmo o nome da pessoa e deu certo”. Foi também nesse período que começou a frequentar as reuniões de um grupo de organização política no DF. Naquele grupo viu várias mulheres “super *empoderadas*”, “fodas”, usando o cabelo natural. Ela “entrou de cabeça” no ativismo, pegou muitas tarefas e conheceu muita gente dos sindicatos parceiros, aquilo significou uma nova vida para ela. A primeira vez que foi chamada para escrever um texto nesse contexto se sentiu muito importante e inteligente. Quando transou com outra pessoa pela primeira vez depois do fim do seu casamento “nem foi lá essas coisas”, mas se sentiu uma pessoa desejada e bonita.

Também conheceu um grupo espiritualista que a ajudou muito e fez terapia anos depois. Para Raquel isso foi muito importante, mas se tivesse começado antes a terapia teria sido melhor porque existem traumas até hoje. E, por outro lado, pensa que se tivesse autonomia financeira na época em que passou por tudo isso não teria “pensado duas vezes” em sair da relação, mas optou por não abandonar o mestrado e por isso também ficou. Sua autonomia veio de vez quando passou no concurso público, o que, para ela, foi “a emancipação da emancipação”. Considera que foi um “milagre” ter saído do estado de “caos” em que estava para depois se tornar estável financeiramente.

2.2 Joana

Foi a segunda entrevistada, também indicada por uma amiga em comum. Joana tem 36 anos, proveniente da região Sudeste do Brasil, onde viveu a maior parte de sua vida. Mora atualmente em uma cidade bem pequena no interior do Goiás. É branca e possui renda equivalente à faixa de renda de dois a quatro salários mínimos (R\$ 2.424,01 a R\$ 4.848,00). Formou-se em 2008 em uma universidade pública e trabalha como terapeuta holística. Relacionou-se com o homem em questão entre 2006 e 2015. Devido à violência patrimonial

que sofreu, teve que voltar a compartilhar a mesma moradia com ele após anos de separação, em 2019, na tentativa de reaver sua própria casa.

Na sua infância seu pai era muito violento, sua mãe se separou dele quando Joana tinha quatro anos. Ele era alcoolista e sua mãe, ela e as duas irmãs ficaram com sequelas das violências sofridas. Presenciou muita violência até os 4 anos e, após esse período, por pouco tempo, até os seis anos, quando ele ainda as visitava. Por isso, Joana tem sempre o “pé atrás” com os homens e também achava que não viveria algo nesse sentido, justamente porque se considerava “vacinada”.

Joana passou em um concurso público com 18 anos, em busca de se estabelecer, de não depender de ninguém. Com 21 anos conheceu o ex, um homem branco e de classe média, em uma festa em que ele estava tocando, pois é músico. Os dois se aproximaram e começaram a passar muito tempo um com o outro. Era algo que lhe dava muito prazer já que tinha a vida muito “corrida” e com ele era “tudo muito bom, tinha comida boa e uma casinha”.

Como ele tocava à noite, tinha uma vida financeira muito incerta. Então, quando foram morar juntos, ela “bancava” quase tudo. O pai dele tinha muito dinheiro e ele tinha certeza de que uma hora ele receberia a herança e por isso não precisava “correr atrás” de nada. Ele era vários anos mais velho do que ela e já tinha sido casado anteriormente. Demorou para Joana entender bem essa situação de exploração financeira por parte dele. Ela estava em um trabalho do qual não gostava, ficava fora o dia inteiro e para ele era “muito confortável”, pois ficava em casa com a “galera” com quem fazia ensaios musicais. Quando Joana chegava, “morta de cansaço”, estava tudo sujo e “ele não se responsabilizava minimamente pelo trabalho doméstico, era aquele caos”. Não tinha o apoio da família, sua mãe e irmãs moravam longe e não podiam visitá-la. Sentia-se emocionalmente dependente dele porque sentia que, pelo menos, não estava sozinha. Joana entrou em um processo de depressão e ficou “paralisada por muito tempo”.

Um dia ela lhe disse que queria sair do trabalho e, a partir da reação negativa dele de não a apoiar, percebeu que ele não se importava com o seu bem-estar. Ela teve crises intensas de dores na coluna e não conseguia andar, ficou de cama por três meses tomando remédios muito fortes. Foi um momento em que se sentiu muito dependente dele. Quando ele percebia que ela estava mal, ele era carinhoso e fazia as coisas que ela gostava, era bem “malandro”. E daí uma postura “psicopática” da parte dele, de fazer ameaças e, quando ela percebia, ele dizia

que não, que ela estava confundindo e ele ficava do jeito mais “bonzinho do mundo”. Daí ele foi fazendo esse “jogo”, de que ela estava “viajando”, exagerando, confundido as coisas por estar estressada. Ele a xingava e ameaçava, mas tem eventos de que ela não consegue lembrar direito.

Joana conseguiu ser afastada do trabalho por motivos de saúde e passou a ter mais independência nesse momento, buscou outras coisas para se fortalecer. Ela começou a se tratar com florais, fez curso de *reiki*, queria se “libertar da babilônia” e se conectar com coisas que faziam mais sentido para ela. Decidiu também sair do seu estado de origem no Sudeste e foi para o interior de Goiás. Ela percebeu que com o contato com a natureza, com a atividade física e estando fora do ambiente do trabalho, ela ficava bem. E sem ele também, pois ficou meses sozinha e adorou. A partir desse momento ela entendeu que queria ficar solteira.

Logo antes da separação, em 2015, Joana financiou uma casa para ela na cidade em que passou a viver e ele agiu como se a casa fosse dele, não a deixando ficar lá. Ele decidiu sair do Sudeste para morar na casa dela em Goiás justamente quando ela resolveu se separar dele. Quem pagou tudo foi ela, quem resolveu tudo foi ela, estava tudo em seu nome. Na sua casa ela não “podia pintar nem uma parede que ele não deixava, não podia receber uma amiga que tinha um estresse, não podia nada”. A versão dele era como se ela o tivesse abandonado, deixado ele cuidando da casa, invertendo tudo, sendo que ele se apossou da casa e ela teve que reconstruir a vida sem nada para fugir da situação que era muito opressora. Por estar sozinha no interior do Goiás, ela tinha medo e sofreu ameaças veladas como, por exemplo, quando ele falava: “Quando você vai embora? Quero saber quando você vai embora porque se não for embora você sabe que vai ter problema, né? Acho melhor não ter problema comigo.” Ele espalhava na cidadezinha que ela era louca, esquizofrênica, e que nada que ela falava tinha sentido. Estava tão cansada que resolveu “dar um tempo”, voltou a morar com a irmã no Sudeste.

Ela queria vender a casa e dividi-la, mas ele não aceitava. Joana passava um tempo fora da cidade, mas sempre voltava buscando uma resolução. E sempre tinha “esse jogo dele de dizer que ia resolver, botar a casa à venda, mas não fazia nada e nem saía de lá”. Ele a “enrolou” nessa situação por 4 anos até ela entender que eles não chegariam a um acordo. Finalmente Joana procurou um advogado, que a recomendou não sair da casa, ficar lá mesmo estando separada e procurar a polícia caso ele a agredisse ou a ameaçasse, porque antes que acontecesse algo ela fugia e ele se valia disso, já que ela tinha muito medo de que alguma

violência física lhe acontecesse. O advogado lhe disse que ela teria que deixar chegar ao ponto em que pudesse provar o que ele estava fazendo, porque ficava tudo “muito no ar”.

A partir de então ela ficou mais de um ano morando com ele na sua casa, estando já separados há muitos anos e sem voltarem a ter nenhum tipo de envolvimento afetivo-sexual. Ela já não estava mais aguentando a situação, mas estava disposta a recuperar a sua casa. Lembrava-se do que a mãe viveu quando ela fugiu e deixou as coisas dela para trás e por isso Joana resolveu aguentar. O advogado disse que ela tinha que provar que morava lá e quando ela saía era como se eles tivessem um acordo. Ele usava o argumento de pagar as coisas da casa, sendo que ele só pagava a prestação porque ela tinha que pagar aluguel para morar em outro lugar. Ainda assim, ele deixava várias prestações atrasadas e ela acabava pagando.

Então, após ficar alguns meses na casa da mãe durante a pandemia, ele voltou. Joana trancou o cadeado do portão e disse que não deixaria mais ele entrar. Ele pulou o portão e foi “para cima” dela com tudo. Joana correu e se trancou no quarto. Ele ficou batendo na porta e a ameaçando, falando coisas horríveis e a xingando, dizendo para ela sair da casa dele, que não a deixaria ficar. Joana então pediu ajuda nos grupos de Whatsapp da cidade, disse que ele a estava ameaçando. Ele falou: “Sai daí que você vai ver sangue, eu vou acabar com a sua vida.” Veio um outro cara no portão e de repente ele mudou completamente, ficou com a voz mais calma do mundo, justamente para ela ser “a louca na história”. Esse cara ficou defendendo ele depois, dizendo que “as pessoas não podem ser tratadas assim”, dizendo que ele tava na casa dele e que ela estaria exagerando, que eles poderiam “se entender”. Daí virou uma discussão pública no grupo de Whatsapp, com as pessoas “dando palpite” sobre a situação.

Após esse episódio ela ficou três meses escondida em outro local. O seu advogado lhe dizia que ela tinha que deixá-lo bater nela para então chamar a polícia porque se ela fosse na delegacia sem provas e corpo de delito ririam dela. Também lhe disse para conseguir testemunhas, mas só que quando ela estava com alguém ele se transformava em um “anjo”. No dia em que ela voltou, ele tentou expulsá-la de novo, mas ela se trancou no quarto e ligou para amigas. Uma amiga chegou primeiro e viu a cena dele tentando expulsá-la, só uma parte porque, assim que ela chegou, ele mudou porque alguém tinha visto ele “agir como monstro”.

Então outra amiga a viu escondida e a levou para delegacia, dizendo estar cansada de vê-la naquela situação e que ela tinha que tomar uma atitude. Foi graças a ela que conseguiu ir. Chegando lá, o agente escreveu tudo ao contrário, que ela tentou invadir a casa dele e

questionando tudo o que ela falava. Depois ela procurou outro advogado que uma amiga lhe indicou, um “machão também, mas era o machão que precisava para poder lidar com a parada”. Esse advogado era de outro estado e lhe explicou que o tratamento dos casos de violência doméstica no Goiás estava muito atrasado em relação a outros estados, por não haver Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres e nem juízas mulheres. Ele teve que acessar o Ministério Público – MP – porque percebeu irregularidades quando soube que o policial tinha mudado o que ela tinha dito na delegacia para beneficiar o ex.

Depois de seis meses teve audiência e graças às amigas que foram testemunhar o juiz “entendeu tudo e a sentença foi maravilhosa”. Quando o advogado dele começou a perguntar para ela qual era a sua enfermidade, o juiz falava que ela não precisaria responder. Na sentença, o juiz escreveu que “o acusado nem percebe que o que ele faz é crime”. A legislação sobre violência psicológica foi aprovada um ano depois da audiência, em 2021.

2.3 Ana

A terceira entrevistada não foi indicada por ninguém, era minha conhecida e, algum tempo antes, tinha visto uma publicação sua na internet sobre a relação abusiva que tinha vivenciado, porém não tivemos uma relação mais próxima e nem chegamos a conversar anteriormente a respeito de nossas relações íntimas de afeto. Ana tem 34 anos, é originária da região Norte do Brasil e mora atualmente no DF. Viveu o relacionamento entre 2005 e 2013. Formou-se em 2018 em uma instituição pública e está cursando pós-graduação. É indígena, é pesquisadora e possui renda de bolsa de estudos equivalente à faixa de renda de dois a quatro salários mínimos (R\$ 2.424,01 a R\$ 4.848,00).

Ana presenciou violência com seus pais quando era criança. Seu pai bebia e às vezes queria agredir sua mãe. Seus avós o chamavam para conversar porque “fora o alcoolismo ele era uma ótima pessoa”. Hoje já não faz mais “esse tipo de coisa”. Na sua adolescência teve um namorado com 15 anos de idade e depois um “namorico” de um mês. Depois disso foi quando conheceu a pessoa que inclusive é o pai do seu filho e foi com ele que viveu a violência.

Seu ex também é indígena, vários anos mais velho que ela. Quando o conheceu e começaram o relacionamento, Ana estava terminando o ensino médio. Ele era liderança de

várias instituições reconhecidas, trabalhava e era melhor do que ela financeiramente. Já tinha graduação quando se conheceram. No início ele era uma pessoa muito gentil, educada, sua família gostava muito dele: “Aquela coisa que a gente vê várias histórias de que a pessoa na frente trata bem, mas por trás faz várias coisas”. Ana o considera uma pessoa “bipolar”, às vezes trata bem e depois fala “merda”. Tem um lado dele mesmo, da violência, que ela não sabe como explicar. A primeira vez que a violência ocorreu foi por causa da bebida, mas depois foi percebendo que sem a bebida ele também era muito grosso com ela.

Fisicamente houve uma única vez em que ele tentou agredi-la, quando também estava muito bêbado, mas ela não deixou, justamente pelo fato de ter crescido e visto seu pai agredir sua mãe, então nunca deixaria isso acontecer com ela. Algumas partes do seu sofrimento ela nem consegue se lembrar, como uma espécie de apagamento. Ele falava algumas coisas que ela não conseguia entender como uma pessoa que dizia gostar dela podia dizer. Dizendo que sua ex já tinha graduação e ela não, comparando as duas. Hoje Ana está na pós-graduação e chegou a emprestar dinheiro para ele várias vezes: “Engraçado como o mundo dá voltas, né?” Ela não tinha nenhuma pessoa ao seu lado pra dizer que estava passando por aquele tipo de violência. Para ela até então, violência era só agressão física e não verbal e psicológica, mas hoje entende que passou por esse processo de violência psicológica também. Ela era muito inexperiente e ele já possuía uma carga de experiência muito maior. Inclusive ele era casado quando ela o conheceu, mas falava para ela que era separado. E ela só foi descobrir isso, infelizmente, quando já estava “envolvidíssima” e logo depois soube que estava grávida. Hoje não consegue dizer que tem mágoa dele, considera que tem uma boa relação por causa do filho, conversam.

Outra questão foram as diversas traições com outras mulheres. Durante seu relacionamento com ele, chegaram a morar juntos por seis meses, terminaram algumas vezes e ele sempre voltava para a ex. Quando ele voltava com Ana era justamente quando a ex-mulher dele terminava com ele. Após alguns anos, Ana concluiu que seria sempre a segunda opção. Ele ficava sempre nesse “chove e não molha”. Após alguns anos ele a pediu em casamento. Ana ficou pensando se queria e chegou à conclusão de que não queria se casar com ele, “mesmo gostando muito”, porque ela percebeu que ele não mudaria. Ter entrado na universidade a ajudou porque ela conseguia se distrair com outras coisas, tanto pelas disciplinas quanto pelo movimento indígena, onde passou a atuar. Foi quando começou a sair um pouquinho e saber que existia outro mundo além do que ela então estava vivendo. Nesse

sentido, seu ex dava muito apoio para que ela estudasse, participasse do movimento indígena e fosse financeiramente independente.

Algo que pesou muito na decisão de não se casar com ele foi realmente o exemplo que viu da violência em casa. Além disso, duas tias foram fundamentais: uma que lhe ajudou a perceber, de forma indireta, que sofria de violência psicológica e a outra como fonte de inspiração, pois era uma mulher “à frente do seu tempo”, rompendo com comportamentos tidos como adequados para mulheres. Ana não tinha muitas informações sobre se valorizar na época, porque hoje tem “essa questão do feminismo”. Na época era difícil o acesso à internet, o celular que tinha era um modelo que não era avançado e não tinha *notebook*. Após o término, participou de discussões sobre a questão da violência contra as mulheres na universidade e pondera que talvez para mulheres indígenas fosse uma pauta ainda distante, por não terem tanto acesso a esse tipo de discussão.

Ela não se identifica com o feminismo, mesmo sabendo da importância de toda luta, mas para os povos indígenas dentro das aldeias não é uma pauta que se discute. Muitos indígenas não falam português e não ouviram falar sobre o feminismo. Hoje quem aborda a questão da violência de gênero dentro das comunidades tem uma maneira “mais delicada para não falar do feminismo, mas focar na violência”. Isso porque, para Ana, muitas vezes os homens são violentos pelo alcoolismo que se dissemina nas aldeias e outras violências que sofrem enquanto indígenas. Há mulheres indígenas que se identificam com o feminismo, mas isso é específico de cada uma e não enquanto representante de um povo. Essas rodas de conversa com outras mulheres indígenas ajudaram a entender muitas coisas. Isso atualmente já está sendo bem debatido dentro das comunidades indígenas, discussões mais internas sobre a questão da violência, inclusive sobre a LMP, sobre como enquanto mulheres indígenas não se veem protegidas pela lei, porque elas percebem que a lei não abrange as suas especificidades.

2.4 Valentina

A quarta entrevistada foi indicada por um amigo em comum. Valentina tem 32 anos, é parda, originária e moradora do DF. A escolha do nome se deu por se considerar valente, ter encarado a situação que viveu e ter conseguido sair dela. Formou-se em 2016 em uma

instituição pública de ensino superior, possui pós-graduação e está terminando sua segunda graduação em uma instituição privada de ensino. É professora do ensino básico. Viveu o relacionamento entre 2015 e 2019. Possui renda equivalente à faixa de renda de quatro a dez salários mínimos (R\$ 4.848,01 a R\$ 12.120,00).

Os pais de Valentina a incentivaram a ter autonomia e a não depender de ninguém. Eles lhe deram bons exemplos de não falar alto um com o outro e se respeitarem. Valentina viveu uma história de muito afeto com eles. Seus pais continuam casados, estão juntos há quase 50 anos. São um pouco ciumentos um com o outro e tiveram problema com álcool. Foi criada “muito em casa”, considera que sua infância foi quase como no interior porque no condomínio onde cresceu e vive até hoje, as ruas não eram asfaltadas e tinha muita natureza. Ela brincou muito dentro condomínio, andava com suas primas de bicicleta, entravam nas casas dos vizinhos que estavam viajando para tomar banho de piscina, comiam manga. Para ela, teve uma infância “como é retratada nos filmes”.

Na época do início do relacionamento estava com quase 25 anos e tinha uma vida sexualmente ativa, mas nunca tinha acontecido de ficar quase cinco anos com alguém. Quando começaram a se relacionar se encontravam todo o dia para ficar conversando depois de um dia de estudos e após quatro meses já estavam namorando. No início ele era bem carinhoso, atencioso e companheiro. Também era uma pessoa tímida, “quase não tinha voz”, era superindeciso e pedia para ela escolher as coisas. Com o tempo ele passou a determinar certas escolhas, dizendo ser “pela praticidade, para facilitar”.

No começo ele também falou que tinha um defeito que era ser ciumento, mas ela desacreditou no grau dessa “patologia”. Ele é um ano e três meses mais novo do que ela. Ele é pardo, sempre estudou em escola particular. É o quarto filho, o mais novo, sua mãe o teve com 45 anos. Ele não trabalhava, mas recebia uma mesada da mãe. Ela, por sua vez, já trabalhava desde os 15 anos e nunca ganhou mesada.

A dinâmica na casa de Valentina era muito corrida porque a sua família tinha várias demandas, ela trabalhava à noite e fazia pós-graduação. Nesse meio tempo ainda tentava fazer uma atividade física. Quando ela ia para o parque se exercitar, ele começou a reclamar, dizendo que ela trabalhava e estudava, não tinha tempo para ele, que ia lá de *short* e o pessoal ficava olhando a bunda dela, que tinha vários homens do futevôlei. Ele já foi “minando” ela ali. Nesse período, ela acabou entrando em uma academia perto da casa dela porque também ficava “mais prático”. Ele começou a reclamar dizendo que lá ela conheceria um homem mais

velho, que ela gostava de homens mais velhos, “essas inseguranças”. Nesse mesmo período, o diretor da escola onde trabalhava começou a assediá-la, pegava no seu braço quando estava sozinho com ela, chegando bem perto e dizendo que ela era muito bonita. Valentina “morria de medo” porque esse homem era bem gordo e temia não conseguir se defender caso ele forçasse algum tipo de contato físico. Contou essa história para seu então namorado e ele disse que ela tinha que denunciar e procurar seus direitos. Mas ela não quis porque precisava desse emprego e não tinha provas do que estava acontecendo.

Minutos antes de sair de casa para ir para o trabalho, seu namorado ligava perguntando onde ela estava, em determinado horário ela tinha que atendê-lo, senão ele ficava com raiva, cobrando o fato dela não ter lhe respondido. Ela não contava tudo para ele, que esse diretor pegava no braço dela, a “enchochando” pelas costas. Ela tinha medo dele ir até a escola brigar e ela então ser demitida. Ele então começou a perceber que ela estava escondendo informações e passou a achar que ela estava tendo um caso com o diretor. Nesse momento “entrou a luta” em sua vida, pois sua irmã estava fazendo aulas de defesa pessoal e ela lhe sugeriu que fizesse para se defender também.

Um dia ele viu sua roupa de luta marcial suja e começou a acusá-la de traição, dizendo que era de algum homem. Quando ela lhe disse que a roupa era dela ele reclamou que ela não o havia perguntado se poderia fazer a luta. Valentina respondeu que não precisava pedir, que era “dona do próprio nariz”. Essas discussões se davam aos berros, ao ponto de Valentina ficar sem voz, rouca, por alguns dias após esses conflitos. Ele a acusava de estar louca por gritar e, na visão dele, “se descontrolando”. Uma vez ela ficou com muita raiva e jogou uma camiseta nele e ele a acusou de ser violenta. Ele também gritava às vezes, mas o principal eram as torturas psicológicas. Ele era praticamente um “investigador da polícia”. Sobre tudo que ela fazia, ele lhe lançava tantas perguntas que acabavam a deixando confusa. Ele lhe fazia ligações diárias nos trajetos casa/academia, trabalho/faculdade e faculdade/casa. Parecia calcular o tempo de cada trecho e quando ela chegava mais rápido em algum destino era questionada se realmente estava saindo do lugar que tinha dito.

Quando Valentina estava dirigindo e precisava desligar por estar fazendo uma curva ou uma rotatória, ele dizia: “Por que você vai desligar agora? Quem está com você? Por que você quer desligar?” Já bateu o carro brigando com ele, porque ele não deixou ela desligar o telefone. Ele também queria ter um filho e “dar um neto” para seus pais. Valentina não se adaptou ao uso de pílula anticoncepcional, usava tabelinha e nunca engravidou. Ela tinha um

aplicativo para saber os dias em que estava mais fértil. Quando ele perguntava como estava seu ciclo e ela dizia que estava mais fértil, era justamente quando ele fingia que botava camisinha e na verdade não usava, ou tirava sem ela ver e gozava dentro da vagina de propósito.

Em um comercial de televisão ou em uma novela falando sobre violência psicológica e isso lhe deu um “estalo”. Começou a perceber que aquilo não era normal. Ela estava dormindo e ele pegava o seu celular e desbloqueava com a digital dela, sem acordá-la, para ver suas mensagens. Ela percebeu isso uma vez quando acordou de madrugada e ele estava mexendo no seu celular. Na faculdade, um de seus professores falava muito sobre violência doméstica, inclusive a psicológica. Na sua primeira graduação chegou a estudar sobre violência contra as mulheres e a LMP, mas a abordagem em geral era mais voltada para a violência física e na época, Valentina não sabia que existia violência patrimonial e reprodutiva, muito menos psicológica.

Ele começou a reclamar da roupa dela quando ela passou a se arrumar mais. Ela tirou o *piercing* do nariz quando entrou na luta e ele reclamou, disse que ela tinha que perguntar para ele, já que era um dos atributos dos quais ele mais gostava nela. Ele queria controlar o dinheiro dela, perguntando quanto ela gastava, controlando seu tempo também. O seu ex era tão controlador que ela não conseguia ficar à vontade, estava sempre preocupada com “seu próximo passo”. Valentina então começou a conversar com ele: “Olha, o que você está fazendo comigo é violência psicológica.” Tentou explicar, mandar várias reportagens da internet para ele. Ela estava se sentindo violentada, não se sentia bem no relacionamento, sua liberdade estava sendo tolhida, sendo que ela não “dava motivos”, não flertava com ninguém, nunca o traiu. Foi quando ela sugeriu que fizessem terapia. Ele nunca foi e ela, que enfrentou uma grande fila, acabou conseguindo pelo Sistema Único de Saúde. Ele dizia que praticava *yoga* e isso já o ajudava.

Quando ela recebeu uma proposta de trabalho de um professor na faculdade, ele lhe perguntou o que o professor viu nela e porque a chamou. Ela acabou não indo por se sentir muito insegura com as insinuações de que o professor a estivesse assediando. Valentina hoje sabe que era a estudante mais dedicada, que tirava notas altas e perdeu essa oportunidade. Um ano após seu término, uma das temáticas abordadas no grupo de pesquisa da faculdade sobre violência política de gênero era uma atividade da “Maria da Penha vai à escola”. Teve uma

professora convidada para falar sobre essa temática e Valentina começou a chorar, pois tudo que a professora falava ela tinha vivido.

Um episódio que demorou para sair da sua cabeça foi quando ficou com um hematoma por causa da luta, daí ele pegou na perna dela com muita força dizendo que era “daquilo que ela gostava” e na sequência forçou uma relação sexual, chegando a machucá-la. Ela pediu para ele parar. Também o xingou e chutou para ele sair de cima dela. Segundo ele, Valentina gostava “de ser tratada assim”. Valentina, então, começou a vestir sua roupa e ele disse que se ela fosse embora ele tiraria a camisinha e nunca mais a colocaria de novo. Ela disse para ele tirar. Depois de tudo ele a chantageou para continuar o sexo porque ele ainda não estava satisfeito.

Para Valentina, ele é uma “pessoa maluca que tem um *ciúme patológico*”. Ela passou pela violência sexual, patrimonial e psicológica. Após o término, teve um “amigo colorido” que a ajudou a lidar com essa transição, já que faziam coisas divertidas juntos e isso foi uma ferramenta para lidar com a carência, mas foi algo leve, porque ainda não tinha condições de se doar afetivamente. Hoje ela aprendeu a dar mais valor às coisas que ela já fazia, a não deixar ninguém ser dono do seu tempo além dela mesma. Valentina tem isso como regra para ela própria: ela acorda e não dá mais satisfação para ninguém, pega as suas coisas e sai. Afinal, quem tem que saber onde ela vai é ela mesma.

2.5 Mônica

A quinta entrevistada foi indicada por uma amiga em comum. Mônica é originária e moradora do DF, tem 32 anos, é preta e possui renda equivalente à faixa de renda de até dois salários mínimos (até R\$ 2.424,00). Ela está cursando a graduação em uma faculdade privada, com previsão de término ainda este ano e já atua como professora no ensino básico. Relacionou-se de 2018 ao início de 2020.

Mônica foi evangélica dos cinco aos 25 anos. Sempre foi protegida por sua mãe, que foi muito presente durante sua infância, mas sofreu abuso sexual do avô e do tio. Isso aconteceu quando era bem pequenininha e demorou muito tempo para entender quem eram esses “fantasmas” em sua vida, o que apenas ocorreu na fase adulta. Sua mãe trabalhava, então ficava sob os cuidados do seu pai, que foi negligente nesse quesito. Moravam todos

juntos na casa dos fundos da sua avó, que era bem cheia, sua avó tinha sete filhos e vários moravam lá, era uma família muito grande. Um dos abusos que viveu seu pai presenciou, “deu aquela briga”, mas nunca ninguém tratou isso como algo sério. Ela lembra de falar sobre o assunto e na época as pessoas a mandarem parar de falar porque era mentira, acobertando as pessoas que a abusaram. Seu pai teve problema de alcoolismo, mas já não bebe há mais de dez anos.

Aos 14 anos Mônica foi morar com uma tia, seu pai já estava com problemas de alcoolismo, foi mandado embora do trabalho e faltava dinheiro para o aluguel. Apenas sua mãe trabalhava e arcava com as despesas e, por isso, acabaram sendo despejados. O dono da casa onde moravam colocou as coisas da sua família em uma kombi e levou para a casa da sua avó, que ficava em uma área de ocupação. Mônica estava no ensino médio e por isso foi morar na casa da sua tia, que ficava mais próxima da sua escola. Ela ficou dois anos e meio morando com essa tia e esse período foi “um pouco mais tranquilo”. Ela teve um namorado nesse período, o filho do pastor, com quem namorou dos 15 aos 16 anos, mas ele a traiu e foi difícil lidar com a situação porque tinha a bagagem moralista da igreja.

Anos depois, aos 25, estava trabalhando em uma escola, foi morar sozinha em outra cidade do DF e depois um primo seu também foi morar com ela, era o apartamento da mãe dele. Mônica passou a ir aos eventos e foi se conectando com a cultura local, descobriu-se a “rolezeira”, “totalmente destemida”. Nesse período conheceu o sobrinho de um conhecido que morava no mesmo prédio que ela. Tinham muito a ver um com o outro e foi uma pessoa de quem gostou, foi “arriada” por ele. Durou pouco tempo, 6 meses, depois disso ele começou a evitá-la, mas ela já estava muito “apaixonadinha”. Até que ele sumiu mesmo, depois combinaram de conversar e acabou não acontecendo. Ele casou e foi um tempo que Mônica sofreu muito, chegando a perder vários quilos.

Nesse mesmo período foi perseguida por um homem, ele aparecia e ficava dando voltas ao redor dela com seu carro. Ele era branco, com cerca de 30 anos, ficava lhe chamando para conversar. Ela dizia que não e ele continuava perseguindo-a. Essa perseguição ocorreu em quatro situações. Em uma das vezes Mônica conseguiu escapar dele entrando o mais rápido que pôde dentro de um ônibus. Nas outras vezes ele ficou rondando-a com seu carro. Na última vez, Mônica conseguiu tirar uma foto do veículo e o homem depois foi identificado pela polícia devido à riqueza de detalhes que Mônica conseguiu, inclusive a placa do seu carro e aparência física. Ele mentiu dizendo nunca a ter visto antes. Mesmo assim,

abriram um processo contra ele por “perturbação de sossego”. Depois, ele nunca mais a perseguiu. Com tudo isso, Mônica ficou traumatizada e passou a sofrer com crise de pânico.

Conheceu seu ex em eventos culturais e tudo começou de forma bem intensa. Hoje em dia ri quando lembra que ele tinha uma linguagem de ludibriamento desde o início, de envolvê-la com a sedução, dizendo coisas do tipo: “Que os deuses promovam nosso encontro”. O homem com quem se relacionou é preto, dez anos mais velho do que ela, quando o conheceu ele já tinha uma filha adolescente. Ele é músico, estudioso, concursado. Já fazia parte do movimento de cultura da cidade. Para Mônica era interessante o fato dele ter esses atributos, porque não era uma pessoa “jogada na vida”. Também é do *yoga*. Hoje ela vê que isso tudo foi muita ilusão.

Desde o início do relacionamento, ele usava o nome de outras mulheres para lhe provocar ciúmes, a diminuindo em comparação às outras. Teve um episódio com uma amiga dele, branca, que também é profissional do sexo, que usou o celular dele para postar uma foto dela no status dele, dizendo que “ela sim era a mulher para andar de mãos dadas com ele”. Depois Mônica percebeu que não foi ele que fez a postagem pelo jeito de escrever que era diferente do dele. Mônica engravidou dele após dez meses de envolvimento. Ela só se relacionava sexualmente com ele, mas desconfiava que ele “ficava” com outras pessoas e hoje sabe que isso de fato ocorreu. Ficou pensando como teria um filho com uma “pessoa dessa”. Ele disse que estaria junto com ela no processo de interrupção da gravidez e arrumou a casa dele para que ela fizesse o procedimento lá, só que ele começou a dar uma “surtada”, brigando para criar uma situação e não poder estar junto durante o abortamento. No dia ele não apareceu, eles brigaram e Mônica ficou só com sua amiga no seu apartamento.

Depois disso foi um processo de muita pressão psicológica porque ele dizia “que estava ali”, mas não queria se envolver muito com a sua recuperação e ao mesmo tempo queria continuar com “os benefícios” da relação. Inclusive quis ter relação sexual um dia após o aborto, “chegou a dizer que precisava de carinho”. Para Mônica, ele só estava preocupado com ele mesmo. Após esse processo ela ficou mal e começou a fazer sessões de massoterapia, adquirindo uma dívida financeira alta por isso. Mônica decidiu “investir em si mesma”, mas lhe faltava dinheiro para seus alimentos. Como desculpa para ir à casa dela, ele ficava perguntando como ela estava, se faltava alguma coisa. Ele levava um alimento ou 20 reais para ela comer, mas acabava sendo uma desculpa para “ficar” com ela.

Ele queria manter o relacionamento com Mônica em sigilo, mas Mônica passou a não aceitar isso. Para ela, até hoje não sabe bem como chamar o relacionamento que tiveram, se foram “ficantes” ou foi “um lance”, já que ele nunca a assumiu nem como namorada. A sua segunda gestação ocorreu quando já estavam há um tempo sem se relacionar. Para Mônica, nesse momento ele cuidou dela, ia buscá-la no trabalho durante o período inicial de gestação, quando estava se sentindo muito enjoada. Quando ela resolveu contar para sua família que estava grávida, a sua mãe achou melhor ela voltar para a casa da família e Mônica concordou.

Quando já não se relacionavam mais e ela estava grávida, ele sempre lhe dizia que “estava ali para ela”, mas na realidade não estava. Durante a pandemia a casa de sua mãe estava cheia de gente e seu pai não respeitava o isolamento, mesmo ela sendo grupo de risco pela gravidez. Seu ex nesse período estava ficando com uma mulher negra, bem mais nova do que ele e com quem ele também não assumiu um relacionamento, e ele usava isso como desculpa para não apoiar Mônica durante sua gestação. Para se proteger durante o período mais grave da pandemia, Mônica acabou indo morar na casa de uma amiga. Depois, ele começou a namorar a professora de *yoga* dele, uma mulher “maravilhosa”, médica, branca e que “essa sim era a mulher que ele sempre quis mostrar para todo mundo”.

Durante sua gestação, ele pagou os alimentos gravídicos, mas após o nascimento da filha, Mônica entrou com um processo na justiça para definir a regularidade da pensão e da guarda. Para Mônica: “Ele é uma pessoa que quer fazer tudo do jeito dele: quando der para ver a neném, quando ele sentir saudade, no tempo dele porque ele trabalha. Então ele ver a filha depende de várias coisas, inclusive dos seus encontros amorosos”.

Após o término da relação com ele, está vivendo a “maternidade solo”, mas sua família a ajuda. Está muito traumatizada com relacionamentos, desde a gravidez não se relacionou com mais ninguém, “teve a questão pandêmica e hormonal também”. Ela considera que está “meio grossa” até com os homens que demonstram interesse. Emocionalmente não teve nada fácil durante o processo de ruptura, além do suporte da sua família, de ter tido o apoio da sua “comadre” e “se tivesse ficado sozinha talvez tivesse ido à loucura”. Atualmente está vivenciando algumas questões complicadas na sua família, seu pai está traindo sua mãe, mas “ele não se decide e não vai embora”. Sua mãe está adoecida, tendo inclusive partido para agressão física recentemente e batido em seu pai.

2.6 Maria

Maria, a última entrevistada, é originária de um estado no Nordeste e vive em um assentamento do Movimento Sem Terra – MST, na zona rural. Tem 32 anos, é preta e indígena, possui renda equivalente à faixa de renda de até dois salários mínimos (Até R\$ 2.424,00). Ela está fazendo graduação em uma universidade pública, com previsão de término em 2023. Trabalha como comunicadora popular. Relacionou-se no período entre 2011 e 2019.

Maria cresceu em uma cidade de mais ou menos dez mil habitantes, uma cidade rural. Sua família é composta por pessoas ligadas à agricultura e ao comércio. Cresceu nesse “circuito de vida, entre trabalhar em uma lanchonete/restaurante e estudar”. Na sua família, seu pai e sua mãe têm uma relação harmoniosa, conseguem dialogar e trabalham juntos há muito tempo no mesmo espaço. Na sua adolescência viveu relacionamentos mais curtos, de um ano, alguns meses. Foram tranquilos, não teve “nenhum relacionamento de forma *abusiva*, todos terminaram muito bem, sem problemas”. Logo após terminar o ensino médio, fez curso técnico em um assentamento próximo de sua cidade e trabalhou lá por dois anos em um viveiro com produção de essências florestais e manejo de sementes crioulas. Neste assentamento conheceu o homem com quem depois passou a ter uma relação. Ele é preto, filho de uma das lideranças no assentamento, é sem-terra também. Hoje em dia ele ganha três ou quatro vezes mais do que ela.

Os dois namoraram por um ano, depois decidiram morar juntos. Ela já sabia que ele bebia muito, mas “a gente sempre espera que as pessoas mudem”. No início do relacionamento, Maria era muito ciumenta, essa situação do casamento era nova e ela própria também, tinha 20 anos. Essas crises de ciúmes duraram quase dois anos, até que participando das atividades com mulheres, por meio de vivências e formações, foi “mudando sua mentalidade”. Esse foi um período muito bom porque ela percebeu que o ciúme não estava lhe fazendo bem, “não estava conseguindo viver minha vida para me preocupar com a vida dos outros”.

Em 2014 ela fez o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – e passou para um curso superior, e seu então marido também passou pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera. Começaram a viver fora da comunidade, em cidades distantes uma da outra. Às vezes Maria ia visitá-lo, às vezes se encontravam no assentamento, foi um período que por estarem longe um do outro não brigavam. Quando ela engravidou ficou difícil

conciliar sua vida com os estudos, acabou voltando para a comunidade até o parto para posteriormente decidir se iria continuar estudando. Ele, por sua vez, não parou seus estudos, os dois fizeram um acordo para ele continuar. Depois, Maria achou melhor não continuar seu curso, fazer outra prova do ENEM e estudar em uma universidade mais próxima. Em 2016 ela passou novamente e os dois então fizeram um outro acordo de que ela começaria a estudar e ele, quando formado, dividiria as tarefas domésticas.

Nessa época, sua rotina era muito pesada, ela saía de casa às cinco da manhã e voltava às 23 horas, pois havia um único ônibus disponibilizado gratuitamente pela prefeitura que chegava até a comunidade. Seu filho passava o dia com o pai e a sua então sogra o ajudava. “A mãe suporta tudo, né? E o pai não. Justamente essa é a estrutura da sociedade”. O seu ex achou que esse combinado ficou “muito pesado” para ele e para a sua mãe. Com o tempo, colocaram Maria “contra a parede”, dizendo que ela teria que trancar seu curso ou então abandoná-lo de vez. Ela não concordou porque já tinha feito isso antes, não faria o mesmo de novo, e muito menos o abandonaria. Ainda assim, precisou trancar mais uma vez o semestre da universidade para cuidar do filho para que então seu marido pudesse se formar.

No final de 2018 teve um encontro com mais de 500 mulheres na comunidade e Maria acolheu algumas dessas mulheres na sua casa. Os problemas estavam se intensificando muito entre os dois, quase não havia mais diálogo e havia muito atrito. Após esse encontro de mulheres, Maria percebeu que o relacionamento não estava dando certo e que precisava de “um tempo”. Ela então foi “juntando as peças” e para ela “a ficha cai aí”, quando a pessoa consegue identificar o que está vivendo a partir dos exemplos que conhece. Assim, o convívio com outras mulheres, as formações e os processos políticos dos quais participou foram fundamentais para que decidisse que “não era mais isso que queria”.

Maria viveu todas as formas de violências de acordo com a LMP: “Foram anos, né? Oito anos não são oito meses.” Para ela, a naturalização do machismo a influenciou a continuar, a achar que seria possível mudar o outro, mas hoje compreende que “ninguém muda ninguém”. Mesmo com todas as discussões sobre violência contra as mulheres que ocorriam no assentamento, era muito comum a própria família dele e os moradores de lá falarem: “Vocês vão terminar o casamento assim? Vocês começaram do zero. Hoje ele é profissional formado e você está quase se formando. Têm tudo para construir uma boa família, se estabilizarem financeiramente.” Essas frases não a ajudavam, pelo contrário, mas independentemente do que as pessoas falavam, ela já tinha tomado sua decisão.

Após o término, ao mesmo tempo em que ele estava pedindo para ela reatar, com muita agressividade, também estava tendo um caso com outra mulher da comunidade. Como Maria já vinha de um longo amadurecimento sobre essas questões de gênero, houve um processo de desconstrução interna e ela entendeu que isso não era problema dela, mas sim deles dois. Seu ex também ficava usando o filho para querer conversar, então Maria decidiu morar um tempo fora, para ter tempo para compreender certas coisas e foi muito bom “espairecer um pouco”. Na sua volta teve que erguer a cabeça para enfrentar muitos desafios, já que, principalmente na zona rural, o machismo é muito forte. Depois de ter perdido a casa que os dois tinham durante uma assembleia da comunidade, algumas pessoas a incentivaram a prestar queixa, inclusive o seu ex-sogra, pela violência patrimonial, por ele não tê-la deixado tirar seus pertences da casa. Após isso, ela foi morar um ano e meio no alojamento com seu filho. Então, seu ex resolveu fazer um acordo com ela, disse que “não abriria mão da casa”, mas a ajudaria a construir uma outra. Ela respondeu que o importante era ter casa porque seu filho precisava. Depois, ele mudou de ideia e disse que teria que adiar o combinado para cuidar da carreira dele.

Após esse período, com todo o contexto de violência que ele já vinha praticando, ele deu vários murros na sua então namorada. Isso tudo ocorreu com toda a comunidade presenciando que a família “passou a mão na cabeça” dele, o tratando como coitado, vitimando-o o tempo todo. A moça que foi agredida não quis denunciá-lo, mesmo estando com vários hematomas no rosto. “Ele estava aprontando geral na comunidade” e não “mexia” mais com Maria porque ela já tinha dito que iria “direto para a delegacia”. Ele bebia e ia para a porta da casa do pai xingá-lo. Também chegou a ser acusado de tentativa de estupro, mas a mulher não quis denunciar porque a mãe dela era muito amiga dele. Foi um ano de “situações extremas” até que gravaram a cena dele agredindo sua então namorada e, então, a própria família dele teve que pedir para que ele fosse embora da comunidade. Ao invés da família dele devolver a casa para Maria, sua ex-sogra e ex-genro foram morar lá tentando “segurar a casa” para o ex. A comunidade estava vendo isso e começaram a criticar essas pessoas enquanto lideranças da comunidade: “Foi ficando feio e para não perderem a imagem de bons samaritanos saíram.” Em fevereiro de 2021, Maria finalmente voltou para sua casa.

Após a separação, Maria passou três anos sem se relacionar com ninguém, queria saber o que era estar sozinha, “sem precisar buscar a felicidade em outra pessoa”. Ela percebeu que tinha algo nela que “não estava dando certo e tinha que entrar em manutenção”

para entender o porquê entrou nesse relacionamento violento com o pai do seu filho e ficou por tanto tempo. Segundo ela: “Eu não mentalizo mais colocar um homem dentro da minha casa e eu ficar subordinada. Limitar meu tempo. Meu tempo de vida é outro. Eu viajo muito, trabalho muito. Tenho que conciliar com meu filho. Eu não tenho espaço... É outra questão também a responsabilidade afetiva. Não tenho tempo agora para ter responsabilidade afetiva com ninguém. Então tenho essa compreensão e não devo buscar relacionamentos nesse período.”

Para ela, com certeza foi mais difícil sair de um relacionamento com filho, mas não é impossível: “Tem mulheres que têm mais de um filho e tão conseguindo. Tem vários impasses, pessoas que viram as costas, gente que, em vez de dar um conselho pra levantar a autoestima da pessoa, vai dar um conselho pra casar de novo, pra ter um marido pra sustentar. (...) Que ninguém vive só feliz. Isso é uma mentira descabida.” Hoje, o ex ao menos cumpre os acordos. Ela “faz sua parte”, pergunta se o filho quer falar com o pai e liga. Atualmente ele trabalha em outro estado e por isso não vê o filho regularmente.

2.7 Como narraram suas histórias

Com relação ao ambiente que se criou durante as entrevistas, sempre iniciava o contato me apresentando, tratando do porquê do meu interesse por estudar a temática, explicando o enfoque da pesquisa. Destaquei, a seguir, algumas impressões que tive das entrevistas, que ocorreram *online*.

Raquel parecia estar à vontade para falar sobre o que viveu no nosso primeiro encontro, demonstrando certo distanciamento emocional. Ainda assim, se emocionou ao relatar um dos episódios. No segundo encontro, descreveu ter sido impactada ao ler a síntese escrita, caracterizando-a como uma “experiência forte”.

Para Joana, que estava com medida protetiva e processo judicial recém-finalizado, foi mais difícil lembrar e contar seu passado, pois ainda era algo que lhe afetava diretamente. Apesar disso, ela foi minuciosa em sua descrição dos acontecimentos e também se emocionou em dado momento, contando sobre a ameaça que sofreu.

Ana, por sua vez, contou seu relato de uma forma mais distanciada, foi muito sucinta em sua descrição dos acontecimentos. Houve momentos de risadas durante a entrevista e também momentos mais reflexivos.

O processo da entrevista foi marcante para Valentina, que relatou ter levado algumas das questões abordadas para a terapia. Percebi que ela teve receio com relação a um possível julgamento e ao risco de ser mal interpretada. Em nosso segundo encontro conversamos sobre isso e conseguimos chegar a um entendimento comum. Ela descreveu detalhadamente o que viveu e assegurou-se de ter sido bem compreendida.

Mônica foi muito aberta durante a entrevista, transpareceu estar à vontade ao contar a sua história, inclusive nos momentos mais delicados. Ela também demonstrou ter pensado muito sobre o que conversamos durante nosso segundo encontro, pois ficou se questionando sobre o que aquilo que viveu por meio da leitura da síntese.

Por fim, Maria pareceu não ter sido muito impactada pela experiência de relatar os acontecimentos que viveu, como algo que já não lhe afetava tanto. Ainda assim, mesmo com muitas risadas, em alguns momentos houve uma tensão causada pelo rememorar de situações difíceis.

A preocupação com a garantia de anonimato também esteve presente em todas as interlocutoras, e, justamente no segundo encontro, pudemos conversar sobre quais aspectos poderiam constar na pesquisa e quais deveriam ser omitidos.

No meu caso, o processo das entrevistas foi tocante, pois através dos relatos delas pude rememorar diversas situações por mim vividas. Ao mesmo tempo, também senti um certo distanciamento que me possibilitou não ser muito afetada do ponto de vista emocional e psicológico durante e após nossos encontros *online*. Porém, finalizada esta etapa, senti dificuldade para retornar ao material das entrevistas, como se precisasse de um tempo para me restabelecer, sem pensar sobre essa temática. Após certo período, consegui retomar a pesquisa sem problemas.

Foi interessante perceber que as interlocutoras também precisaram de certo tempo, após nossos encontros, pois quando as convidei posteriormente para acompanharem o desenvolvimento da dissertação, muitas disseram precisar processar aqueles temas que foram tocados. Parte importante da pesquisa foi o cuidado com as interlocutoras, para que se sentissem respeitadas e participantes do processo como um todo e não apenas como “objetos de pesquisa”. Por isso, mantivemos contato após os dois encontros para saber como estavam,

tirar alguma dúvida ou atualizá-las acerca do processo de escrita. A partir disso, pudemos estabelecer um tipo de vínculo que foi para além dos objetivos iniciais da própria pesquisa.

Adicionalmente, para mim, por mais difícil que fosse tratar desse tema, tive como foco a transformação da dor em algo que servisse para alertar outras pessoas e que pudesse ser transformado em conhecimento e autoconhecimento. Esta postura, que também observei nas participantes, ajudou a lidar com a parte mais pesada do processo. Mais sobre este assunto será tratado no capítulo 4, quando reflito sobre como cada uma delas se percebeu durante o processo da entrevista.

Sobre a dificuldade para encontrar as interlocutoras, percebi que quando perguntei para pessoas conhecidas, a maior parte das indicações que me deram foi de mulheres brancas. Isso me fez pensar sobre o meu lugar enquanto mulher branca, a partir do meu círculo de pessoas conhecidas, em sua maioria também brancas. Ana, indígena, também já era minha conhecida. Tive maior dificuldade em encontrar mulheres negras para participar da pesquisa, mas isso ocorreu sem muita demora. Também pensei que talvez pudesse haver algum desconforto nesse sentido por parte das interlocutoras negras e indígenas ao entrevistá-las. Sobre isso, não perguntei para elas, pois à época ainda não tinha me ocorrido ser mais direta, mas penso ter havido algum tipo de impacto naquilo que narraram e deixaram de narrar, já que a construção do conhecimento ocorre de forma localizada, ou seja, a partir de alguém que elabora o pensamento a partir de suas perspectivas (HARAWAY, 2009).

Todas as interlocutoras enfatizaram a experiência familiar como sendo relevante para contarem suas histórias. Raquel, Joana e Ana relataram ter vivido violência física do pai contra a mãe. Mônica falou das constantes traições do seu pai, sobre sua mãe também agredi-lo por isso. Raquel, Joana, Ana, Valentina e Mônica falaram sobre o alcoolismo dos pais como uma questão que as afetou durante a infância e juventude. No caso de Raquel e Valentina o alcoolismo não afetou apenas os pais, mas as mães também. Maria, pelo contrário, falou sobre sua família enfatizando o relacionamento harmonioso entre os progenitores. Raquel retratou negligências vividas durante a infância, de ficar sozinha com o irmão em casa à noite e apanhar bastante do pai. Joana relatou ter sofrido com a violência doméstica e ter sequelas em virtude disso. Mônica relatou os abusos sexuais por parte de dois familiares durante a infância. Destaca-se que estes elementos não foram tratados de forma psicologizante, com o intuito de estabelecer um vínculo necessário entre a violência que as mulheres sofreram posteriormente e aspectos dos seus relatos. Afinal, uma das premissas da

pesquisa é justamente a de que qualquer mulher está sujeita a viver um relacionamento íntimo violento, pois se trata de algo estrutural. Contudo, tais elementos mostram as maneiras pelas quais as interlocutoras narraram a si próprias, daquilo que lhes marcou em suas subjetividades. De acordo com a socióloga Eva Illouz, nas sociedades capitalistas contemporâneas tem havido uma linguagem cada vez mais influenciada pela *linguagem terapêutica* para criar uma *narrativa do eu*.

Primeiro, na imaginação psicanalítica, a família nuclear é o ponto exato da origem do eu – o *locus* no qual e a partir do qual podem começar a narrativa e a história do sujeito. A família, que até então fora um modo de situar “objetivamente” o indivíduo numa longa cadeia cronológica e na ordem social, passou a ser um evento biográfico, carregado simbolicamente por toda a vida e capaz de expressar de modo singular a individualidade. Por ironia, ao mesmo tempo que os alicerces tradicionais do casamento começavam a desmoronar, a família retornou com plena força para assombrar o eu, só que, dessa vez, como uma “história” e um modo de contextualizá-lo, de situá-lo numa trama. A família passou a desempenhar um papel ainda mais crucial para a constituição de novas narrativas da identidade, por estar na própria origem do eu e por ser aquilo de que ele precisava se libertar. (2011, p. 10)

Dado que a violência contra as mulheres é estrutural, bem como o racismo e as opressões de classe, tais relatos fizeram-se presentes também nas narrativas das interlocutoras como formas de demarcação da “ ‘cena familiar primigênia’, a partir da qual opera como produtora de sentido para a experiência conjugal violenta” (PEREIRA, 2013, p. 41).

Outro elemento em comum entre as narrativas foi a fase inicial de idealização do relacionamento com a subsequente decepção, e com um íterim de expectativa, por parte das interlocutoras, de que os homens com que se relacionavam mudassem seus comportamentos agressivos. Homens que, a princípio, eram vistos enquanto parceiros que poderiam apoiá-las em suas vidas acadêmicas e profissionais, com quem teriam trocas afetivas e diálogos, já que eles também estavam inseridos em meios acadêmicos, de ativismo e/ou culturais que fizeram com que as mulheres se interessassem por eles. Porém, com o passar do tempo, eles foram se mostrando avessos ao bem-estar delas, atacando-as através do rebaixamento da autoestima e pela impossibilidade de autodeterminação das mesmas enquanto sujeitas. Nesse sentido, elas passaram por profundas decepções em suas relações íntimas. Tal processo, inclusive, remonta ao próprio *ciclo da violência*, um termo criado pela psicóloga estadunidense Lenore Walker em 1979 e divide-se em três fases: a tensão, seguida por uma explosão e pela reconciliação ou lua de mel, para que o ciclo então recomece. Nessa perspectiva, a violência contra as mulheres em geral é um processo regular e cíclico, com fases bem definidas. Até porque, em

geral, a mulher é responsabilizada pela acentuação da violência e/ou da sua diminuição, ocorrendo então uma interiorização da culpa por parte dela e uma desresponsabilização do autor da violência na dinâmica do relacionamento. A própria expectativa de que o parceiro mude seus comportamentos, reforçada pela fase da lua de mel, é um fator que torna as mulheres mais vulneráveis à violência (FERNANDES, 2018).

A compreensão das interlocutoras sobre estarem inseridas em contextos de violência ocorreu de forma processual, em que foi necessário se fortalecerem enquanto sujeitas de suas próprias vidas para terem condições de terminar os relacionamentos. Tais aspectos serão tratados com maior profundidade nos capítulos 3 e 4. Além disso, elas apresentaram em suas narrativas diferentes perspectivas e interpretações sobre o que viveram, ou seja, não simplesmente contaram, mas deram sentido ao que foi contado. É evidente que as mulheres atribuíram significados e interpretações ao que viveram:

o entrelaçamento da terapia com o feminismo produziu um vasto processo de racionalização das relações íntimas. Por terem o feminismo e a psicoterapia instruído um vasto número de estratégias psicológicas, físicas e afetivas de transformação do eu, sua recodificação do psiquismo implicou uma “racionalização” da conduta das mulheres na esfera privada (ILLOUZ, 2011, p. 21).

Portanto, ao contarem não estavam narrando passivamente os acontecimentos, mas recriando-se através das suas narrativas.

2.8 Sobre a interseccionalidade na pesquisa

Foi um grande desafio articular a *interseccionalidade* na pesquisa. Existem quatro preocupações com as quais se deve lidar na utilização do conceito: “visão antiessencialista das categorias sociais”; “as assimetrias de poder e o problema das opressões”; “a preocupação com a inclusão de grupos marginalizados, bem como de suas prioridades e perspectivas” e a “noção de que as desigualdades são multiplamente determinadas e estão interligadas” (MCCALL, 2005; CHOO; FERREE, 2010 *apud* PEREIRA, 2021). Dessa forma, a partir de uma crítica a alguns “lugares-comuns e armadilhas da análise interseccional”, Bruna Cristina Jaquetto Pereira argumenta que:

Ao apresentar e examinar contextos, dinâmicas e padrões de interação coletados durante a pesquisa empírica, pareceu-me pouco produtivo recorrer à estratégia de análise que busca ora gênero, ora raça, ou que favoreça um deles como sistema de subordinação principal e fundamento explicativo, o qual o outro transforma (*ibid.*, p. 451).

A partir desta perspectiva, conseguir fazer jus à complexidade do conceito, bem como aliar-me ao seu compromisso ético e social, sem criar oposições simplistas e essencialismos foram meus objetivos ao amalgamar diferentes eixos de desigualdade e opressão nas histórias de vida das mulheres com quem realizei a pesquisa.

Para tanto, as formas pelas quais cada uma das mulheres entrevistadas percebeu a influência do gênero, raça, classe, ter filha/o advinda/o do relacionamento em questão e o local de moradia no contexto de seus findos relacionamentos foram consideradas juntamente com as violências que sofreram com o intuito de abarcar “elementos articuladores das realidades observadas” (*ibid.*, p. 451). Além disso, outros fatores foram elencados pelas próprias como sendo importantes para entender as situações que viveram, pois as deixaram mais suscetíveis à violência, tais como: serem mais novas do que seus ex’s e a falta de *redes de apoio*.

De tal maneira que, para Raquel, sua condição econômica precária, ser muito nova e ter estado longe da sua família e amigas foram fatores que influenciaram na dinâmica violenta que viveu.

Raquel: Quando eu entrei no serviço público foi a emancipação da emancipação, sabe? Cara, por isso que eu falo: autonomia financeira é tudo. Eu sei que tem mulheres que ganham a sua “grana” e ganham muito bem e também permanecem em relações violentas, mas eu avalio que a dependência financeira é um fator preponderante pra gente se manter em relações violentas, sabe? Nossa, preponderante mesmo. Porque eu acho que qualquer coisa que eu passar em qualquer relação eu mando a pessoa pra “casa do caralho” porque eu tenho meu dinheiro, eu pago as minhas contas. Entendeu? Eu vejo que eu jamais me sujeitaria a tudo isso novamente. E também porque eu acho que a minha cabeça é outra hoje. Eu era muito nova, eu considero que eu era muito nova.

O fato de Raquel possuir um emprego e passar por necessidades financeiras ressalta o aspecto de que muitas mulheres, devido aos baixos salários, não têm autonomia financeira mesmo quando trabalham.

Joana, por sua vez, afirmou que por não ter família, nem amigas/os e nem serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica próximos de onde vivia, bem como a

falta de estrutura familiar, tanto financeira quanto emocional, foram importantes para compreender o que viveu.

Joana: Se eu tivesse uma estrutura familiar mais bem resolvida eu teria como me resolver melhor assim, né? Então ele sabe de onde eu venho, da luta toda. Que eu não posso ligar pra minha mãe e falar “vem aqui agora”. Eu não tenho um pai presente, eu não tenho essa estrutura. Então isso faz também ele ficar mais forte. De estar nesse lugar longe também, tudo fica mais difícil e a gente não tem tanto acesso. Não tem Delegacia da Mulher, né? Isso faz muita diferença.

Assim, a *rede de apoio* atua em duas esferas diferentes: a advinda de pessoas que compõem suas relações afetivas e aquela proveniente da esfera mais coletiva e especializada dos grupos que atuam em prol do fortalecimento emocional dessas mulheres, seja por meio de instituições estatais ou de iniciativas da sociedade civil, como psicólogas/os, delegacias da mulher, advogadas/os, assistentes sociais, médicas/os, etc. O fato de Joana residir numa pequena cidade no interior de Goiás, onde não há serviços de apoio às mulheres que sofrem com violência doméstica, também foi um fator que ela considerou relevante em sua análise sobre sua própria experiência.

Ana, por sua vez, quando perguntada se as violências que sofreu tiveram a ver com a sua raça/cor ou etnia e com a sua situação econômica respondeu que não a ambas, mas que seu ex já tinha uma carga de experiência muito maior, pois era vários anos mais velho do que ela. Assim como ela, Raquel, Joana e Mônica também apontaram a falta de experiência pela pouca idade como sendo importante para entenderem as suas experiências nos relacionamentos íntimos violentos. Para Ana, o fato de não ter nenhuma pessoa próxima para lhe dizer que estava passando por aquele tipo de violência foi algo que também a prejudicou, pois até então violência era apenas agressão física, não verbal e psicológica, e hoje entende que passou por esse processo de violência psicológica também. Nesse sentido, uma tia sua, já falecida, estudava psicologia e indiretamente tentava lhe dizer que ela estava sofrendo este tipo de agressão, mas demorou até que percebesse.

Ana: Eu tinha uma tia que já faleceu, ela estudava psicologia. E hoje eu entendo que de diversas formas, nas nossas conversas, quando eu ia pro Norte, ela tentava não falar diretamente pra mim que eu tava passando por violência, principalmente psicológica também, né? E depois que ela faleceu eu fui entender diversas coisas. Ela dava exemplos de amigas dela que passavam por violência. (...)

Para Valentina, a sua raça foi um elemento fundamental na violência que viveu, pelo racismo ser algo estrutural. Ela acredita que ainda existe um estereótipo da mulher branca que fica em casa, é submissa e não tem “voz ativa” e que ela não se encaixa nesse padrão. Além disso, para ela, enquanto mulher negra, há uma série de impactos em sua vida em relação à autoestima e que não se restringem à esfera dos relacionamentos íntimos. Mas que ter sido economicamente independente durante a relação foi um facilitador nesse processo de ruptura e também por não ter tido filha/o com seu ex.

Valentina: A partir do momento que eu começo a me dar mais “voz”, escolhendo um destino de viagem, um prato de comida, uma roupa que eu quero usar, eu escolhendo o esporte que eu quero fazer, com certeza por eu ser uma mulher negra eu sofro mais o impacto. Não só no meu relacionamento, como principalmente... Da minha mãe, por exemplo. Da minha mãe achando que se eu não ficar com essa pessoa eu não vou ficar com mais ninguém. Por quê? No auge da desvalorização da mulher. De que ele fosse “a última bolacha do pacote”. Dessa felicidade também estar pautada dentro de um relacionamento. (...) Principalmente a violência de autonomia. Por eu ser mulher e ser uma mulher negra. Eu considero que tenho menos opções que outras mulheres de esporte, de oportunidade, sabe? Oportunidade de emprego. (...) Agora eu acho que a minha condição econômica me favoreceu a sair desse relacionamento. Porque eu refleti muito sobre isso. Se eu tivesse um filho, se eu tivesse grávida. Como que eu ia fazer? (...) Porque eu me vi literalmente independente economicamente. Sabe? A gasolina dele? Sou eu quem boto. O *McDonald's*? Sou eu que pago. (...) O motel. Era eu que pagava. Então eu acho que isso me deu um *start* pra sair.

Para Mônica, as violências que viveu tiveram a ver com sua raça e sua classe. Ela entende que, para seu ex, as mulheres com quem ele se relacionava eram categorizadas de acordo com o posicionamento racial e econômico em que estivessem inseridas. Nesse sentido, ela mostrou uma compreensão bem próxima ao conceito de *prateleira do amor*, de Valeska Zanello (2018), em que as mulheres são posicionadas como objetos de acordo com os critérios de padrão de beleza e outros atributos e escolhidas pelos homens com base nisso.

Mônica: Tem a questão do homem preto quando está com uma mulher branca ele se acha poderoso, né? (...) Ele nega essa questão, diz que não é isso, mas quando entra nas grosserias ele fala coisas absurdas e ele falou pra mim que nunca encontrou uma mulher negra que fosse digna (risos) dele assumir um relacionamento com ela. Tem toda a questão da idealização e todas as *curas* que tem que passar. Ai, meu deus, é muita coisa mesmo. São absurdos e ao mesmo tempo a gente vê o quanto todos nós precisamos de *cura*.

Ana Livia: E você acha que essa situação teve alguma coisa a ver com a sua situação econômica?

Mônica: Uhum, acho. (...) Na cabeça dele, mulheres que sejam mais *empoderadas*, do movimento cultural, por exemplo, artistas ou que desenvolvem alguma atividade de grande visibilidade pra ele é mais fácil ser reconhecida como companheira dele.

Agora quem está ali só como educadora, faz uma coisa ou outra, mas não tem muita visibilidade, para ele, não tem essa importância ou chance de ser reconhecida como companheira, embora ele esteja sempre com a pessoa.

Mônica fala sobre a *cura*, como uma maneira de resistência e de superação das formas de opressão e dominação na sociedade. Com relação a esse tema, mais elementos serão abordados no capítulo 4.

Por fim, para Maria a violência contra as mulheres perpassa todas as raças e classes sociais, mas apresenta-se de maneira mais impactante para aquelas que acumulam diversas formas de opressão.

Maria: Quantas mulheres brancas também são violentadas. (...) Geralmente é assim; pessoas ricas se casam entre elas. Geralmente é assim pra manter o *status*, sobrenome. Isso nunca mudou na sociedade. A forma como os homens veem a mulher como objeto. Objeto a ser usado. E ela vai ser usada também da mesma forma. Dentro de um casarão, uma mansão, com carro de luxo. Mas vai, né? (...) Você vê a estrutura em várias faixas de classes. A mulher preta e rural, indígena, a mulher rural, a mulher periférica... Com certeza ela sofre muito também. Primeiro porque já são vários processos de violências. São violências históricas, violências desde as nossas antepassadas que foram todas estupradas e assassinadas. Isso é um tipo de memória que fica para as futuras gerações, uma marca que nunca vai ser apagada. O que as mulheres pretas e o que as mulheres indígenas passaram. E nada que consiga encobrir essa mancha, né? Isso não muda com o passar do tempo desde o período das pessoas, nossos antepassados, que foram escravizados e os meus antepassados indígenas que foram também massacrados, estuprados, isso vem recorrendo com o tempo desde o período da escravidão, desde o período da colonização e invasão do território. (...) A gente pra sociedade é a mão de obra barata. A prostituta que é barata, a lavadeira que é a mão de obra barata, a agricultora que é a mão de obra barata. Então é um trabalho semiescravo, né? São todos os direitos que são retirados. (...) Comunidades de assentamentos, nas aldeias também. Isso chega em todos os lugares. (...) Por ser preto, indígena, periférico, quilombola, tudo vai se somar de forma mais pesada porque são anos e anos de exploração desses corpos, das famílias. É um processo de resistência secular e ao mesmo tempo também de maltrato secular. Exploração total das vidas nos territórios. E isso se reflete na forma... a aculturação infelizmente chegou em todos os territórios. Na aculturação eu digo os costumes do homem branco, né? Como a mulher enquanto uma propriedade. Na cosmovisão indígena e na cosmovisão africana a mulher não é uma propriedade, mas pro homem branco sim. O álcool enquanto uma ferramenta de destruição dos povos, isso chegou às comunidades.

Em seu relato, Maria faz uma análise marcante sobre o conceito de interseccionalidade, refletindo sobre como as comunidades e povos colonizados, em especial as mulheres, mas os homens também, foram e ainda são alvos da violência patriarcal, branca e colonizadora. Inclusive o impacto negativo do alcoolismo neste contexto é percebido enquanto um mecanismo de opressão sobre os povos colonizados.

Além dos fatores ressaltados pelas interlocutoras, destaco que tanto Mônica quanto Valentina sofreram assédio sexual no período próximo ou durante o relacionamento violento que viveram, respectivamente. No caso de Mônica, ela foi perseguida várias vezes por um homem branco desconhecido na rua e no de Valentina, por seu chefe no trabalho, que também a assediou em diferentes momentos. Essas duas situações foram relatadas por mulheres negras, o que reforça a perspectiva descrita por Lélia Gonzalez (2020), quando se refere à superexploração das mulheres negras, e também com relação ao acúmulo de violências, aspectos abordados também por Maria durante a entrevista. Adicionalmente, as menores faixas de renda são justamente das duas entrevistadas pretas: Mônica e Maria. As duas também foram as únicas entrevistadas que não tinham concluído seus cursos de graduação, pela dificuldade de permanência em virtude das suas circunstâncias de vida. Tais questões serão abordadas em maior profundidade no capítulo 3.

Por fim, o quadro (01) a seguir traz a síntese do perfil das entrevistadas, conforme informações fornecidas durante as entrevistas.

Quadro 01

	Raquel	Joana	Ana	Valentina	Mônica	Maria
Idade	33	36	34	32	32	32
Raça/etnia	Branca	Branca	Indígena	Parda	Preta	Preta/indígena
Renda	R\$ 4.848,01 a R\$ 12.120,00	R\$ 2.424,01 a R\$ 4.848,00	R\$ 2.424,01 a R\$ 4.848,00	R\$ 4.848,01 a R\$ 12.120,00	Até R\$ 2.424,00	Até R\$ 2.424,00
Estado ou região de origem	DF	Sudeste	Norte	DF	DF	Nordeste
Onde reside	DF	Interior de Goiás	DF	DF	DF	Assentamento do MST no Nordeste
Duração do relacionamento	2009 a 2013	2006 a 2015	2005 a 2013	2015 a 2019	2018 a início de 2020	2011 a 2019
Indicação	Amiga em	Amiga em	Minha	Amigo em	Amiga em	Amiga em

para entrevista	comum	comum	conhecida da graduação	comum	comum	comum
Grau de escolaridade	Mestrado completo	Graduação completa	Mestrado incompleto	1ª graduação completa e 2ª incompleta; Pós-graduação <i>lato sensu</i> completa	Graduação incompleta	Graduação incompleta
Profissão	Professora do ensino básico	Aposentada e autônoma	Pesquisadora	Professora do ensino básico	Professora do ensino básico/autônoma	Comunicadora popular
Raça/cor do ex (de acordo com as interlocutoras)	Branco ou pardo	Branco	Indígena	Pardo	Pardo	Preto
Filha/o advinda/o do relacionamento em questão	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim

Ainda assim eu me levanto

Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.

Minha presença o incomoda?
Por que meu brilho o intimida?
Porque eu caminho como quem possui
Riquezas dignas do grego Midas.

Como a lua e como o sol no céu,
Com a certeza da onda no mar,
Como a esperança emergindo na desgraça,
Assim eu vou me levantar.

Você não queria me ver quebrada?
Cabeça curvada e olhos para o chão?
Ombros caídos como as lágrimas,
Minh'alma enfraquecida pela solidão?

Meu orgulho o ofende?
Tenho certeza que sim
Porque eu rio como quem possui
Ouros escondidos em mim.

Pode me atirar palavras afiadas,
Dilacerar-me com seu olhar,
Você pode me matar em nome do ódio,
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.

Minha sensualidade incomoda?
Será que você se pergunta
Porquê eu danço como se tivesse
Um diamante onde as coxas se juntam?

Da favela, da humilhação imposta pela cor
Eu me levanto
De um passado enraizado na dor
Eu me levanto
Sou um oceano negro, profundo na fé,
Crescendo e expandindo-se como a maré.

Deixando para trás noites de terror e atrocidade
Eu me levanto
Em direção a um novo dia de intensa claridade
Eu me levanto
Trazendo comigo o dom de meus antepassados,
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.
E assim, eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto.

(Poema de Maya Angelou)

3. As violências sofridas

Neste capítulo analisei os processos de violências sofridos pelas interlocutoras em relação ao recorte específico da pesquisa: mulheres com renda própria e acesso ao ensino superior. Não foi possível abarcar todas as violências vivenciadas pelas interlocutoras, buscando me ater aos objetivos da pesquisa e dado que não teria sido possível analisar tudo que me foi retratado. Assim, considere os aspectos em comum narrados pelas interlocutoras e que refletiram as particularidades das suas realidades. Os elementos sobre os quais me debrucei foram: 1- exploração do trabalho reprodutivo e 2- exploração financeira/patrimonial e intelectual. Além disso, analisei os impactos causados às carreiras acadêmicas e/ou profissionais. Ademais, todas as interlocutoras relataram ter vivenciado a violência psicológica, que impactaram suas vidas de diversas maneiras e permearam todas as formas de violência vivenciadas.

3.1 Exploração do trabalho reprodutivo e cuidado

Segundo a filósofa Silvia Federici, o trabalho doméstico é “totalmente naturalizado e sexualizado, uma vez que se torna um atributo feminino, todas nós, como mulheres, somos caracterizadas por ele” (2019, p. 46). Inclusive aquelas que, pela sua posição social, podem escapar de grande parte desse trabalho devido às trabalhadoras domésticas, não estão livres dessa “relação de servidão” (*ibid.*). Além disso, argumenta que: “como anos e anos de trabalho feminino fora de casa têm demonstrado, conseguir um segundo trabalho não muda esse papel” (*ibid.*, p. 50). Em suas palavras:

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças – os trabalhadores do futuro –, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (*ibid.*, p. 68).

Ou seja, é justamente esse *trabalho oculto*, invisibilizado, que não cessa pelo fato das mulheres também trabalharem de forma remunerada. Pelo contrário, acumulam-se funções:

trabalhando fora, dentro de casa e quando se tem filha/o(s) ainda mais, pois aí está envolvido o complexo trabalho de cuidado e educação. Todas essas tarefas proporcionam condições de sustentação da própria vida e, por isso, são consideradas trabalho reprodutivo. Justamente porque essa forma de trabalho é ocultada, por ser considerada um atributo *natural* das mulheres, devendo, a partir dessa lógica, sentirem até mesmo prazer em realizá-la, acaba por ser *invisibilizada* enquanto forma de violência e exploração.

Segundo relatório da Oxfam, “Tempo de cuidar – O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”:

Em todo o mundo, o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago é desproporcionalmente assumido por mulheres e meninas em situação de pobreza, especialmente por aquelas que pertencem a grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito em decorrência de sua raça, etnia, nacionalidade, sexualidade e casta. As mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado e compõem dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas (2020, p. 10).

Entre as funções de cuidado desempenhadas pelas mulheres são listadas, no mesmo relatório, as de crianças, de idosos e pessoas com doenças e deficiências físicas e mentais, bem como o trabalho doméstico diário que inclui cozinhar, limpar, lavar, consertar coisas e buscar água e lenha. Assim: “Se ninguém investisse tempo, recursos e esforços nessas tarefas diárias essenciais, comunidades, locais de trabalho e economias inteiras ficariam estagnadas” (*ibid.*). Esse cenário impacta as mulheres e meninas em diversos níveis, tanto individual quanto socialmente:

[...] as mulheres e meninas que assumem essa responsabilidade têm pouco tempo para si mesmas e, portanto, não conseguem satisfazer suas necessidades básicas ou participar de atividades sociais e políticas. Na Bolívia, por exemplo, 42% das mulheres afirmam que o trabalho de cuidado constitui o maior obstáculo à sua participação na política (*ibid.*, p. 13).

Como resultado da distribuição desigual de cuidados na sociedade, do desprestígio e deslegitimação dessas formas essenciais de trabalho, que em sua maioria ou não são remuneradas ou são mal remuneradas, as mulheres e meninas são impedidas de dedicarem-se mais aos estudos, trabalhos remunerados e outras formas de investimento em seus projetos. A

tendência, segundo o mesmo estudo, é de que esse quadro de desigualdade piore nos próximos anos:

O mundo enfrenta uma crise de prestação de cuidados devido aos impactos do envelhecimento da população, a cortes em serviços públicos e sistemas de proteção social e aos efeitos das mudanças climáticas – ameaçando piorar a situação e aumentar o ônus que recai sobre trabalhadoras de cuidado (*ibid.*, p. 13).

Atrelada ao fenômeno de naturalização da exploração do trabalho feminino existe uma *pedagogia afetiva*, que ensina às mulheres como devem se sentir, por meio dos *dispositivos amoroso e materno*. O *dispositivo amoroso* “apresenta-se como caminho privilegiado de subjetivação para as mulheres em nossa cultura, significa dizer que as mulheres se subjetivam, na relação consigo mesmas, mediadas pelo olhar de um homem que as ‘escolha’” (ZANELLO, 2018, p. 84). Já o *dispositivo materno* reservou para as mulheres “um lugar aclamado como o de mãe, de guardadora do futuro da pátria, de rainha do lar e responsável pela economia doméstica” (*ibid.*, p. 133). É nesse sentido que a pensadora Valeska Zanello refere-se ao *empoderamento colonizado* como uma espécie de “armadilha”, pois passaram a ser valorizados justamente os atributos que lhes subjugaram através da naturalização de “‘qualidades maternas’ nas mulheres – como capacidade de cuidar dos outros, altruísmo, afeto, atenção, paciência etc.”, o que, por sua vez, “teve desdobramentos importantes, tanto na esfera doméstica, quanto na vida laboral” (*ibid.*, p. 141). Ainda sobre o *dispositivo materno*:

Uma mulher, ainda que sem filhos, será interpelada a funcionar em maior ou menor grau nesse dispositivo (a cuidar de seu pai doente, primo, irmão, namorado etc.: a abandonar seus próprios projetos em função dos outros, a ter uma disponibilidade para o cuidado [...]) (*ibid.*, p. 153).

Dessa forma, espera-se que as mulheres também estejam mais disponíveis para o cuidado em seus empregos, com os mesmos atributos mencionados acima como característicos de “qualidades maternas”. Ainda mais, os próprios trabalhos que grande parte das mulheres realizam estão relacionados com a tarefa de cuidar: empregadas domésticas e babás, trabalhos destinados majoritariamente às mulheres negras; professoras do ensino básico, enfermeiras, etc. (*ibid.*, p. 136-138). Inclusive, três interlocutoras atuam como professoras do ensino básico: Raquel, Valentina e Mônica (além de mim, a autora da dissertação).

Para Lélia Gonzalez existem, por sua vez, dois tipos de “qualificação profissional” destinados às que estão na base da pirâmide social no Brasil: a de *doméstica* e a de *mulata*. O ofício de *doméstica* é reservado às mulheres negras desde a escravidão, em que foram e continuam sendo superexploradas economicamente, sendo tratadas como “mulas de carga”. Já como *mulatas* são superexploradas sexualmente, corpos “eróticos-exóticos” que são objetos de entretenimento. Esses estereótipos ainda estão presentes de forma contundente no imaginário nacional (2020, p. 59). Portanto, as mulheres negras estão submetidas a formas mais agravadas de exploração, tanto de seus trabalhos, em geral de forma mais precarizada do que das mulheres brancas, impossibilitando, inclusive, que tenham condições de exercerem o papel de “donas de casa” em suas próprias moradias. Nesse sentido, os *dispositivos amoroso e materno* possuem características próprias quando se trata das mulheres negras, por estarem em posicionamentos sociais mais precarizados, e das indígenas, por estarem inseridas em diferentes contextos étnico-culturais. Com relação ao recorte específico da pesquisa, mulheres com renda própria e acesso ao ensino superior, foi possível perceber que as mulheres com renda mais baixa foram Mônica e Maria, mulheres pretas, sem vínculos empregatícios formais. No caso de Maria, ela, além de preta, é também indígena. A seguir, analiso as formas de exploração do trabalho reprodutivo através dos relatos das interlocutoras.

Na experiência de Raquel, seu ex também se beneficiava do seu trabalho doméstico e do fato de possuir mais poderio econômico do que ela. Ele, por sua vez, dizia que essa posição hierárquica com relação aos afazeres domésticos justificava-se pois era ele “quem colocava a maior renda na casa”. Para ela, o trabalho doméstico era um fator constante de conflitos no seu relacionamento. Ela destacou o “choque” que teve, já que em sua casa o seu irmão realizava muitas atividades domésticas e, no seu relacionamento, seu ex lhe atribuía toda a carga desse trabalho, ainda desvalorizando-o como algo “menor”, sem importância.

Raquel: Meu irmão sempre cozinhou, lá em casa era o contrário, ele é três anos mais novo que eu e ele é tipo um *chef*, (...) e ele faz tudo, é ótimo pra cuidar de casa. Eu nunca senti essa necessidade. Então quando eu fui pra lá eu aprendi “na marra”, então eu cuidava de tudo: a roupa quem lavava eu era, o pó quem tirava era eu, o banheiro, tudo, se fosse passar uma roupa era eu. Tudo era eu. E aí foi um choque muito grande. Muito, muito, muito grande. Desde o começo, desde o primeiro mês que a gente foi morar juntos, a gente já tinha brigas horríveis. Eram brigas violentas, a gente gritava um com o outro. Porque foi um choque muito grande. (...) Porque uma pessoa que não tem noção do cuidado com a casa ela também não mantém e não valoriza. Então pra ela é qualquer coisa, tipo: isso aí que você fez é um serviço que demora cinco minutos, mas ao mesmo tempo essa pessoa não faz, não tem a capacidade de fazer.

Além disso, havia sobrecarga de trabalho: ela trabalhava fora de casa, fazia mestrado e trabalhava dentro de casa. É importante notar que o homem com o qual se relacionou se dizia apoiador do feminismo. Sobre esse tema, bell hooks traça interessantes reflexões, destacando que o cuidado é atribuído às mulheres no âmbito dos relacionamentos afetivo-sexuais:

Entre nós feministas, os homens que amamos foram indivíduos que reivindicavam se importar com a injustiça. (...) Verbalmente, eles defendiam a nossa luta pelos direitos das mulheres. Entretanto, quando começamos a falar de revolução feminista, querendo muito mais do que direitos iguais, quando começamos a demandar toda uma transformação cultural, uma que demandaria que os termos da masculinidade fossem alterados e reconstruídos, mais frequentemente do que não, os homens nas nossas vidas não ficavam ao nosso lado sinceramente. Para muitas de nós, essa falha de solidariedade era mais graficamente e dolorosamente registrada nas nossas vidas íntimas. A recusa dos nossos camaradas masculinos em mudar seus pensamentos sobre sexualidade, especialmente o condicionamento sexista de acreditar que as mulheres existiam para satisfazer seus desejos sob demanda, deixou claro que eles não estavam dispostos a desistir de todos os privilégios concedidos a eles pelo patriarcado²¹ (2003, p. 65).

Ou seja, para hooks, essa transformação da esfera íntima não é algo que ocorre facilmente e muito menos “da boca pra fora”, pois envolve uma transformação profunda de valores e posturas, que precisam ocorrer tanto em nível macro quanto micro, não bastando uma simples afirmativa nesse sentido.

No caso de Joana, mesmo sendo ela a principal provedora da renda do casal, seu ex ainda tinha expectativas de que ela realizasse todo o trabalho doméstico. Ou seja, diferentemente do papel historicamente atribuído à “dona de casa”, que cuida do lar e da/o(s) filha/o(s), sendo o marido então o “provedor” em termos econômicos, seu ex não contribuía de forma regular financeiramente e tampouco se considerava responsável pelo trabalho doméstico.

Joana: Eu trabalhava nesse trabalho que eu não gostava, mas que pra ele era muito confortável. Porque eu saía e ficava o dia inteiro e ele usava a casa, a casa sempre cheia de músicos. Era a casa da galera que fazia ensaios, que ele fazia tudo. E aí quando eu chegava a casa toda “cagada”, tudo sujo. E eu chegava morta, cansada e era isso, minha vida era isso. Eu entrei num processo de depressão mesmo. Eu me responsabilizava pelo trabalho doméstico e eu só pedia: “Cara, mantém as coisas. Lava a sua roupa. Sei lá, faz alguma coisa.” E era aquele caos, sabe?

Apesar da sua vantagem econômica em relação ao seu ex, isso não converteu-se em termos de poder no relacionamento. O trabalho doméstico ainda era atribuído a ela, como se fosse, prioritariamente, sua responsabilidade. Para a socióloga Lourdes Bandeira, o

²¹ (Tradução minha).

assujeitamento das mulheres em face do amor nos relacionamentos afetivos, associado ao seu controle e dominação, são parte de uma estrutura de *mais valia masculina*, que edifica o sistema patriarcal e cuja dinâmica se estabelece de acordo com a lógica de “se você me ama você faz... me obedece” (2017, p. 30). Ao mesmo tempo em que, como pontua hooks: “Ser agressivo é a maneira mais simples de afirmar a masculinidade patriarcal. Homens de todas as classes sabem disso” (2022, p. 111). Em relação ao trabalho doméstico, as dinâmicas retratadas pelas interlocutoras não se referiram a ordens explícitas, mas a uma lógica implícita de exploração de trabalho por gênero.

Joana se sentia presa em um trabalho que detestava, mas que garantia a sua estabilidade financeira e a de seu marido. Ela falava com seu ex sobre deixar o emprego e ele a questionava perguntando o que ela faria se isso ocorresse. Quando ele demonstrou que não a apoiaria, ela percebeu que ele não se importava realmente com seu bem estar. Para Joana, a contrapartida que ele lhe oferecia era de “estar ali”, dela não estar sozinha. Segundo ela:

Joana: Vivia aquela “vida da Babilônia” também, correndo de um lado pro outro. E isso da família também, isso de não ter uma família muito estável, sabe? Eu sentia que isso me deixava fragilizada. Não tinha muito um apoio da família, assim de: “Não, tá errado, vem pra cá.” Sei lá. Eu vivia isolada ali na minha vidinha, naquele “corre” ali. E, por algum motivo, eu me sentia dependente porque meio que ele tava ali, né? Eu tinha uma segurança de que eu não tava sozinha, né?

Aqui, o medo da solidão aparece como um elemento que a deixou vulnerável, mesmo se sentindo desconfortável com a situação de “bancá-lo” e exaurida com a rotina de trabalho dentro e fora de casa. Com relação a este aspecto, um dos principais mecanismos presentes no *dispositivo amoroso* é justamente a perspectiva sobre a mulher solteira como uma mulher “fracassada”. Contudo, no caso de Joana, ela não relatou algo especificamente nesse sentido, mas por ter estado distante da família e não ter tido um meio social que a apoiasse, tornou-se esse um fator relevante para ela.

Já na experiência de Valentina, seu ex desrespeitava o seu não desejo de maternidade durante o relacionamento, retirando a camisinha durante o sexo sem o seu consentimento, o que se configura como uma forma de violência reprodutiva e sexual.

Valentina: Ele queria ter um filho. Porque o pai dele tava “pra morrer”, literalmente “pra morrer” e ele queria dar um neto. E eu não uso pílula, né? Desde o início eu falei pra ele. (...) O meu corpo não se adapta. Então, foi uma escolha minha. Uso tabelinha. Tenho 32 anos, nunca fiz um aborto. Claro, já passei por algumas situações de achar que eu tava grávida? Sim. Já tomei pílula do dia seguinte? Já. Mas foi o máximo que eu fiz. (...) Tá dando certo até hoje. Ele tirava [a camisinha]

sem o meu consentimento. Às vezes ele fingia que botava e não botava. Às vezes ele gozava dentro de propósito. E ele me perguntava, assim, como eu faço a tabelinha, né? Eu acompanho por um aplicativo do celular. Aí ele perguntava: “Então gatinha, como é que tá aí seu ciclo hoje?” Aí eu falava: “Hoje tá perigoso, tá pra ter neném. A gente tem que ter mais cuidado.” Era nesse dia que... E eu realmente não sentia como que ele tirava, eu só sentia o gozo na perna. E aí eu sempre brigava. “Escroto”, né?

Existe um termo em inglês para descrever essa prática: *stealthing*, que quer dizer furtividade em português. Ainda não há previsão na legislação brasileira que a tipifique como crime especificamente. Há, contudo, dois artigos do Código Penal que podem ser utilizados nessas situações: o artigo 130, que refere-se ao contato venéreo intencional, e o artigo 215, que trata da relação sexual perante fraude (FERREIRA, 2021). Valentina não pensou em denunciar seu ex por isso, mas ela sabia que era uma atitude violenta, que desrespeitava sua decisão, o seu direito ao seu próprio corpo e ao seu projeto de vida. Seu ex, para ela, ao retirar a camisinha sem o seu consentimento, estava interessado em satisfazer o seu próprio desejo, em detrimento do dela.

Adicionalmente, ter um/a filho/a em um relacionamento violento pode significar um aprofundamento da própria dinâmica violenta, já que proporciona um vínculo que pode gerar maior tentativa de controle sobre a mulher, de dependência emocional e financeira, enquanto o homem é favorecido por essa situação. Isso porque:

Quem mais se beneficia do *dispositivo materno* das mulheres são os homens. Enquanto elas cuidam deles, por eles e para eles (não só da casa, dos filhos, mas colocando sua energia pessoal nos projetos deles), os homens podem cuidar e investir sua energia em si mesmos e em seus próprios projetos. Em termos de pedagogia afetiva e processos psicodinâmicos de constituição subjetiva dos homens, trata-se do egocentrismo. Ou seja, no tornar-se homem, o que se aprende é a priorizar sempre os próprios interesses, anseios e desejos. Neste sentido, homens brasileiros têm aprendido muito pouco a cuidar e têm cuidado muito mal (ZANELLO *et al.*, 2020, p. 1-2).

Ao passo em que anteriormente foi ressaltada a importância de não nos atermos às *histórias únicas*, aqui cabe pontuar a importância de algumas generalizações. Assim, o conceito de *essencialismo estratégico* auxilia a refletir sobre essa problemática, já que parte da premissa de uma *categoria situada* que visa a mobilização política das mulheres, mas entendendo os limites dessa identidade comum (ZANELLO, 2018, p. 54). Dessa forma, a experiência de opressão também cria certa “unidade”, mesmo que de maneiras específicas para os diferentes grupos de mulheres. Aqui, um raciocínio similar pode ser aplicado em

relação aos homens e, por isso, é possível abarcar o conjunto de “homens brasileiros”, mesmo com suas especificidades de classe, raça e etnia.

No caso das interlocutoras com filha/o(s), o benefício dos ex's em relação ao *dispositivo materno* tornou-se ainda mais evidente, por meio da ausência de cuidado com a/o filha/o e a sobrecarga da mãe, havendo também a naturalização dessa função. Mônica, quando engravidou pela segunda vez do seu ex, depois de ter realizado um aborto do qual ele, mesmo alegando não ter condições para ser pai naquele momento, guardou ressentimentos em relação à sua decisão, ele lhe disse: “Olha, eu falei que se você ficasse grávida de novo as coisas iam ficar mais difíceis pra você. Se você quiser ficar aqui em casa você pode ficar até a neném nascer. Mas não vai sair por aí dizendo que você é minha esposa.” Ou seja, para ele, tratava-se de uma espécie de favor que ele estaria fazendo à Mônica apoiando-a na gestação da própria filha. Após o nascimento da bebê essa dinâmica de exploração se aprofundou. Em suas palavras:

Mônica: Ele não quer cumprir as responsabilidades dele direito. Eu que fiz a prova do concurso sendo mãe, trabalhando, estudando, na faculdade e tudo. Ele me virou mês passado e disse: “Eu só vou poder ver a neném depois da minha prova [de concurso]. Eu não fui falar que faltavam duas semanas pra eu fazer a minha [prova de concurso]. Deixei pra lá. Mas aí ele vem colocando “mil e uma” desculpas. Mandou pra mim uma mensagem dizendo: “Se der tudo certo, se não tiver chovendo, eu vou pegar a neném.” (...) Daí ele apareceu aqui no sábado, depois abriu um solzão. O horário que era pra ele chegar era às nove e entregar às duas pelo acordo que nós fizemos. Nem existe esse tipo de acordo e a gente fez por conta da pandemia. Aí ele me chega aqui quase onze horas da manhã. Tá. Aí eu já tava toda perdida, não tinha tomado café porque eu fiquei “naquela de preparar a menina”, esperando o pai. (...) Aí ele chegou e saíram. Eu vim fazer uma prática de yoga super-rapidinho e saí pra ir no mercado. Quando eu volto do mercado já tão os dois bem aqui na minha porta. Era pra ele chegar tipo duas e vinte, ele chegou não era nem uma e vinte aqui na minha porta. E aí eu tava na rua e eu já cheguei com raiva, né? Olhando assim. Já vim na rua “virada no bicho.” Aí, tipo, eles tavam assim do outro lado da rua, eu com a mão cheia de sacola, o carrinho, e ele queria só largar e meio que “tchau, né?”. E eu achei que ele ia querer conversar porque eu também tinha proposto conversar pra fazer as coisas ficarem mais “fluidas”. Daí ele só deu tchau. Aí eu falei assim pra minha filha: “Neném, empurra o carrinho.” Ela foi empurrar e ainda caiu na poça d’água da rua. Aí ele desconfiou e terminou de ajudar. Mas ela já tinha caído, ele levantou ela, limpou, passou um paninho nela, nas mãos. Aí eu perguntei sobre o almoço e ele: “Ah, ela não quis almoçar. Mas eu almocei.” Ficou nessa e foi embora. Daí ele ficou dando tchau. Talvez ele quisesse que eu ficasse insistindo com ele pra ele entrar, né. Eu não tô nesse lugar mais, eu não tô com essa paciência. Eu não tô com paciência pra lidar com duas crianças.

Para Mônica, o pai de sua filha, que está na faixa dos 40 anos e já possui uma filha adolescente, age como se não fosse sua responsabilidade, como se estivesse fazendo muito ao cumprir requisitos básicos da função de pai: pagar pensão e ver a filha ocasionalmente. Para

ela, seu ex estava mais preocupado com seus “encontros amorosos” e no fato de ser “concurseiro” do que em cuidar da filha:

Mônica: Ele quer fazer tudo muito do jeito dele. Quando der, quando ele sentir saudade. Entendeu? Porque ele trabalha. Porque ele é concurseiro. Então, ver a filha depende de várias coisas. Inclusive dos encontros amorosos dele, né? O que eu quis dizer pra ele é que não, que a filha é responsabilidade, é obrigação dele estar com a filha dele e que é importante.

Para os homens, o *dispositivo da eficácia* também naturaliza certos comportamentos tidos como masculinos, tais como: “a ação enérgica, a atividade sexual, a coragem, a resistência física e moral, o controle de si (emoções e corpo), cabendo a eles o âmbito público e o trabalho reconhecido e remunerado” (*ibid.*, p. 177). Esse dispositivo atua por meio da *virilidade laborativa* e da *virilidade sexual*. Em ambos os casos, a identidade dos homens passa a ser validada pela noção de “sucesso” no trabalho, de acordo com a possibilidade de acúmulo de riquezas e de se tornar um “provedor”, e na performance sexual, seja pelo número de parceiras ou pela sua duração (*ibid.*, p. 253). Ao mesmo tempo, ressalta-se a existência de várias masculinidades, inclusive as não-hegemônicas, como no caso dos homens negros, indígenas e homossexuais. Nesse sentido, é necessário considerar as suas especificidades, como a própria hipersexualização dos homens negros (RIBEIRO, 2020; HOOKS, 2022) e o fato deles possuírem trabalhos mais precarizados, em média, do que homens e mulheres brancas²². Ainda assim, tais especificidades não os tornam menos passíveis de compactuar com o machismo. Para hooks:

Racismo não impede homens negros de absorverem a mesma socialização sexista em que os homens brancos são mergulhados. Quando bastante jovens, garotos negros aprendem que têm um *status* privilegiado no mundo, com base no fato de terem nascido meninos; eles aprendem que esse status é superior ao das mulheres. Como consequência da socialização sexista prematura, eles amadurecem aceitando os mesmos sentimentos sexistas que os brancos aceitam. Quando mulheres não afirmam o *status* de homem de homens negros, assumindo um papel subordinado, eles expressam o desprezo e a hostilidade que os ensinaram a ter por mulheres não submissas (2020, p. 167).

Dessa forma, mesmo não compondo a masculinidade hegemônica, os homens negros são socializados a partir do sistema de hierarquia de gênero e da hierarquia racial que são

²² Segundo dados do IBGE: “Os homens pretos ou pardos, por sua vez, possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres dessa mesma cor ou raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações) (2019, p. 3). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 24/01/2023.

estruturais. É importante ressaltar que os homens negros se deparam com um conjunto diverso de estereótipos em relação aos homens brancos, já que não são vistos enquanto “provedores” necessariamente, mas como “selvagens, fora de controle, incivilizados e predadores por natureza” (HOOKS, 2022, p. 109). Ainda mais: “muitos dos estereótipos machistas e racistas dos séculos XVIII e XIX atribuídos aos homens negros são traços hoje considerados dos psicopatas. Um deles é a incapacidade de demonstrar respostas emocionais, o que tem sido descrito como falta de consciência” (*ibid.*, p. 109). Assim, muitos homens negros não violentos se relacionam com um público que os vê e trata dessa maneira, como se essa fosse sua “verdadeira identidade” (*ibid.*, p. 111). Além disso, hooks reflete sobre a ausência de referência de uma paternidade negra presente e que, ao mesmo tempo, rejeita a visão de que o pai é mais importante do que a mãe simplesmente por ser homem:

Até que as pessoas negras de todas as classes passem a valorizar a participação ativa dos homens negros na parentalidade, meninos e jovens negros continuarão acreditando que seu objetivo é simplesmente gerar filhos, que eles podem provar sua masculinidade em um sentido patriarcal fazendo bebês, apenas – e não cuidando deles (*ibid.*, p. 188).

Nesse sentido, foi marcante para Mônica que seu ex, um homem negro, nunca assumiu publicamente seu relacionamento com ela, nem com outra mulher negra com quem se relacionou posteriormente, mas o fez com uma mulher branca de classe média alta.

Mônica: Até que ele começou a namorar a professora de *yoga* dele que era uma “mulher maravilhosa, a professora e a médica e a mulher branca e essa sim é a mulher que eu sempre quis e que eu vou mostrar pra todo mundo”. Não falou de mim. Eles começaram a namorar no mesmo mês que a minha filha nasceu. Ele só foi falar pra ela um mês depois que a neném nasceu que ele tinha uma filha. E ele falou porque ficou com medo de eu chegar e falar.

Além de tê-la invisibilizado durante o próprio relacionamento, continuou a fazê-lo durante a sua gestação, omitindo o nascimento da filha para a sua parceira branca. Mônica, na época em que os dois se relacionaram, refletia sobre as questões da negritude, sobre a questão do homem negro. Assim:

Mônica: Quando se fala em machismo, se fala na perspectiva do homem branco e não do homem negro. Porque o homem branco é o privilegiado mesmo. O homem negro tem toda essa questão de ter sido privado de ter uma família e cuidar da própria família, sofreu muitas agressões desde a época da escravidão, sendo torturado e sofrendo muito. Tem a questão emocional mesmo, de que não foi dado

ao homem negro esse lugar para sentir, de se emocionar, sentir amor e afeto. Sempre foi muito esse lugar da dor.

Para ela, hoje é importante entender esse lugar de não-afeto quando se relaciona com um homem negro, mas também de saber que não pode “ficar a vida toda justificando o homem negro que não quer se trabalhar, que não quer refletir sobre as próprias questões”. Enquanto mulher negra, ela se relacionar com um homem negro é um posicionamento político. Em sua pesquisa sobre vivências afetivo-sexuais de mulheres negras, Pereira destaca que:

Os sonhos de constituir um casal negro, de constituir uma família "afrocentrada" e de ter filhos/as "pretinhos/as" são, por um lado, o resultado de lutas simbólicas e de vitórias parciais dos movimentos negros e de mulheres negras e, por outro lado, indicativos de dificuldades e dilemas vividos por mulheres negras no âmbito dos afetos (2019, p. 262).

Assim, como destacado por Pereira, a fala de Mônica sobre seu posicionamento político demonstra a complexidade das dificuldades e dilemas vividos por mulheres negras nas relações afetivo-sexuais, já que traça a perspectiva histórica sobre o impacto da escravidão e do racismo na experiência de amar. Como explica hooks: “A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os Afro-Americanos. Mas ao fazer essa escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor” (2010). Ainda assim, no caso de Mônica, o seu entendimento sobre esse fato não lhe trouxe um relacionamento mais simétrico, onde houvesse a possibilidade de uma compreensão e solidariedade mútuas (PEREIRA, *op. cit.*).

Já para Maria, a forma como as mulheres são tratadas nas comunidades rurais e em diversos povos é um reflexo “da aculturação do homem branco” por meio da subjugação cultural. Para ela: “o homem preto se espelha no homem branco pras suas atitudes, pras suas formas de pensar. Ele cresceu com essa concepção de que ele tinha que ser católico, que ele tinha que ser o dominador do lar, né? O ‘alfa’ do lar.” Ou seja, para ela, não basta ser negro e indígena para não reproduzir a lógica dominante, que é a do machismo da sociedade colonizadora,

No caso de Ana, seu filho foi criado em parte por ela e em parte pela sua família, já que estava estudando longe de sua cidade de origem e não tinha uma estrutura para estudar e cuidar do filho sozinha, e o pai da criança também morava em outra cidade. O pai de seu filho

cumpria com as obrigações legais e formais: pagava pensão e via o filho quando era viável, de acordo com as possibilidades dele e não a partir das necessidades de Ana ou do próprio filho.

Ana: Porque desde o início ele assumiu, mas essa questão, por exemplo, de acompanhar em exame, de estar lá perto na hora do parto não, né? Tava longe. Mas na certidão, pagando pensão, essas coisas sim, né? Mas, que isso hoje a gente sabe que não é o suficiente...

Ana Livia: De forma distante então, né?

Ana: De forma distante.

Além disso, ela também sofria com o fato do ex ficar alcoolizado frequentemente e, muitas vezes, nessas ocasiões havia atritos entre os dois. Outras vezes, para que ele dormisse e a deixasse dormir de madrugada, ela fazia sexo com ele, mesmo sem vontade.

Ana: Uma coisa que me pesou muito, por exemplo, foi realmente o exemplo que eu vi da minha mãe, dos meus pais, né? Porque assim, às vezes meu pai bebia e ele era daquela pessoa bêbada que não dorme. Queria ficar a noite toda conversando com a minha mãe e minha mãe dando atenção como se fosse um bebezinho, sabe? E aí eu cresci dizendo: “Eu não quero isso pra minha vida”. E, por incrível que pareça, o meu ex era desse jeito assim. Mas pior ainda que meu pai, sabe? Porque ele queria conversar e às vezes até ter relação sexual quando tava bêbado. E eu fazia. Pra ver se a pessoa dormia, mas não dormia. Depois eu fiquei pensando assim, eu falei que eu não quero passar pelo que minha mãe passou e eu tô indo basicamente no mesmo caminho, né?

O *débito conjugal*, para Zanello, é o sexo sem vontade no casamento, que pode servir tanto como uma obrigação por parte da mulher de satisfazer a necessidade sexual do marido ou companheiro quanto como “moeda de troca” para obter benefícios na relação (2018). Similarmente, para Raquel, havia uma cobrança diária de seu ex-marido com relação ao sexo, mas ela foi tendo muita aversão por causa das violências que sofria. Como ele era violento com ela de várias formas, sentia que o sexo era mais uma das formas de violência praticada. Raquel era desrespeitada de forma integral e depois se sentia usada durante o sexo, pois era uma relação na qual não havia preocupação com seu prazer. Também se sentia abusada nessa questão da violência patrimonial, dele ficar lhe mandando embora de casa com frequência porque ele era a pessoa que tinha o maior poder aquisitivo e ela estava longe da sua cidade de origem. Então todos esses mecanismos eram usados para que se sentisse oprimida naquela relação.

Com relação ao comportamento infantilizado dos ex-parceiros, descrito tanto por Mônica quanto por Ana, Maria acrescenta a reflexão de que: “Parece que o indivíduo não é

adulto, vive com outras pessoas tendo que decidir o rumo da vida dele. Os homens que nunca crescem. E as mães que não querem que os filhos paguem pelas consequências dos erros, apoiando toda forma de erro.” Além disso, Maria apontou que, em sua experiência, a família do ex buscou favorecê-lo de várias formas, atrapalhando seu próprio processo de amadurecimento. Na vivência de Maria, a exploração do trabalho reprodutivo ocorreu de forma muito contundente, não apenas pelo pai de seu filho, como também pela família dele. Ela desistiu da sua primeira graduação quando engravidou. Após entrar no seu segundo curso, que ficava mais perto do assentamento onde vivia, passava o dia inteiro fora da comunidade, fato que gerou desconforto para seu então marido e sogra.

Maria: Eu saía daqui cinco da manhã e voltava às onze horas da noite, em função do ônibus que a prefeitura coloca à disposição. Então pra não pagar transporte, né? (..) E nisso meu filho ficava aqui, né? Ficava aqui com minha ex-sogra, com o pai. Ficava com o pai, mas acaba que a vó que cuidava, ajudava a cuidar também. E o tempo que eu tinha pra estudar porque a gente tinha um acordo, né? Só que assim, a mãe suporta tudo, né? O pai não (risos). Justamente essa estrutura da sociedade. Então ele achou que ficou muito pesado pra ele, pra mãe dele. Por um tempo eles me colocaram na parede que era pra eu trancar o curso ou então “largar” de vez. Eu falei: “Não tem como, né? Trancar eu não vou. Eu já tranquei o outro e aí eu não posso trancar esse agora. Mesmo assim eu tranquei um semestre. Porque eu comecei a estudar em março e ele [o ex] só se formava em dezembro, então eu tive que trancar esse semestre. Eu estudei um semestre e o segundo eu já tranquei. Então foi bem complicado pra mim tentar organizar tudo isso aí. Daí o ano seguinte, até meu filho completar três anos eu já fui mediando isso, vendo uma pessoa pra cuidar dele e eu pagando, pra não ficar pesado pra os parentes dele nem pra ele. Mesmo assim foi muito complicado esse período justamente que eu tava estudando e tava ausente. É diferente, né? A mulher estar na comunidade e o marido estar fora é uma outra situação. Se o marido tá na comunidade e a mulher que tá fora... E de certa forma, ele começou a sentir ciúmes, né? Porque não era fora só estudando, tava fora também trabalhando, tava fora também viajando pra outras atividades. Toda essa situação com dinheiro, era eu quem sustentava a casa. (...) Já tinha muito atrito, né? Porque é justamente isso, autonomia né, uma mulher com autonomia intimida muito se o homem também não tem entendimento sobre isso. Porque é importante cada um ter sua autonomia, independente de gênero.

Aqui, vemos a partir do relato de Maria, como o seu ex-marido sentiu-se rebaixado pelo fato de que ela estava fora da comunidade e também sendo a provedora financeiramente. Dois elementos importantes em relação ao *dispositivo materno* e ao *dispositivo da eficácia*, pois o ambiente doméstico, de trabalho reprodutivo, é destinado às mulheres, e ao homem é atribuído o ambiente externo e o de prover financeiramente. Maria também ressaltou que os valores da comunidade inserem-se nesse contexto patriarcal e que, quando terminou seu relacionamento, algumas pessoas lhe falavam coisas do tipo: “Fulano é muito bom, volta para

ele. Ele te ama.” Mesmo com todas as discussões sobre violência contra as mulheres que ocorriam no assentamento, ainda era muito comum ouvir esse tipo de comentário.

De acordo com Marcela Lagarde y de los Ríos, o poder e a autonomia das mulheres são algo por construir, precisam ser defendidos porque não existem plenamente, já que elas são valorizadas pela sua capacidade de fundir-se com os demais (1997, p. 4-11). Além disso, a discussão sobre a autonomia é complexa, pois ela não se dá em todas as esferas da vida de uma pessoa, grupo ou instituição. Dessa forma, é possível ser mais ou menos autônoma em diferentes setores da vida e, tradicionalmente, tem sido muito difícil para as mulheres latino-americanas terem autonomia tanto na vida familiar quanto na conjugal, já que suas funções de cuidado e de fusão estão fortemente arraigadas nesses contextos (*ibid.*, p. 20). Assim:

Os conflitos vitais, existenciais das mulheres estão marcados internamente por essa luta de contradições que às vezes nos devasta. Ser para outros e ser para mim. Estar em igualdade com os outros e estar em inferioridade com os outros. Ter funções de cuidados vitais com os outros e legitimamente cuidar de nós mesmas. Fazer uso de bens, capacidades, destrezas para si própria²³ (*ibid.*, p. 23).

As lógicas de abdicação de si mesmas e de seus projetos pessoais, de dedicação e cuidado com o ambiente doméstico e, no caso das mulheres com filhos, ocorrendo de forma ainda mais intensificada através da hiper-responsabilização pelo cuidado com a prole, geraram prejuízos aos seus desenvolvimentos enquanto pessoas. Até então, vimos como a exploração das mulheres a partir dos *dispositivos amoroso e materno* reforçaram os papéis de gênero usualmente atribuídos às mulheres. A seguir, o foco se dá na aparente inversão dessa lógica, quando as mulheres são provedoras e, mais do que isso, exploradas financeiramente e intelectualmente.

3.2 A exploração financeira/patrimonial e intelectual

A exploração financeira das mulheres em seus relacionamentos íntimos ainda está fortemente ligada a determinados preconceitos, como o de que ela ocorreria apenas em relacionamentos em que a mulher é muito mais velha do que o homem, por exemplo. Isso

²³ (Tradução minha).

porque estaria distante dos atributos de mulheridade hegemônicos: brancas, heterossexuais e de classe média, que recebem salários menores do que os dos homens com os quais se relacionam, brancos também, pois dedicam boa parte do seu tempo para o cuidado com a família e o relacionamento. Contudo, essas imagens não estão presentes para todos os grupos de mulheres, como mostrou Pereira na sua pesquisa qualitativa sobre a violência doméstica e familiar contra mulheres negras: “as mulheres pretas entrevistadas ocupam o papel de provedoras, que é tradicionalmente entendido como masculino dentro da concepção de família branca e burguesa” (2013, p. 103). Este fato remonta à própria escravidão, já que as mulheres negras sempre trabalharam arduamente. Para a pensadora Sueli Carneiro:

Nós mulheres negras fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas este mito, porque nunca foram tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas, etc.; mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! (...) Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? (1993, p. 11).

Assim, como afirmam Carneiro e Pereira, as mulheres negras não compartilham do mesmo estereótipo de “donas de casa” como as mulheres brancas. Pelo contrário, são em geral vistas como trabalhadoras, particularmente as mulheres pretas.

Sobre o estereótipo da mulher branca, um fato a ser lembrado foi a capa da revista de direita “Veja” sobre aquela que viria a ser, após alguns meses, a primeira-dama do Brasil, Marcela Temer, e que tinha como título: “Bela, recatada e do lar”. Marcela Temer, uma mulher muito mais nova do que o marido, Michel Temer, magra, loira, vestindo “roupas até o joelho e preferência por cores claras” (MORAES, 2016). Este fato ocorreu durante o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em que a mesma sofreu intensos ataques pelo fato de ser uma mulher poderosa e que rompia com o ideal de mulheridade hegemônico. Como nas próprias palavras de Rousseff, em tom de ironia: “Fui descrita como uma mulher dura, e sempre disse que era uma mulher dura no meio de homens ‘meiguíssimos’. Eu nunca vi ninguém acusar um homem de ser duro, e a gente sabe que eles são”. Frequentemente era retratada nos meios de comunicação como “burra”, “louca”, “prostituta” (CAVVICHOLI, 2021). A retirada de Dilma Rousseff do poder deu-se por meio de um discurso sobre a “boa mulher”, a mulher que deveria figurar nos bastidores da política e ser “bem-comportada”, ou seja, ficar à margem de algum homem.

No caso das interlocutoras, todas estavam na faixa dos seus vinte anos quando sofreram a exploração financeira, e três delas relataram sofrer exploração financeira/patrimonial (uma mulher branca, uma parda e uma preta/indígena) e uma sofreu exploração intelectual (mulher branca). Nos relatos, houve duas situações em que as mulheres estavam no papel de provedoras. Contudo, este papel não lhes atribuía poder no relacionamento. Como explicita Valentina:

Valentina: Hoje eu não sei o que eu vi nele, sabe? Porque eu era independente, eu trabalhava. Mesmo morando com os meus pais, eu ganhava ali o meu salário de professora. Eu viajei com o meu carro, eu que paguei praticamente 60-70% da viagem. Porque a gente tava namorando. Eu não sou “mão fechada”, sabe? (...) Nos seis meses antes da gente terminar, eu fui vendo que ele já me botava pra pagar várias coisas e como eu não tava percebendo? Por exemplo, ele não trabalhava, mas recebia uma mesada da mãe dele. A mãe dele dava 100 reais por semana. Eu nunca ganhei isso. Eu trabalho desde os meus 15 anos. (...) Ele ficava nessa, né? Não quer tirar da mãe, mas pode tirar da namorada. Porque foi isso que eu fui percebendo, que ele chegava aqui [em casa] na reserva da reserva, aí ele: “Ah, eu tenho que botar gasolina.” Aí parava no posto pra botar cinco reais. Ainda me pedia a “intera” de gasolina. (...) Não faço mais, nunca mais na minha vida. Não tem? Vai ficar sem. Vamo ficar na rua, vamo passar essa vergonha. Entendeu? Na viagem a mesma coisa, ele que escolhia os destinos. Eu que bati o pé mesmo pra ir pro nordeste, de chegar ao ponto de falar assim: se a gente não for pra lá a gente não viaja porque é o meu carro, é o meu dinheiro. (...) Ele era bem controlador. Aí começou a controlar o meu dinheiro, sabe nas viagens, botando pra pagar as coisas. Perguntando com o que eu tava gastando, controlando o meu tempo.

Nessa situação, o controle financeiro estava atrelado a outras formas de controle, que a retiravam do lugar de decisão sobre a própria vida, até o momento em que ela buscou usar isso a seu favor, afirmando que, já que pagava, poderia ter o poder de escolha. Por vezes, a questão da exploração financeira é de difícil identificação porque não há necessariamente uma coerção explícita. É uma das formas de violência que ocorre sutilmente, utilizando-se, em geral, de formas de manipulação e chantagem emocional. Na experiência de Valentina, seu ex frequentemente ia vê-la com pouquíssima gasolina, pois tinha a expectativa de que a namorada acabasse pagando por ele, o que ocorria.

É importante refletir que, muitas vezes, a perspectiva sobre violência patrimonial por si só não abarca essa nuance, pois envolve também a violência psicológica. Segundo a LMP, a violência patrimonial é entendida como

qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (BRASIL, 2006).

Contudo, como caracterizar uma situação em que não há a subtração e destruição dos bens das mulheres? Para entender melhor essa dinâmica, voltemo-nos para a violência psicológica, caracterizada por

qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, **exploração** e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (*ibid.*, grifo meu).

Segundo Tainã Góis, advogada especialista em direito das mulheres e membro da Rede Feminista de Juristas, nem todas as práticas que prejudicam as mulheres financeiramente estão no escopo da lei, como por exemplo: quando o homem deixa de contribuir com as contas da casa, quando não há uma divisão justa das atribuições econômicas, sem que a mulher consiga alterar a situação ou, ainda, quando o homem emprega o dinheiro da família de maneira irresponsável. Além disso, não existem estatísticas nacionais sobre a violência patrimonial contra as mulheres (REIF, 2019c). Assim, é importante entender que o processo de exploração financeira pode ser sutil e de difícil identificação.

Para Joana, após algum tempo no relacionamento, tornou-se evidente que estava vivendo uma situação de exploração financeira e que havia uma intensa manipulação de seus sentimentos para que ela permanecesse nessa condição. Em suas palavras:

Joana: Ah, os acordos né. Ah, então eu vou pagar o aluguel, você paga as contas. E aí não pagava as contas. Eu chegava em casa e a luz tava cortada. Eu morta, cansada do trabalho, chegava em casa e eu: “Cara, você não pagou a luz há dois meses. Como assim você não me fala nada?” São várias situações assim, muitas coisas. Sei lá, dividia a internet com a vizinha e ele que tinha que pagar. Daqui a pouco vinha a vizinha atrás de mim dizendo: “Já faz três meses que ele não me paga. Daqui a pouco vou ter que tirar a internet de vocês.” (...) Enfim, ele ia me enrolando porque daí eu pagava, não ia ficar sem luz, não ia ficar sem internet.(...) Então, demorou pra eu entender bem essa situação que eu coloco como uma violência. Eu vivia uma exploração, né? Eu vivia meio explorada ali, “bancando” o cara. (...) E por algum motivo eu me sentia dependente, meio que ele tava ali, né? (...) Eu entrei nesse processo de depressão mesmo, eu fiquei bem paralisada durante um bom tempo, me sentindo prisioneira ali de um trabalho que eu não gostava, mas que eu não sabia também muito bem o que fazer porque eu passei nesse curso que me garantia tudo assim, estabilidade. E eu lembro de estar mal e falar: “vou sair”. E ele: “Mas você vai fazer o quê? Vai sair, você vai fazer o quê?” E aí que eu comecei a me ligar que era isso. Pra ele tava tudo muito bom. Não importava muito se eu tava sofrendo, se eu tava mal porque pra ele as contas tavam pagas, eu ficava o dia inteiro fora. Era

um esquema, um esquema bem bom. Uma menina bem mais nova, bem mais imatura, que ele dava uma manipulada e eu ficava. (...) Eu comecei a ter umas crises de coluna muito sérias, de ficar de cama. Três meses de cama, tomando remédios superfortes. E aí esse foi um momento em que eu me sentia dependente dele de alguma forma. Porque aí ele fazia as coisas. Era esse jogo, sabe? Tipo: “Como é que você vai ficar sozinha? Você precisa de mim.” (...) Daí lembro de passar um tempo com a minha mãe e ela falar: “Mas isso não tá certo. Você não tá bem, você tem que sair desse trabalho. Vem pra cá. Sai.” E daí eu comecei a buscar ajuda pra sair.

De forma similar ao que ocorria com Valentina, o homem com quem se relacionou sabia que se ele não arcasse com as despesas, Joana o faria. Só que de forma ainda mais intensa, pois estavam casados, e, nesse sentido, ela pagava por praticamente todos os gastos. Nesse contexto, quando ela adoeceu e mencionou sair do trabalho, seu ex a desencorajou fortemente, já que seu próprio sustento dependia disso. Sobre esse tema, hooks reflete que:

(...) muitos homens não estão ansiosos para serem zeladores e provedores, já que a própria ideia do “playboy” foi enraizada no desejo de escapar desse papel e ter outros meios para provar a sua masculinidade. Homens chefes de família que dão uma porção escassa dos seus salários para as necessidades de suas família ainda podem ter a ilusão de que são provedores. Nos dias de hoje, os salários das mulheres podem ser a reserva que permite que muitos homens patriarcais desperdicem seus salários com drogas, álcool, apostas ou aventuras sexuais até mesmo quando alegam serem os provedores²⁴ (2004, p. 93-94).

A partir dessa reflexão, percebemos que a noção de que “ser o provedor” não é necessariamente um atributo da masculinidade hegemônica. Além disso, a própria percepção de ser um “provedor” pode ser “mascarada”, ou seja, o homem afirma sê-lo mesmo quando não o é. Dentro dessa dinâmica, muitos podem aproveitar-se do fato de que as suas namoradas ou esposas trabalham para converter isso em privilégio para si próprios, como uma forma de *mais-valia*. É também nesse sentido que os casamentos para os homens são fontes de cuidado e amparo, inclusive material, contrariando as perspectivas propagadas, de que o casamento seria uma vantagem para as mulheres e um prejuízo para os homens (ZANELLO, 2018).

No relato de Raquel também apareceu uma descrição muito semelhante ao termo *gaslighting*, sem que fosse usado explicitamente, já que seu ex tanto a culpava pelos conflitos quanto a fazia sentir-se “louca”, confundindo-a em relação ao que de fato ocorria e à gravidade da violência:

Raquel: Esse esquema de fazer essas violências e depois, ou eu era colocada como louca, ou às vezes, quando tinha uma atitude mais firme, às vezes vinha um pedido

²⁴ (Tradução minha).

de desculpas, sem explicitamente a palavra “desculpa”. E é isso, pra você ficar nessa tortura psicológica: é uma boa pessoa que está passando por episódios ruins, né?

De forma muito similar, também no relato de Valentina, aparece o entendimento a respeito da prática de *gaslighting*, pois quando ela reagia às acusações de traição, gritando com seu ex, ele a acusava de ser “violenta” e “louca”.

Valentina: Eu ficava tão rouca, eu gritava tanto que eu perdia a voz. Ficava uns dois dias sem voz de tanto grito que eu dava no telefone. (...) Eu sempre gritava. Ele me chamava de doida, que eu tava me descontrolando. Teve uma vez que eu fiquei com tanta raiva que eu joguei uma camiseta assim nele. Sabe quando você joga assim? (Mostrando com um gesto). E ele: “Você tá violenta, você é violenta.” Aí eu: “Violenta o caralho, seu idiota.” Eu peguei minhas coisas e fui embora. Aí ele sempre chorava e me pedia desculpa.

Em ambas as situações descritas como formas de manipulação, tanto por Raquel quanto por Valentina, aparecem também seus respectivos entendimentos sobre o *ciclo da violência*, já que o mesmo se caracteriza pela ocorrência de episódios violentos com um subsequente período de “calmaria”.

Joana também fez uma caracterização muito próxima ao *gaslighting*, mesmo sem utilizar o termo especificamente. Na sua experiência, ela foi “enlouquecendo” a partir dos jogos que seu ex fazia em relação à casa que ela comprou, ora dizendo que concordaria em vendê-la para partilhar o bem, ora ameaçando-a se ela continuasse na casa.

Joana: Foi então que eu falei: “Olha, foi né? Não tá bom. Que que a gente vai fazer?”. E aí foi que ele decidiu ficar na casa. (...) Ele criou um mecanismo como se a casa fosse dele. Ele não me deixava viver livremente na minha casa. Então eu vinha, meio que tentando ficar e era tanta pressão que não resolvia, sabe? Nem separava pra: “Vamo dividir a casa e vamo vender”. Aí ele fazia essas coisas: “Não, vamos sim. Vamos resolver sim.” Daí no dia seguinte: “Não, não falei que ia resolver nada. O que que você tá inventando aí? Não vou vender nada não.” Daí ficou me enlouquecendo, né? (...) E daí sempre voltava pra tentar resolver com ele e nunca conseguia. Só que aí ele começou a se fazer de amiguinho: “Não, tá tudo bem. Então tá, eu vou cuidar da casa aqui, a gente vai resolver.” E ele foi me enrolando. Isso durou quatro anos. Eu vinha, tentava resolver, vinha tentando resolver. E aí, por fim, eu decidi resolver essa situação. É minha casa e o cara tá se apoderando da coisa há anos. Agora eu tenho que ter coragem de enfrentar. Mas era isso, eu sozinha aqui no interior do Goiás. Medo, né? Eu tinha medo mesmo. Vários medos. (...) Eram umas ameaças veladas, assim, tipo: Quando que você vai embora? Eu quero saber quando você vai embora. E se você não for embora você sabe que você vai ter problema, né? Tipo, aí arregalava um olho assim. “Eu acho melhor você não ter problema comigo.”

Utilizando-se de um mecanismo similar ao dos homens que não são “provedores” mas fingem sê-lo, o ex de Joana contava para a vizinhança como se tivesse deixado Joana morar

na casa dele por um tempo e as pessoas achavam que Joana era a “visitante”. Portanto, ele apoiava-se justamente na comunidade para validar a sua narrativa, já que, nas palavras de Joana: “a cidadezinha é muito pequena e é muito social a coisa” e ele dizia que ela era “louca, esquizofrênica e que nada que eu falava tinha sentido”.

A questão do julgamento social também foi ressaltada por Maria, que teve que lutar para ter direito à sua casa no assentamento. Para ela, a própria comunidade está inserida nesse contexto machista e patriarcal e, por isso, “sabia que não seria fácil”.

Maria: Então, assim, quando eu decidi voltar pra comunidade não foi uma tarefa fácil, né? Porque eram muitas pessoas a favor de que ele tinha que ficar na casa, de que ele realmente tinha direito. Só que assim, eu que tava cuidando do filho, né? Do meu filho. E a gente que tava sem uma casa ainda, né? A gente ficou morando no alojamento. (...) E ele sozinho, solteiro, numa casa, curtindo. Então, assim, voltar pra comunidade foi um período de erguer a cabeça e ter certeza de que tinha sido uma decisão minha e que eu ia enfrentar muitos desafios porque a comunidade também é sustentada por um sistema patriarcal, um sistema machista. Principalmente na zona rural, isso é muito forte. Eu já tinha ciência de que não seria fácil. Depois dessa discussão, muitas pessoas falaram, até meu ex-sogro: “vai lá dar uma queixa, faz denúncia”. Só que não é fácil.

Ana Livia: Por que ele tava fazendo violência patrimonial, no caso, né? Ficando com a casa só pra ele.

Maria: É, ele não me deixou tirar as coisas da casa porque no argumento dele ele sabia que eu ia voltar. Que se eu não tivesse nenhuma estrutura mínima assim, na cabeça dele, imagina que tinha passado isso! (...) Eu fiquei morando um ano e meio no alojamento aqui. Aí a gente chegou num acordo. Ele disse que não abriria mão da casa, mas que ia me ajudar a construir uma casa. Aí eu falei: “Olha, pra mim o importante é ter casa, sabe? Não posso é ficar no alojamento com nosso filho. Ele precisa de uma casa.” (...) Após tudo isso, eu já tava começando, já tinha feito planta da casa, já tinha feito a terraplanagem do terreno, aí foi quando no início do ano passado ele entrou num relacionamento com uma pessoa da cidade. Juntou, né? Ele se aprofundou nessa questão do álcool, não sei se drogas, não posso afirmar. E todo esse contexto que ele já vinha praticando violência, né? (...) Então ele deu vários murros. E essa nova geração aqui no assentamento que já tá nascendo, já tá se formando com essa concepção de gênero nas relações. Então as meninas foram lá e gravaram pra denunciar, sabe? Isso tudo e toda comunidade presenciando que isso tudo foi porque a família [dele] “passou a mão pela cabeça”. (...) Que trata como coitado, né? Como vítima, se vitimando o tempo todo, e era isso mesmo, a “vítima” da família. (...) Ela não quis denunciar ele, não quis ir na delegacia. Ela ficou cheia de hematomas pelo rosto, foram vários socos, né? (...) Aí teve uma situação também que ele foi acusado de tentativa de estupro. Mas a menina não quis dar queixa porque a mãe da menina era muito amiga dele, sabe? Então foi um ano de situações extremas. (...) Até que a família não pôde mais esconder os erros, aí pediu pra ele ir embora. Aí ele foi embora da comunidade. (...) Aí ao invés da família devolver, né? Já que eles tiraram de mim a casa na assembleia, né? A mãe dele veio aqui pra essa casa, ficou aqui, aí depois vieram os irmãos que iam reformar a casa. Aí vieram pra cá. E isso a comunidade toda vendo, né? E a comunidade começou a criticar uma mulher que é liderança, o filho dela que tem um bom emprego, como é que se prestavam a uma situação dessa? Foi “ficando feio” e pra não perderem a imagem de “bons samaritanos” saíram. E teve uma assembleia em que eles foram obrigados a me devolverem a casa.

O ex de Maria imaginou que, ao deixá-la sem seus pertences, praticando a violência patrimonial, ela acabaria por desistir da separação. Além disso, a comunidade, por meio da assembleia, decidiu que ele, um homem que não morava com o filho, ficasse com a casa que pertencia aos dois, enquanto Maria e o filho deles dormiam no alojamento. Também ficou marcado em sua fala o fato de que ninguém quis denunciá-lo, mesmo ele tendo realizado diversas formas de violência com outras mulheres, a não ser “as meninas da nova geração”, que gravaram uma violência física que ele praticou e acabaram por criar um contexto que impossibilitou a permanência dele no assentamento. Após a saída dele, Maria continuou sem o direito de voltar para a sua casa, já que a família dele quis impedi-la de se mudar para lá. Destaca-se aqui que, tanto no caso de Joana quanto no caso de Maria, as comunidades foram os locais onde os homens apoiaram-se para legitimar suas violências, seja criando uma imagem negativa em torno da mulher ou de vítima em torno de si. Mas que, no caso de Maria, graças à mobilização das meninas “da nova geração” do assentamento, foi possível retornar para a sua casa.

Até então foram citadas algumas formas de violência contra as interlocutoras, por meio da exploração do trabalho reprodutivo e da exploração financeira/patrimonial. Uma outra forma verificada na pesquisa foi a da exploração intelectual. Apenas Raquel relatou vivenciá-la e a descreveu como uma forma de *silenciamento*, em que o ex queria controlá-la em relação ao que ela dizia e ao que não deveria dizer. Ao mesmo tempo, ele se beneficiava pessoalmente de vários trabalhos intelectuais realizados por ela. Assim:

Raquel: Ele sempre ficou colocando muito o que era *ok* eu falar ou não. Com relação a opiniões políticas e tal. (...) Teve uma vez que o grupo político anarquista dele se achou no direito de falar publicamente numa greve da qual não participavam enquanto membros. (...) E aí eu falei que era a mesma coisa se eu fosse na assembleia das domésticas e vou querer falar, sendo que eu sou uma mulher branca, de classe média e que tá fazendo mestrado. Entendeu? Não tem nada a ver. Uma coisa é a gente dar um apoio pra categoria e entender que essas pautas e reivindicações são legítimas. Outra coisa é a gente querer tomar uma atitude por determinada categoria (...). E assim, nossa, ele ficou “putíssimo” comigo por isso. Isso, por exemplo, foi motivo de uma briga horrível.

Aqui, o silenciamento foi uma maneira de “colocá-la em seu devido lugar”, que não de “ser pensante e político”, mas de assujeitada e restrita ao âmbito doméstico. Ele sentia-se ofendido com o fato de Raquel questioná-lo, já que ela, de acordo com essa perspectiva,

deveria ser simplesmente coadjuvante em relação a ele próprio. Contudo, quando se tratava de realizar o trabalho de forma oculta, invisibilizada, aí então Raquel era convocada.

Raquel: Por exemplo, quando a gente tava namorando ainda a distância, ele tava fazendo a licenciatura e uma vez ele me mandou o que seria o esqueleto da monografia dele pra dar uma olhada. E quando eu olhei era “copia e cola”, era o puro plágio, era o puro “suco do plágio”. E eu lembro que eu fiquei super preocupada. (...) E eu aponte algumas coisas, fui fazendo algumas colocações, eu sempre adorei corrigir trabalho. E daí quando eu mandei pra ele ele falou: “Você não pode me ajudar?” O “ajude” era praticamente “faça por mim”. E aí eu praticamente fiz essa monografia, revi tudo e tal. E era uma temática que eu nem dominava (...), fui ler artigo. (...) Tempos depois numa conversa que virou uma briga eu falei: “Cara, você nunca nem me agradeceu por praticamente ter feito a sua monografia. A sua monografia era tudo plágio. E ele: “Gente, você me mandou uma vez um e-mail com algumas pequenas colocações. Quem fez a minha monografia fui eu.” Então isso era muito comum. Por exemplo, ele recebia *e-mail* de trabalho e ele perguntava: “O que você acha que eu escrevo?” Eu falava: “Acho que dá pra você escrever tal e tal coisa. E ele: “Você não quer sentar e escrever pra mim?” Daí eu sentava e escrevia. Eu respondia *e-mail* de trabalho, eu já fiz trabalho da faculdade. Ao mesmo tempo, eu não podia me meter. (...) Então, eu podia fazer todo o trabalho braçal e intelectual, mas eu não podia me meter. Isso é real, eu era sempre colocada como um ser intelectualmente inferior. Sabe? Muito, muito, muito colocada. Tanto que sempre que ele sentava pra conversar com os amigos eu meio que ficava “de canto” porque ele discutia as coisas, colocava os posicionamentos políticos dele e eu era coadjuvante nessa história, nessa relação.

Nessa situação, Raquel era “boa o suficiente” para realizar diferentes formas de trabalho intelectual, mas não para receber qualquer tipo de reconhecimento por isso.

O lugar do silêncio enquanto mecanismo dos *dispositivos* de gênero já vem sendo abordado e, segundo Zanello, possuem significados bastante distintos para os homens e para as mulheres: “eles silenciam para priorizar suas próprias necessidades e manter o sentimento de autossuficiência; já no caso das mulheres há uma renúncia de si para cuidar dos outros” (2018, p. 119). Partindo dessa reflexão, podemos compreender que, a capacidade intelectual de Raquel deveria ser convertida em trabalho para o seu marido, sem que houvesse uma explicitação de tal capacidade. Afinal, parte fundamental dessa estratégia era justamente fazê-la acreditar ser inferior. Assim, o apagamento desse trabalho foi, ao mesmo tempo, uma forma de não reconhecimento do mérito dela e a reafirmação do lugar de superioridade dele.

3.3 Prejuízos às carreiras acadêmicas e/ou profissionais

É necessário frisar que as formas de exploração abordadas até aqui tiveram um impacto negativo nas carreiras, na medida em que fizeram as interlocutoras trabalharem muito mais no espaço doméstico e em que levaram ao dispêndio de tempo, dinheiro e desgaste emocional. Constatam, a seguir, outras análises das formas pelas quais as próprias interlocutoras perceberam os prejuízos às suas carreiras acadêmicas e/ou profissionais.

Para Raquel seu mestrado foi muito prejudicado por tudo que viveu: a sobrecarga de trabalhos, a falta de apoio, a precariedade financeira, as dificuldades do relacionamento. Contudo, seu ex gostava de dizer que ela fazia mestrado em uma universidade pública, como uma forma de *status* social. Nas palavras dela:

Raquel: Às vezes eu não ia pra aula porque não tinha dinheiro pra pagar a passagem pra você ter ideia. Eu tava até falando pra uma amiga minha esses dias na escola que durante o meu mestrado eu não comprei nenhum livro. Eu não tive acesso a nenhum livro. Eu comprei um no final quando eu já tava quase indo embora porque foi uma questão moral. (...) Eu fazia muitas leituras com cópia de amiga. Eu não tinha bolsa e fui pra lá sem conhecer ninguém. (...) Ele me dava pouco apoio pra eu estudar. Eu lembro que uma vez a gente teve uma confusão terrível porque eu tinha uma prova pra fazer. Eu conseguia ler pouco. Eu não aproveitei o meu mestrado da forma como eu poderia ter aproveitado, sabe? Porque eu não tinha tempo pra estudar, não tinha livro, não tinha motivação. Minha vida era um inferno com ele. E eu lembro que quando eu estudava e ele me chamava pra fazer alguma coisa e eu falava que precisava estudar, ele dizia: “Mas você já não estudou hoje?” Porque assim, ele não era essa pessoa que tinha o hábito do estudo, era uma pessoa que passou pela universidade sem se dedicar minimamente, entendeu? (...) E eu pensava muito nisso, na profissional que eu queria ser. Ele tinha muito isso, de não me apoiar, de não me apoiar nos meus estudos, de não demonstrar o menor interesse. Para ele era legal, era um *status* dizer que a companheira dele fazia mestrado numa universidade pública, era mais uma questão de *status* porque eu nunca tive apoio algum pra fazer pesquisa, pra estudar, pra absolutamente nada.

Além disso, logo antes de sua qualificação, viveu “um dos episódios mais humilhantes” de sua vida, quando foi para o hospital fazer lavagem intestinal e seu ex não demonstrou empatia por ela, pelo contrário, perguntava-lhe constantemente poucos dias antes de qualificar seu projeto de mestrado: “Qual parte do vai embora da minha casa você ainda não entendeu?” Ela respondia que aquela semana era muito importante e não acreditava que ele estivesse fazendo aquilo. Raquel também perdeu uma oportunidade de emprego para professora em uma escola de renome porque seu ex deixou de entregar sua documentação, pois ela não poderia devido a compromissos importantes na universidade no mesmo horário e tinha pedido para ele lhe fazer esse favor.

Raquel: Eu precisava que ele fosse entregar pra mim. E, aí, cara, ele me boicotou. Assim, ele não foi. E aí falou que tinha coisa do trabalho e quando eu cheguei em casa ele tava jogando *videogame*. Então... E ele tinha uma flexibilidade com relação aos horários. Ele me boicotou. Ao mesmo tempo que ele me culpabilizava por essa questão financeira, pra ele não era interessante que eu me emancipasse financeiramente porque eu não ia ficar naquela relação, não ia mais servir o tempo inteiro, entendeu?

Raquel, durante o relacionamento, já sabia que vivia formas de violência e pensava frequentemente em ir embora. Hoje ela pensa que se tivesse tido autonomia financeira na época não teria “pensado duas vezes” em voltar para Brasília, mas para isso teria tido que abandonar o mestrado e por isso não o fez.

Para Ana, a situação também era complexa porque, por um lado, seu ex era violento com ela psicologicamente, tendo inclusive a desvalorizado no início do relacionamento por ela ainda não estar na universidade, mas, por outro lado, ele também a apoiava a estudar e a participar do movimento indígena. Ana entrou na universidade com o auxílio dele, que pagou sua passagem para ela fazer vestibular e, segundo ela: “ele dava muito apoio pra estudar, participar, ser financeiramente independente”. É importante notar que as violências não são processos simples de serem identificados, justamente porque a pessoa que pratica a violência não pode ser caracterizada apenas pelo seu ato de violência, como o diálogo abaixo mostra:

Ana Livia: Como ele te diminuía?

Ana: Era mais na questão de estudos mesmo. Antes de eu entrar na universidade. Porque eu conheci ele, eu tava terminando o meu ensino médio, né? Depois disso, acho que por dois anos, eu não tinha entrado. Não tava no curso superior ainda. Agora, eu não lembro bem a palavra [que ele usava]. Mas era falando assim: “Ah, porque eu não tinha estudo”. Alguma coisa assim nesse sentido. Porque a ex mulher dele, a atual na época, já tinha graduação, não sei o quê.

Por vezes, existe uma certa ambiguidade que faz com que esse processo não seja de fácil compreensão ou definição. Portanto, a lógica binária, que exclui algo para afirmar outra coisa, não dá conta deste fenômeno. O ex de Ana a diminuía e também a incentivava. Esta característica está presente em muitas relações íntimas com a presença de violência, fato que já foi abordado e que, por vezes, torna muito mais difícil o processo do reconhecimento do relacionamento enquanto violento.

No caso de Valentina, ela sofreu um assédio no ambiente de trabalho que a deixou muito assustada. Após contar para o seu então namorado e decidir que não denunciaria o caso,

pois precisava do emprego, ele passou a acusá-la de ter um “caso” com o diretor da escola que a assediou. Seu ex começou a telefonar com frequência por videochamadas para que ela provasse que estava dizendo a verdade sobre estar sozinha ou estar onde dizia estar. Além disso, ele ia na faculdade em que Valentina estudava sem avisá-la e a constrangia frequentemente com acusações sobre estar traindo-o.

Valentina: Eu tinha a sensação dele me perseguir. Ele ia na minha faculdade no intervalo com o intuito de me encontrar. Às vezes ele aparecia lá do nada, sabe? Ele falava assim: “Tô indo aí agora. Tô indo te encontrar.” Aí eu falava: “Não dá pra gente se encontrar porque o intervalo é um momento importante pra eu falar com o pessoal.” Era o único momento que eu tinha porque eu tava sempre na correria. (...) Ele achava ruim também, não acreditava quando a aula terminava mais tarde. Ele não gostava quando eu dispensava ele no intervalo. (...) Eu falava pra ele me encontrar depois, mas daí também ele não queria. Tinha que ser no tempo dele. Aí ele achava que eu tinha algum namorado lá. (...) Ele é uma pessoa maluca, ele tem um *ciúme patológico*. Mesmo. (...) Dentro do grupo de pesquisa de Violência Política de Gênero que eu entrei na graduação... Interessante você perguntar porque quando eu entrei ele já falava que era pauta de “mimimi”. (...) Entrei nesse grupo que era uma oportunidade pra mim, conciliando com a minha primeira área de formação. Ele “minou”, falando que era negócio de “mimimi”, que eu era “suvaquenta peluda”. Falava que eu era chata, que eu era “feminazi”, sabe? Feminista, “feminazi”, que eu sou isso, que eu sou aquilo. Eu recebi uma proposta de trabalho do professor, ele perguntou o que o professor viu em mim. Por que o professor me chamou. E eu não fui. Você acredita que eu não fui? Ele me deixou com tanta insegurança que eu não fui. Ele foi e falou assim: “Mas por que que o seu professor te chamou? Por que que você vai lá no escritório, o que que é que ele viu em você?” E hoje eu vejo, Ana. Eu era a melhor da sala. Em todas as avaliações eu só tirava dez. Eu era a única que participava. Eu perdi a oportunidade de trabalhar. (...) Porque ele me botou tanto parafuso, porque ele falou: “Mas você não dá aula? Por que você vai? Você não tá vendo que ele tá com outras intenções?” (...) Daí eu fiquei pensando: Será que esse professor é realmente isso que ele tá falando? Ou será que ele quer outra coisa? (...) Perdi uma puta de uma oportunidade porque esse professor tem um trabalho muito bom, numa área que eu gosto, ele ganha muito dinheiro, é uma referência. E já era.

Valentina foi percebendo o que caracterizou como *ciúme patológico* do ex a partir das suas frequentes desconfianças e acusações, de como ele a perseguia e de como ele foi interferindo na sua vida, nas suas escolhas pessoais, levando-a a perder uma oportunidade de emprego, inculcando-lhe a ideia de que o professor tinha “segundas intenções”. Quando ela ganhou o grau da faixa na luta marcial que fazia, o seu então namorado perguntou o que ela tinha feito para consegui-lo. Após este fato, ela foi conversar com seu professor, confusa e questionando-o se era boa mesmo na luta. O professor pediu para que seu namorado fosse lá conversar com ele e seu ex nunca quis ir. Para ela, esse processo foi extremamente desgastante e lhe deixou marcas profundas em sua autoestima e na confiança em si própria. O seu intenso desgaste foi acarretado pelo processo de manejo do ciúme do seu ex-namorado,

em que lhe era demandado que cumprisse uma rotina com “provas” de sua fidelidade e de que estaria submetida ao seu controle com relação ao que ela fazia e até mesmo com seu corpo, pois ele queria interferir na forma como ela se vestia e se portava.

Com relação ao ciúme, é comum que ele cause uma autorresponsabilização das mulheres em relação ao seu manejo, de forma que os homens são, em geral, desresponsabilizados, fazendo com que elas acabem se subjugando e cedendo às queixas apresentadas por eles (GUIMARÃES, ZANELLO, 2022). Dessa maneira:

Esses exemplos demonstram um elevado investimento afetivo/pulsional das mulheres no cuidar da relação e do parceiro, revelando uma rotina cotidiana e intensamente dedicada a tentar evitar incômodos no parceiro. Nas entrevistas, porém, ficou evidente como elas próprias tinham pouca consciência desse desgaste emocional (*ibid.*, p. 1152).

Também, o *silenciamento* das mulheres aparece aqui, mais uma vez, como uma renúncia e anulação dos seus afetos e pensamentos como estratégias de redução de conflitos, necessitando de intensa vigilância sobre si mesma e gerando forte desgaste emocional (*ibid.*, p. 1153). Por fim, a questão do boicote e da inveja dos ex's com relação à ascensão intelectual e profissional das interlocutoras é algo que ficou em evidência nos relatos de Raquel, Valentina e Maria.

No quarto e último capítulo, são abordadas as trajetórias que as interlocutoras percorrem para encontrarem saídas para as situações em que se encontravam.

porque mereço
amor,
me dou, y me doo
(de doar, sem me doer)

oração da mais justa partilha:

cabe se perguntar
“se é amor, por que me falta
quanto mais quero
y ofereço”?

y se lembrar:

eu mereço
amor
sim

(por isso
aprendo a me dar)

por ser amor
a mais justa partilha
logo, a mais funda,
a mais linda

amar é uma libra:
o doar sem a dor

(Poema de Tatiana Nascimento)

4. As trajetórias de ruptura: processos de transformação e emancipação

Neste último capítulo me dediquei a refletir sobre os relatos dos processos de saída das relações sexual-afetivas violentas experienciados pelas interlocutoras, analisando as maneiras pelas quais elas conseguiram identificar que estavam imersas nesses contextos. Como destaca a socióloga Heleieth Saffioti, as mulheres têm resistido ao domínio masculino há milhares de anos, já que, apesar de o gênero trazer em si um destino, este não se dá de forma inexorável, existindo certa liberdade para escolher a própria trajetória, apesar de suas determinações (2001, p. 125-126). Além disso, mostrei os caminhos que elas fizeram, focando nos fatores facilitadores e dificultadores relacionados à ruptura de seus relacionamentos, inspirada por bell hooks, com a afirmativa de que “o processo pelo qual mulheres se recuperam da experiência de serem agredidas por pessoas que amam é complicado e multifacetado, uma área na qual deveria haver muito mais estudos e pesquisas feministas” (2019, p. 191). Busquei, assim, refletir sobre essa temática, atentando-me para o fato de que a perspectiva de *recuperação* não necessariamente estava presente no horizonte das interlocutoras. Além disso, é importante ressaltar que o objetivo desta pesquisa não foi, de maneira alguma, culpabilizar as mulheres que vivenciam relações violentas e não puderam sair desses contextos, mas de mostrar que, nos casos aqui abordados, houve possibilidades de saída encontradas pelas interlocutoras.

4.1 “Juntando as peças”: processos de transformação

As seguintes perguntas foram orientadoras para a análise dos processos de transformação na ruptura dos relacionamentos afetivo-sexuais violentos: quais fatores levaram as interlocutoras a compreenderem que estavam imersas nesses contextos e como iniciaram os seus processos de transformação? Para tanto, busquei entender o impacto da LMP e das discussões sobre direitos das mulheres dentro e fora da internet nos relatos das entrevistadas, bem como aquilo que cada uma identificou como sendo “marcos da virada”, ou seja, momentos decisivos de inflexão da violência a que estavam submetidas.

Joana, no momento em que se deu conta que seu ex não se importava se ela estava doente contanto que pudesse “bancá-lo”, compreendeu que vivia um relacionamento violento.

Mas, mesmo com esse marco, foi um processo que levou algum tempo até que pudesse compreender melhor a situação.

Ana Livia: E aí eu acho que eu te “cortei” bem na hora que você tava falando que foi quando você começou a fazer terapia e tal, né? Que que te ajudou nesse processo de você entender que você tava vivendo isso? Por exemplo: você falou da terapia. Teve mais alguma coisa assim, que te ajudou a perceber? Ou você mesma foi percebendo sozinha, lendo coisas sobre isso?

Joana: Sim. Eu comecei a ler, a estudar. E também sobre mim mesma, né? Eu pensava que... Até eu enxergar que a presença dele, que a relação com ele era o que me afetava tanto levou um tempo. Eu entendia essa questão do meu trabalho, que eu não gostava e tudo... E aí foi quando eu coloquei: “Não, eu vou sair.” E ele falou: “Mas você vai fazer o que?” E aí eu: Uau... Ele não tá se importando se eu vou ficar bem, se eu não vou ficar bem. Ele tá se importando de onde que vai vir o dinheiro, né? E aí foi que “caiu umas fichas”, né? (...) E aí eu comecei a me organizar. Assim, tá. Eu quero sair desse trabalho. Eu quero ter minha vida. E aí foi aí que eu comprei essa casa aqui. E aí comecei a fazer terapia, a buscar essas ajudas assim... (..) E aí eu comecei a entrar de licença do trabalho e comecei a vir muito pra onde moro hoje. Consegui entrar de licença de saúde e nessa que eu comecei a vir pra cá eu comecei a ficar muito tempo sozinha. (...) E eu vi que minha vida era muito melhor (risos). Eu tinha liberdade, sabe? Aí minha casa vivia cheia de amigas porque na minha casa com ele eu não podia levar minhas amigas. Era muito estranho porque eu que pagava tudo, mas ele que mandava...

Além do apoio terapêutico, Joana procurou fazer aquilo que lhe agradava, convivendo com suas amigas, até descobrir que se sentia melhor solteira e acabou terminando o relacionamento. Para ela, foi um longo processo até compreender o que estava vivendo, pois se tolheu de várias formas, procurando se moldar ao jeito dele, buscando evitar que ele se tornasse agressivo com ela. De tal maneira que, durante o seu relacionamento, o foco de Joana não era o seu próprio bem-estar, mas evitar conflitos com seu ex.

Para Ana, também foi difícil entender que a violência não era apenas a violência física, mas também a agressão verbal. Demorou anos até entender que sofria de violência psicológica. Para Ana, foi um processo muito difícil até “descobrir”.

Ana: Eu percebi a primeira vez...justamente por conta da bebida, da bebida assim dele. Mas, depois eu percebi que fora da bebida, às vezes em alguns momentos, ele era bem... bem... grosso às vezes, né? Muito grosso e uma vez só que ele quis me agredir [fisicamente]... Também tava muito bêbado. E já foi aqui em Brasília isso já. Foi aqui em Brasília... Eu tava com meu filho dormindo comigo. Na época minha amiga tava também, ela presenciou tudo. Inclusive ela chamou a PM... Enfim... Eu na verdade não quis dar queixa, né? Porque na mesma semana ele ia fazer uma prova, um concurso público.. Então aí eu não quis fazer por conta disso. E hoje ele é concursado inclusive.

Assim como Ana, Mônica também cogitou denunciar seu ex porque uma vez ele foi ao portão de sua casa lhe xingar e havia câmeras de segurança do prédio que gravaram a cena. Ela optou por não prestar queixa para não prejudicá-lo com relação ao trabalho, mesmo quando ainda não tinham uma filha juntos. Maria sentiu-se culpada com uma possível denúncia. Sobre a LMP, Mônica relatou não ter estudado sobre esse tema antes de viver o relacionamento violento e também pontuou a diferença entre aprender sobre o tema de forma teórica e quando se vive a situação “na pele”.

Mônica: Na instituição [de ensino superior] que eu frequentava presencialmente não se fala nada sobre isso. Não se falava, no caso. Depois, eu comecei a ver mesmo nos espaços que eu frequentava com amigos, essas coisas. Mas eu tava muito nova, né? Então eu passei mesmo a sentir mesmo os efeitos de 2018 pra cá... Mas sentindo mesmo “na pele”, fora do discurso e da teoria. E antes de 2018 eu tinha escutado tudo muito superficialmente.

Além de Mônica, Maria também optou por não denunciar seu ex por violência patrimonial. Nestes casos citados, tratava-se de dois homens negros e um indígena e as interlocutoras ou já tinham filha/o advinda/o desses relacionamentos, no caso de Ana e Maria, ou tiveram algum tempo depois, no caso de Mônica, fatores estes que podem tê-las influenciado a não querer denunciar.

Valentina, durante a sua segunda graduação, fez parte de um grupo de pesquisa sobre violência política de gênero. Um ano após seu término, uma das temáticas abordadas no grupo de pesquisa era uma atividade da “Maria da Penha vai à escola”, em que houve a participação de uma professora convidada. Valentina começou a chorar muito durante sua fala, pois aquilo que a professora falava ela tinha vivido no seu antigo relacionamento. Antes, o que lhe deu um “estalo” sobre a violência durante seu relacionamento foi ver o tema da violência ser abordado na televisão.

Valentina: Eu não sei se eu vi num pedaço da novela ou se eu vi num comercial falando sobre violência. Aí me deu um “estalo” e eu pensei assim: isso não é normal. Esse ciúme não é normal. Sabe, de tudo. Às vezes eu tava dormindo, ele pegava o meu celular, desbloqueava com a minha digital pra ler todas as minhas mensagens. Todas. Todas. (...) Aí na disciplina lá na faculdade, o professor falava muito sobre violência doméstica, sobre os tipos de violência psicológica, de controle psicológico. Eu não tinha visto isso na minha primeira graduação. (...) Eu fiquei sete anos ali [na instituição de ensino superior pública onde fez sua primeira graduação], eu “pinte e bordei lá”, fiz “mil coisas”, falei também sobre violência contra mulher, sabe? A gente estudava lá a Lei Maria da Penha, mas é diferente quando a gente passa.

Ana Livia: E a abordagem era mais focada na violência física, era como?

Valentina: Isso. Exatamente. Sempre física. Na minha época de graduação era sempre física. Tanto é que eu nem sabia que existia violência patrimonial, nem reprodutiva e muito menos psicológica.

Assim como Mônica, Valentina relatou a diferença entre estudar sobre a violência doméstica quando se passa pela situação, pois a partir da experiência vivida o enfoque muda.

Raquel também já conhecia a LMP, mas não a associava à violência psicológica. Quando era estudante de graduação, fez um minicurso sobre violência contra as mulheres realizado em parceria com a Delegacia da Mulher. Para ela, quando existe a predominância da violência psicológica há dificuldade de associar com a LMP porque existe a tendência de utilizar os casos mais explícitos e extremos de violência como parâmetro, por exemplo os casos de esfaqueamento, de queima de roupas, etc. Atualmente, ela pensa que, com as redes sociais e com a divulgação maior de textos feministas e sobre relações abusivas, é mais fácil identificar esse tipo de situação e, que, se tivesse tido esse tipo de informação naquela época, poderia ter percebido mais rapidamente.

Raquel: Ana, isso é tão difícil porque essa questão temporal... da linha temporal a gente às vezes fica se perguntando se a gente já percebia (...) Eu acho que no primeiro ano de relação eu já percebia umas coisas muito estranhas assim, sabe? É... Nesse relacionamento assim. Eu acho que ele era uma pessoa muito impositiva, que impunha muito as vontades dele pra mim. Eu sentia que tinha uma coisa assim do mecanismo de eu me sentir muito culpada com as coisas, de me imputar uma culpa sobre determinados acontecimentos. Mas eu sinto que isso foi evoluindo numa escala de violência...

A partir dessa reflexão, nota-se que não necessariamente há um ponto de inflexão da percepção de que a mulher vive uma relação violenta, mas que essa compreensão é um processo não linear, em que a consciência sobre a própria violência vai sendo refinada, contando, inclusive, com momentos em que isso é posto em dúvidas, como já explicitado em relação ao *ciclo da violência*. Além disso, o fato de que os exemplos utilizados muitas vezes não se encaixam exatamente naquilo que as mulheres vivem faz com que seja difícil se perceberem também enquanto vítimas, principalmente quando são situações menos óbvias e extremas.

Maria, durante seu relacionamento, já participava de um movimento social no qual havia muitos encontros para abordar a temática da LMP. Além disso, no próprio assentamento, durante encontros de mobilização política, ouviu muitas histórias de outras mulheres que tinham vivido violência doméstica. Ali também se discutia sobre os afetos e os

relacionamentos a partir de outras perspectivas, questionando comportamentos que até então eram naturalizados, como o ciúme.

Maria: No início do relacionamento eu era muito ciumenta. Era extremamente ciumenta porque não era fácil no sentido assim, de namoro, manter uma relação monogâmica. E era novo pra mim o casamento, né? Eu era ainda muito nova. (...) A vida em comunidade também é diferente da vida em cidade. É outro tipo de convivência com as pessoas. (...) Até que assim... participando das atividades com as mulheres no assentamento. E.. Ter entrado nesse mundo de outros povos, outras realidades também me fez amadurecer do ponto de vista enquanto mulher, do ponto de vista enquanto povo também. Só que com tudo isso demorou ainda uns dois anos pra eu entender que eu não precisava do ciúme pra manter pessoas próximas, principalmente um marido. Então essas vivências com outras mulheres, as formações de mulheres, as atividades com as mulheres indígenas, as mulheres quilombolas, entre muitas outras atividades. (...) Me tirou de casa, né? Então esse aspecto de ter tirado de casa para trabalhar fora, conhecer outras realidades também eu fui mudando a minha mentalidade.

Aqui, no relato de Maria, bem como no de Mônica, quando disse que seu ex lhe causava ciúmes no relacionamento ao falar incessantemente de outras mulheres para ela, esse sentimento parece incomodar profundamente as interlocutoras, fazendo-lhes sentir mais vulneráveis e inseguras no relacionamento. Assim, difere-se do ciúme em que uma pessoa passa a controlar a outra, como no caso vivido por Valentina. Assim, pode-se falar em diferentes espécies de ciúmes:

O ciúme sentido por elas, desse modo, se relaciona com a demanda narcísica de garantir-se amada e com a percepção de que há um risco constante de que seus companheiros possam encontrar em outra mulher a plenitude/satisfação que elas próprias não teriam sido capazes de oferecer a eles. Por essa razão, os ciúmes delas são vivenciados intensamente como um “medo de ser abandonada, de perder o relacionamento, de ser traída ou de ser trocada”, como se esse afeto demonstrasse uma ameaça de perder seu lugar na *prateleira do amor* ou, mesmo denunciasse quanto vulnerável, para elas, é a subjetivação por meio do *dispositivo amoroso*. Apesar dos relatos de que tais medos seriam frequentes em seus cotidianos, de modo similar revelaram-se constantes os esforços pessoais para não manifestá-los para o parceiro (GUIMARÃES, ZANELLO, 2022, p. 1157. Grifo meu.).

As interlocutoras que relataram sofrer com o ciúme foram Maria e Mônica, ambas mulheres pretas, o que remete à influência do racismo nas suas experiências de amar, em que são menos privilegiadas pela lógica da *prateleira do amor*. Ana também relatou ter sofrido com o seu ex, que lhe traiu várias vezes, e que ora voltava com sua ex-esposa ora ficava com ela, classificando as traições que passou como uma forma de violência.

Maria, por sua vez, já tinha ouvido muitas mulheres falando sobre relacionamentos abusivos, com outras formas de agressão além da física. Ela foi “juntando as peças” e, para ela, “a ficha cai aí”, quando a pessoa consegue identificar o que está vivendo a partir dos exemplos que conhece. Para ela, o convívio com outras mulheres, as formações, os processos políticos dos quais participou foram fundamentais para que conseguisse definir que “não era mais aquele tipo de dinâmica de relacionamento que queria”.

Maria: Só que ainda não tinha... eu não tinha juntado tudo, né? Já tava nesse período.. acho que eu tava “maturando” o tipo de relacionamento que eu tava vivendo. Daí quando eu voltei eu vim concluir que realmente era isso, que era... Ao longo desses anos eu ouvi muitas mulheres falando sobre relacionamentos abusivos, sobre formas, “n” formas de agressão que não só a física, que é uma agressão também. Então, eu fui “juntando as peças”, que eu acho que a ficha cai aí, né? Quando você começa a juntar as peças e começa: não, isso aqui também se encaixa na minha vida. Não, isso aqui também, né? E eu também tô vivendo isso, isso, isso e isso. Então significa que eu tô num relacionamento abusivo, né? Pra mim o convívio com outras mulheres, as formações e os encontros políticos, tudo isso foi fundamental pra eu conseguir definir que não era isso que eu queria vivenciar mais na minha vida.

A partir da fala de Maria, ficou marcada a importância de histórias de outras mulheres que tinham vivido situações similares para que então pudesse haver uma aproximação com a realidade vivenciada por ela. A saída do âmbito estritamente doméstico, o contato com outras referências de ideias, comportamentos e valores que questionassem os papéis de gênero atribuídos às mulheres de submissão e conformação, tudo isso lhe fez refletir sobre o que vivia em seu casamento e a perceber que vivia diversas formas de violência.

Como constou nas demais falas das interlocutoras, a percepção sobre estar vivenciando um relacionamento violento e a saída dele ocorreram de maneira processual, em que estiveram presentes questões complexas, que as levaram tanto a questionar a relação quanto duvidarem de si próprias e de suas narrativas em alguns momentos, ou seja, suas formas de enxergarem aquilo que vivenciaram variou ao longo do tempo. Ainda assim, foram identificando a situação que viviam com o tempo e ampliando seus repertórios para perceberem as violências a que estavam submetidas. Porém, perceber que se vive uma situação de violência não é em si suficiente para que a pessoa consiga sair desse contexto. A seguir, são analisados os elementos dificultadores e facilitadores nos processos das interlocutoras ao deixarem esses enredos.

4.2 “Teias de aranha”: desafios para a ruptura

Existe uma série de fatores que dificulta a saída de relacionamentos íntimos violentos, como já abordado anteriormente. Aqui, mostrei algumas das dificuldades relatadas pelas interlocutoras a partir de suas perspectivas.

Para Raquel, atualmente existem a internet e as *redes sociais*, que proporcionam a divulgação maior de textos feministas e informações sobre relações abusivas, se tivesse isso antes poderia ter identificado o que vivia de forma mais rápida. Assim, relações violentas são como “teias de aranha” porque:

Raquel: Então você tem certeza que a pessoa é uma boa pessoa que tá passando por momentos terríveis. (...) Então eu tinha esses conceitos todos na minha cabeça e mesmo assim eu fui engendrada, enredada nessa “teia”. E foi tudo isso, eu passei por tudo isso. Então eu sempre falo assim que ninguém tá imune a passar por algo desse tipo porque eu sinto que os mecanismos do machismo vão se sofisticando cada vez mais pra prender a gente nessas relações violentas.

Além do mais, o fato dela estar longe das suas relações de referência a fez perder “a régua dos limites”, se tivesse suas amigas perto acha que teria tido outra medida. A mãe do seu ex-marido, por exemplo, lhe dizia que era comum no primeiro ano de casamento, que era um “inferno” mesmo, difícil e que “depois tudo iria passar”. A família dele entendia que Raquel era uma pessoa que o acalmava, e para ela, era a sua primeira vítima e poupava a família dele de muitos comportamentos agressivos do ex. Assim, como ela estava imersa no contexto social dele, convivendo com a família e amigas/os dele, era mais difícil para ela ter uma melhor noção sobre as violências que sofria, pois havia uma maior naturalização desses comportamentos nesses espaços.

No caso de Ana, ela relatou não ter tido acesso a mais informações sobre as diversas formas de violência contra as mulheres, pois à época era difícil o acesso à internet, o celular que tinha era um modelo que não era avançado e não tinha *notebook*. Ela ouviu sobre a temática apenas de forma superficial, inclusive durante as suas aulas de graduação e participando da militância política na universidade.

Ana Livia: Então na época da universidade você não tinha ouvido as pessoas, não era comum essa discussão, você não participou por exemplo?

Ana: Não, só depois. Só depois que eu terminei. Acho que foi um ano e meio depois... eu nem lembro direito. Acho que foi na universidade mesmo, falar sobre a

questão de violência e tudo mais. E aí só depois que eu fiquei assim: gente, eu passava por esse tipo de violência, né? Tirando a questão física, mas a psicológica e a verbal.

Ana Livia: E foi, tipo assim, algo sobre a Lei Maria da Penha ou foi algo sobre violência de forma mais genérica?

Ana: Não, não foi... Eu acho que foi algo... Eu não lembro se foi uma coisa mais genérica... Começou com essa pauta, de a gente ter mais acesso. Talvez a gente, enquanto mulheres indígenas dentro da universidade, fosse uma pauta ainda distante da gente, né? Então a gente não tinha tanto acesso a esse tipo de discussão.

Ou seja, Ana, enquanto indígena mulher, se percebeu mais distante da discussão sobre violência contra mulheres em relacionamentos íntimos, mesmo estando no ambiente universitário, do que outras mulheres não-indígenas.

Joana, após anos de saída do relacionamento, procurou a justiça para reaver a sua casa e seu advogado a recomendou a ficar morando na casa com o ex e procurar a polícia caso ele a agredisse ou a ameaçasse. Segundo ele, antes que acontecesse algo ela fugia e ele se valia disso, pois “ficava tudo muito no ar”.

Joana: Aí eu procurei o advogado, ele falou: “Olha, você tem que ir pra lá e deixar ele te bater, deixar ele... daí você chama a polícia”. Aí eu: “como assim eu vou deixar o cara me bater? Cê tá louco. (...) Ele falou: “Se você chegar com esse relato na delegacia eles vão rir de você, né? Não tem corpo de delito, não tem nada. Você tem que provar que o cara fez alguma coisa.” É, ou tipo: “Ah, você tem que filmar”. Daí eu falei: “Cara, na hora eu não consigo filmar nada, eu só consigo correr, sabe?” Achando que eu poderia ter alguma estabilidade pra viver a violência ali e ainda produzir provas, sabe?

O mesmo advogado ainda lhe dizia que ela teria que ter uma testemunha, mas quando ela estava com alguém seu ex se transformava em um “anjo”. Para Joana, esse motivo leva muitas mulheres a demorarem tanto tempo para denunciar, justamente pelas violências que passam no processo judicial, ocorrendo a *revitimização*. No relato de Joana, além do aconselhamento do advogado para que ela permanecesse em uma situação de risco, havia ainda o reforço da noção de que sua narrativa seria desacreditada na delegacia e na justiça. O medo dela era do julgamento, de que as pessoas não acreditassem no que ela falava porque não tinha provas e o advogado reforçou esse sentimento.

Maria relatou que a naturalização do machismo a influenciou a continuar no relacionamento, a achar que seria possível mudar o seu ex.

Maria: E a naturalidade das coisas. Porque tem isso também, né? Tem um exemplo bom, que é aquele que eu consegui ver dentro dos grupos de mulheres nos movimentos sociais, que são as mulheres falando que aquele relacionamento não serve por isso e por aquilo. E tem os outros exemplos, né? Tem o exemplo: “ah, eu sofri muito com ele, mas eu amo ele, sabe? Vale a pena continuar” (Risos). Então esse tipo de exemplo é que a naturalização do machismo também influencia outras mulheres. Então me influenciou também a continuar, achar que a gente muda o outro. Hoje eu tenho outra concepção disso: ninguém muda ninguém.

Maria expressou, a partir de sua experiência, um conflito que a mulher que está aprendendo sobre os processos de agressão nos relacionamentos íntimos vivencia: contando com diferentes narrativas e influências, ora há a naturalização, ora a sua problematização. Contudo, para romper com a lógica machista dominante na sociedade é necessário um esforço maior, no sentido de romper com os padrões já estabelecidos.

Outro complicador foi também relatado por Mônica e Maria: o fato de terem filha/o durante seus relacionamentos, pois isso fez com que algum tipo de vínculo permanecesse com os ex's. Ana relatou que, após o término, sentia uma “ligação” com o ex pelo fato de terem um filho, mas sabia que ele faria sua parte em termos financeiros e que não abandonaria sua responsabilidade de pai. Porém não foi fácil e algumas situações que viveu ela nem consegue se lembrar, como uma espécie de “apagamento”.

Para Mônica, o fato de ter uma filha é difícil nesse processo de ruptura porque até hoje tem que manter contato com o pai dela e sofrer os impactos disso, inclusive com relação às expectativas dele de que ela continue emocionalmente e sexualmente disponível.

Ana Livia: Ele ainda tentou “ficar” com você outras vezes?

Mônica: Sim, ele sempre tenta. Mas aí como eu criei essa... essa resistência, sabe? Mesmo. Eu criei resistência. Eu sou a pessoa que hoje eu xingo ele (risos) porque a gente foi pra justiça também por causa de pensão, por conta da presença dele. Definir guarda, essas coisas. Então ele já fica com um “pé atrás”.

Mônica descreveu a dificuldade de viver a “maternidade solo” sem poder contar com o apoio do pai da criança e sem poder trabalhar durante os primeiros meses da filha, que coincidiram com a ocorrência dos primeiros anos da pandemia da Covid-19.

Já no caso de Maria, seu ex usava o filho como desculpa para “puxar conversa”, então Maria decidiu morar um tempo fora do assentamento e, para ela, foi muito bom para “espairecer um pouco”.

Maria: Com certeza é muito mais difícil [sair de um relacionamento] com filhos, mas não é impossível. Tem mulheres com muito mais de um filho e também tão conseguindo. Claro, vai ter vários impasses, né? Pessoas que viram as costas, gente que ao invés de dar um conselho pra levantar a autoestima da pessoa, vai dar um conselho pra casar de novo, pra ter um marido pra sustentar.. São vários tipos de conselhos.

Ana Livia: Que mulher sozinha não dá pra ser feliz, né?

Maria: É, que ninguém vive só feliz. (Risos). Só mentira, viu? Descabida!

Mesmo com os desafios já citados, as mulheres conseguiram construir caminhos de saída para as situações que viveram. Ressalta-se aqui que as ações das interlocutoras não foram, necessariamente, estratégias calculadas, mas foram sendo construídos meios, de forma processual, para que isso acontecesse. A seguir, me debrucei sobre essas trajetórias.

4.3 Construindo caminhos

Nesta parte da pesquisa, meu foco se deu nas trajetórias das interlocutoras, sobre como lidaram com os impactos negativos dos relacionamentos violentos que viveram, atentando-me para aquilo que lhes auxiliou nessa jornada.

O “contato zero”, de acordo com Raquel, foi uma estratégia importante para lidar com os impactos negativos advindos do término do relacionamento. Na época, ela leu em um *blog* de moda sobre fim de relações e como lidar com a dependência emocional, e o conselho da “blogueira” era fazer um “intensivão de 30 dias” sem contato algum com o ex. Raquel levou este conselho a sério, sem querer até mesmo pronunciar o nome da pessoa e, para ela, “deu supercerto”. Foi também nessa época que começou a frequentar as reuniões de um movimento social com o qual tinha afinidade política e, para ela, ter contato com as mulheres que frequentavam esse grupo a deixaram muito “fascinada”.

Raquel: E o fato de eu ver mulheres muito “fodas” ali na minha frente, e cara, falando pros homens: “Isso aí que você tá falando é errado. Não, você tá ‘pirando’”. Pelo exemplo delas eu acho que eu tirei forças assim, pra seguir em frente. E aí teve isso assim, que a primeira vez que eu me relacionei com uma pessoa fora dessa relação.. Cara, sei lá. Foi muito importante pra mim. Foi muito importante, assim... Porque... eu não sei, eu acho que eu me senti livre de novo. Eu lembro de voltar pra casa, eu de ônibus voltando pra casa e eu senti uma sensação de liberdade que poucas vezes eu tinha sentido na minha vida. Que é assim... Eu senti que nesse momento eu rompi a “amarra” com essa relação. E não era exatamente porque eu tinha transado e tal. Mas era uma coisa assim: eu fiz algo que só tem a ver comigo,

que só tem a ver com o meu prazer agora nesse momento. E que não tem absolutamente a ver com essa relação. Entende? Não tem nada a ver com essa relação antiga. É uma coisa minha. (...) Eu não achava que eu era uma pessoa capaz de me relacionar com alguém de novo, assim. Não achava que eu era inteligente, que eu era uma pessoa interessante e tal. E aí esse dia foi muito legal, foi muito legal de verdade. Não teve nada de especial, mas foi especial pra mim no sentido da minha emancipação como mulher, assim. (...) As mulheres [nessa organização política] escreviam muito, né? Faziam textos e tal. Eu lembro que a primeira vez que alguém me chamou pra fazer junto um texto, escrever um texto pra página do movimento no *Facebook*. Nossa, eu fiquei tão feliz. E sei lá, me achando uma pessoa... Poxa, eu sou capaz de fazer isso, sabe? E foi muito importante, foi muito importante. Pra minha vida esse momento foi fundamental.

O foco na sua autoestima foi importante para Raquel, e para conseguir isso, optou por romper totalmente o contato com aquele que a tinha diminuído. Adicionalmente, a participação em grupos, com pessoas e mulheres que valorizassem a sua contribuição intelectual e política, também a auxiliou, a partir do que via como exemplo e pela forma como foi tratada.

Ana também retratou a importância do ativismo político na universidade enquanto forma de saída do âmbito estritamente doméstico.

Ana: Na universidade foi porque eu conseguia me distrair com outras coisas. Como por exemplo, as disciplinas da graduação. As reuniões e tudo mais. A questão da militância. Aquilo meio que me ajudou porque eu acabei adentrando mais no movimento aqui dentro da universidade, as disciplinas. E foi quando também eu comecei a sair um pouquinho... Conhecer que existia outro mundo além daquilo que eu tava vivendo, né?

Além disso, o exemplo da violência que viu sua mãe passar e o apoio e referência de mulheres da família que divergiam da norma machista a fizeram procurar outro caminho para si própria.

Ana: Eu tenho uma tia que sempre que eu posso eu falo dela, né? É irmã da minha mãe. Ela foi... como que eu posso dizer? Uma mulher indígena um pouco à frente das mesmas mulheres da idade dela. Por exemplo, ela sempre quis ter uma filha mulher. (...) Então eu lembro que ela sempre tratava os filhos dela por igual assim. Parte da minha infância eu morei com ela. Então eu e os dois filhos dela mais velhos, a gente fazia nossos trabalhos por igual, assim. A gente lavava panela, limpava a casa. Ela não distinguia pela questão de gênero, homem ou mulher. (...) Hoje ela continua casada com meu tio e ele era separado, ele deixou a mulher dele pra ficar com a minha tia. Então isso, naquela época, lá era um escândalo. E ela não se importava muito com essas coisas. Ela sempre foi uma mulher muito forte. E ela dizia: “A hora que eu não te quiser mais eu te deixo e se quiser pode levar teus filhos também porque eu não vou fazer questão de filho.”

Segundo Valentina, ter tido a experiência de como uma mulher pode ser bem tratada, já que era a única mulher em seu grupo de luta marcial, lhe mostrou que era possível ser respeitada.

Valentina: E aí por que eu terminei com ele, né? Eu comecei a reparar, comparar como as pessoas de lá [da luta] me tratam e como eu era tratada a vida inteira. Foi aí que eu comecei a questionar. Me questionar, a questionar os meus amigos e a questionar o meu relacionamento. Porque eu tô num esporte que tem muito contato [físico]. Pra alguém fazer uma brincadeirinha de mau gosto é “isso aqui” [estalo com os dedos]. Sabe? E lá, realmente assim, eu não sei se é um lugar diferenciado pelas pessoas, eu não sei. Mas as pessoas são supereducadas. Super. Que eu fico constrangida com esse tipo de situação, de ciúmes. (...) Foi aí que eu comecei a ver como eu era tratada pelo meu ex-namorado e como eu fui tratada por todos os meus colegas de treino. (...) A luta ali foi um ápice pra ele porque foi demais. Luta num ambiente que era 100%, 90% masculino na verdade.

Maria, antes do término com seu ex-marido, muitas coisas já “vinham acontecendo”, xingamentos e também o problema do alcoolismo, que “se somaram” para que ela decidisse romper o relacionamento. Quando ela decidiu terminar o casamento, foi com essa “mentalidade” de que já não precisava de um “tipo de relacionamento assim”, de que não “servia para ninguém e não servia para ela”. Mas as pessoas do assentamento duvidavam porque achavam que eles “se amavam demais e era muito tempo de relacionamento”, que tudo não iria “terminar por causa de uma briga”. Depois de um ano “veio cair a ficha das pessoas” de que ela não reataria mais com o ex. Então, durante algum tempo as pessoas buscaram lhe influenciar no sentido de voltar, mas ela conseguiu superar isso.

Maria: O estopim pra mim sobre essa questão de viver um relacionamento abusivo foi no encontro de mulheres, né? Que no encontro de mulheres teve muitos relatos, foram dias de evento com muitos relatos, muitas pessoas. E foi aonde eu realmente cheguei à conclusão: nossa, eu tô vivendo um “relacionamento lixo”, sabe? Não é nada disso aqui... que eu tava pensando que era e... Então assim, foi tudo certinho, sabe? No seu tempo certo. Foi o tempo de maturação pra não ter dúvida, não cair no vacilo de voltar novamente pra um tipo de relacionamento desse.

Por fim, para Joana, após ela ter conseguido ficar na sua casa sozinha alguns meses durante a pandemia porque seu ex tinha ido ficar com a mãe no sudeste, ele voltou “que nem um louco”, batendo no quarto e a ameaçando, falando coisas horríveis e a xingando, dizendo para ela sair da casa dele, que não a deixaria ficar. Ele a ameaçou: “Sai daí que você vai ver sangue, eu vou acabar com a sua vida.” Após esse episódio, ela ficou três meses escondida em um lugar que ele não conhecia e então conversou com o advogado, que lhe disse para voltar

para casa e “qualquer coisa” chamar a polícia. No dia que ela voltou, ele tentou expulsá-la de novo, só que ela se trancou no quarto e ligou para as amigas. Uma amiga chegou primeiro e viu a cena dele tentando expulsá-la, mas só uma parte, porque, assim que ela chegou, ele mudou o comportamento “na hora”. Após este último acontecimento, ela procurou outro advogado, que lhe disse que o que ela vivia era violência e que o tratamento desses casos na sua cidade estava muito atrasado em relação a outros locais, por não haver DEAM’s e nem juízas mulheres.

Joana: Resumindo: voltei pra casa, mas com muito medo né? Até hoje eu tenho sonho que o cara invade minha casa. Porque depois eu fiquei seis meses, teve audiência graças às amigas que foram testemunhar que eu consegui. E o juiz entendeu tudo. A sentença do juiz, maravilhosa. (...) O juiz, quando ele [o ex] começava na audiência, o advogado dele começava a me perguntar assim: “Mas eu queria saber, qual é a sua enfermidade?” Aí o juiz falava: “Você não precisa responder não. Isso aí é humilhante. Você tá querendo diminuir ela. Você não tem direito de falar sobre isso pra justificar nada.” (...) Eu achei muito forte as coisas que ele falou [o juiz]. E ele entendeu tudo assim. (...) Aí ele botou assim [na sentença]: “O acusado nem percebe que o que ele faz é crime.”

Para Joana, se não fosse esse último advogado não teria conseguido, pois ele é o “tipo machão”, que lhe disse que “não entra em briga pra perder”. Ele ainda “lhe cobrou os olhos da cara”, mas “fez o que tinha que fazer”. Joana conseguiu o direito de permanecer na casa e a sentença do juiz reconheceu a violência psicológica que vivia.

Assim, as interlocutoras agiram de diversas maneiras, buscando formas de saídas e de evitar as “recaídas”, seja por meio do “contato zero”, seja participando de grupos com atuação política de mulheres, ouvindo relatos de mulheres que passaram por situações semelhantes e que conseguiram sair do contexto de violência, buscando fazer aquilo que lhes dava prazer, traçando projetos para si mesmas e também apoio, tanto de pessoas próximas quanto psicológico e jurídico.

4.4 O “pós”

Novas perspectivas foram construídas pelas interlocutoras, a partir da desconstrução de antigos parâmetros daquilo que era considerado aceitável nos relacionamentos afetivo-sexuais, em um contínuo processo de reelaboração dos sentidos da experiência do amor na esfera íntima, em uma espécie de “pedagogia afetiva” com a perspectiva de gênero.

Como salienta Saffioti, relações igualitárias, sem hierarquia entre casais, raramente são construídas, já que contrariam todo o contexto social no qual estão inseridas (2001, p. 123). Por isso, é necessário um grande esforço no sentido de romper com a lógica que naturaliza a violência e opressão no contexto de relacionamento amoroso para “trilhar” esse caminho de reelaboração de si própria. Debrucei-me sobre as maneiras pelas quais as interlocutoras refletiram sobre seus caminhos e as perspectivas sobre elas mesmas desde os termos.

Logo ao final da relação, como uma espécie de “estratégia de combate”, Raquel escreveu um breve texto sobre o que viveu com seu ex e enviou no *chat* do *Facebook* para todos os amigos que tinha em comum com ele. Agora se orgulha muito de ter feito isso, pois muitas pessoas se dizem solidárias, mas “não conseguem excluir uma pessoa da rede social”. Raquel vê a campanha da internet #MeuAmigoSecreto²⁵ como uma prática legítima de vingança: “Tem uma frase de Bertolt Brecht que expressa bem isso: ‘Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem’. (...) A mulher não pode ter justiça de forma alguma, sabe?” Hoje tem uma relação ótima com seu atual companheiro e se chegassem ao ponto de gritar um com o outro seria o “ponto final” na relação porque cada um tem muito claro para si seus próprios limites e se respeitam.

Valentina até hoje possui algumas barreiras, como não ir em certos lugares para não ter que encontrar com seu ex. Outro tipo de barreira é falar sobre isso, não gosta. Ela sabe que não vai esquecer, mas ela quer fazer disso um “não-acontecimento”. Até mesmo aceitar participar da entrevista foi difícil porque dói ficar lembrando das coisas que aconteceram. Foi pensando no seu alcance, no fato de chegar a outras mulheres, que Valentina aceitou. Também pensou que é formada, estudou sobre violência contra as mulheres, tem independência financeira e não conseguiu identificar a violência desde o início. Logo após o término, ela ficou esperando-o ligar para reatarm, mas isso não aconteceu. Hoje ela não se arrepende de ter terminado, pelo contrário:

Valentina: Aprendi a dar mais valor nas coisas que eu já fazia. Não deixar ninguém me mandar, ser dona do meu tempo. Isso eu tenho realmente agora como regra. (...) Agora eu faço as coisas que eu quero. Agora eu acordo, eu não dou mais satisfação pra ninguém, inclusive lá em casa... Antes eu ficava: Ah, eu vou não sei pra onde. Não faço mais, entendeu? Eu pego minhas coisas e saio. Porque é isso, sabe? Quem tem que saber do lugar que eu vou sou eu. Nessas pequenas coisas assim que eu fui

²⁵ Com a *hashtag* #MeuAmigoSecreto, as mulheres querem agora denunciar o comportamento incoerente de pessoas de sua convivência – aquelas que não se julgam machistas e preconceituosas, mas são. Para mais informações, veja: #MeuAmigoSecreto, nova investida feminina contra o machismo velado. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/25/politica/1448451683_866934.html. Acesso em 24/01/2023.

me percebendo. Eu tô mais madura. Tipo: “eu vou lá, pronto e acabou”. Entendeu? Se eu quiser fazer qualquer esporte eu faço. Sem vergonha. Eu acho que depois dele eu tirei aquela minha vergonha.

Mônica, no “pós” está vivendo a “maternidade solo”, mas sua família lhe ajuda muito, além disso, pôde contar com a ajuda de uma grande amiga, “sua comadre”. Fora isso, não foi nada fácil para ela, do ponto de vista emocional, e se tivesse ficado sozinha talvez tivesse “ido à loucura”. Está muito traumatizada com o relacionamento e desde a gravidez não se relacionou com mais ninguém, sente-se indisposta, também teve a “questão hormonal” e a pandemia. Além disso, tem buscado não se culpar. Para ela, ter uma filha não foi algo que atrapalhou a sua vida, pois lhe trouxe foco, no sentido de priorizar o que “realmente importa”, lhe trouxe “um rumo”. Com relação à cura, Mônica começou a refletir sobre os conflitos no relacionamento dos seus pais, com brigas e traições, e buscar outra maneira de viver e se relacionar.

Mônica: A *cura*... São muitas questões. Negritude, coisas de mulheres, nossa *cura* afetiva. Por exemplo, eu te falei que sou muito monogâmica, né? Mas eu não entendo que a monogamia seja algo saudável. Eu acho que a gente foi criada, socializada pra isso. “Rola a parada” do ciúme, mas eu também não acho que seja saudável. Perpassa por toda uma questão de insegurança, de não querer ser preterida. Então acho que as curas têm que ser muito por aí. De autoconfiança, de entender que não é porque a pessoa está com você, mas fica a fim de outra que é porque ela não gosta de você. Mais no sentido de eu estar bem comigo mesma, independente de qualquer situação que seja. Eu me *curar* enquanto mulher negra, enquanto mulher, mãe, enquanto pessoa periférica. (...) Quanto mais a gente busca, mais a gente vai ali tirando “casquinhas”. Estou nessa busca intensa. Hoje tem muita gente me estranhando. Eu tô muito distante de muita gente que eu gosto muito, mas estou achando super importante esse movimento de distanciamento, de estar mais comigo mesma. Até por uma questão de tempo. Eu acho que é possível, só focar mesmo. (...) Se for para me relacionar eu quero uma relação saudável, em que o ciúme não seja um problema, independente do formato. De que não seja um lugar que eu entre nas paranoias.

Para ela, o que viveu a fez se questionar muito em relação a si própria e também a querer ajudar outras pessoas a entenderem que é possível ter relacionamentos melhores. Em suas palavras: “A gente começa a ampliar a visão, esse despertar. A gente começa a ver muita coisa e a querer ajudar todo mundo também.” A *cura* sobre a qual Mônica se refere tem semelhanças com a perspectiva de bell hooks, segundo a qual:

Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a

se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor (2010).

No caso de Maria, ela também passou a se questionar sobre os moldes convencionais de relacionamento e a instituição “casamento”.

Maria: O casamento é um sistema que não veio pra dar certo. Pelo menos não pra mulher, né? Então eu decidi que eu não quero mais esse sistema de casamento monogâmico dessa forma aí que eu já vivenciei antes. Mesmo que seja com pessoas diferentes. Eu passei três anos sem me relacionar com ninguém. Justamente por isso. Eu queria saber o que é tá sozinha. O que é vivenciar as experiências sozinha. Não precisar buscar a felicidade em outra pessoa. Ninguém acha a felicidade em outra pessoa, né? A maior ilusão é essa. Que a outra pessoa é a proporcionadora da sua felicidade. (Risos).

Ela critica os modelos de relacionamentos já estabelecidos, mas também não sabe ainda bem o que quer. Até porque, para ela, há relacionamentos não-monogâmicos abusivos. Ter estado solteira tem sido parte importante para poder focar nos seus próprios objetivos, em um constante “processo de amadurecimento”, passando a refletir mais profundamente sobre si e sua vida.

Maria: Eu não mentalizo mais colocar um homem dentro da minha casa e eu ficar subordinada. Limitar meu tempo. Meu tempo de vida é outro. Eu viajo muito, trabalho muito. Tenho que conciliar com meu filho. Eu não tenho espaço... É outra questão também a responsabilidade afetiva. Não tenho tempo agora para ter responsabilidade afetiva com ninguém. Então tenho essa compreensão e não devo buscar relacionamentos nesse período. Eu avaliei que nesses três anos não era um momento para ter nenhum tipo de relacionamento. Esperar eu me graduar. É um ano de trabalho, de muitas mobilizações. É um ano que quero me dedicar pra mim, pro meu filho, pra trabalhar, pra terminar a reforma da minha casa. Responsabilidade afetiva vem disso também, você saber o que consegue alcançar nesse tempo. Eu não quero maltratar ninguém e não quero fazer um “bê-a-bá” pra explicar pra pessoa que antes dela entrar na minha vida eu já tinha um tempo estruturado pra trabalhar, pro meu filho, pra casa.

A solidude aparece como um processo libertador no relato de algumas interlocutoras, como Maria e Mônica. Ao mesmo tempo, Joana e Ana relataram dificuldades para vivenciarem novos relacionamentos por causa das experiências negativas que tiveram.

Para Joana, tem sido complicado porque além do processo na justiça pela casa, durante o interstício entre a entrevista e o retorno, a medida protetiva venceu e seu ex foi tocar música em um local próximo aonde ela estava. Joana ficou muito tensa, pois ele ficou rondando o restaurante onde ela estava, a encarando e ela ficou com medo de voltar para casa sozinha. A

partir disso, seu advogado fez um pedido para renovar a medida protetiva. “Não acabou. Tá aí. É um fantasma que tá aí.” Agora ela entende muito melhor o que sua mãe passou, porque até ter que contar a situação para os advogados, em sua maioria homens, é um processo muito difícil. Joana relembra sua própria situação, em que o ex invadiu sua casa e pegou seus equipamentos de trabalho como terapeuta: “É algo para atingir mesmo que eles fazem. Várias formas de violência.” Assim, o pior é ele conseguir estragar o seu momento com seus amigos porque quer viver tranquilamente, não quer viver como se a vida fosse uma luta: “É o que eles fazem. Eles apavoram até a hora que a pessoa só queira ter paz. O projeto é enlouquecer.”

Ana hoje consegue falar abertamente sobre o que passou e isso a ajuda muito, poder falar. Desde então, não teve nenhum relacionamento sério, ficou com receio de se relacionar e passar por tudo isso de novo. Para ela, está muito melhor agora, inclusive fisicamente, “apesar de ter engordado um pouquinho”. Quando terminou seu relacionamento, ela queria um namorado, até mais ou menos três anos depois. Com o tempo, foi aprendendo a se conhecer e se respeitar e percebeu que não precisava de outra pessoa. Agora, quando ela fala de um outro relacionamento é porque quer amar e ser amada de uma forma leve, mas não sabe se isso é possível: sem ciúmes e sem intrigas.

Ana: Hoje eu consigo falar abertamente do que eu passei, né? E eu acho que isso me ajuda muito. Hoje eu já tenho essa facilidade de falar. É... Depois disso eu não cheguei a ter nenhum relacionamento sério. Eu fiquei com muito receio de me relacionar e passar por tudo isso de novo, né? E eu tô muito melhor assim como eu tô hoje. Eu até brinco com os meus colegas, amigos que eu tô preparada pra outro relacionamento. Que às vezes a gente acaba tendo só o relacionamento que a gente teve como um parâmetro. A gente acha que tudo vai ser assim, continuar sendo assim. Mas não é.

A partir dos relatos foi possível perceber que as interlocutoras buscaram formas para lidar com as consequências do que viveram, pela busca de falarem sobre as situações vivenciadas, com o intuito de ajudar, inclusive, outras pessoas, de voltarem-se a si próprias a partir de momentos de solitude ou de fazerem aquilo que elas mesmas decidiam, cultivando a autonomia, bem como mudarem suas perspectivas acerca dos relacionamentos, daquilo que era ou não aceitável, de se perceberem enquanto sujeitas e merecedoras de respeito, cuidado e amor. Ficou evidente, também, um processo de “desromantização” dos relacionamentos na esfera íntima, em que as interlocutoras passaram a esmiuçá-los sob diferentes óticas. Como fica expresso na reflexão de Ana a seguir:

Ana: Inclusive essa semana que eu entendi, no *Instagram* que eu tava olhando, né? Eu sigo muitas páginas de...autoajuda. Aí eu vi umas tirinhas lá falando assim. Eram duas flores conversando, uma terminando com a outra e tal. Aí a outra florzinha responde assim: “Então tá bom.” Daí a que terminou: “Você não vai falar nada?” [A outra falou:] “Se você quer terminar comigo eu não vou insistir pra você ficar, né? Se eu insistir já é dependência, não é amor.” Então eu falei: Meu deus. Das vezes que eu voltava... Hoje eu entendo, depois de anos, que era dependência e não amor. Acostumada com a pessoa ali do lado e tal. E era isso. Hoje, essa semana eu fui entender que era uma dependência, um vício, não sei porque o ser humano age dessa forma...

Dessa maneira, após anos, Ana ainda busca entender aquilo que viveu sob diferentes perspectivas, questionando-se inclusive sobre a ideia de que foi o amor que a motivou a permanecer no relacionamento. Assim, surgem os conceitos de *dependência* e *vício* em sua narrativa, como uma espécie de adoecimento em relação ao que seria considerado um “relacionamento sadio”.

Foi perceptível ademais, que existem marcas que perduram e não são facilmente transformadas, afetando as interlocutoras até hoje. Por fim, a questão da autoestima foi abordada por todas como um mecanismo importante para lidar com o pós-relacionamento. Para refletir mais profundamente sobre a importância política da autoestima, Lagarde y de los Ríos propõe que a perspectiva feminista sobre a mesma não é a-histórica, despolitizada e conformada, como espécies de “métodos terapêuticos ou de autoconsumo para melhorar a autoestima sem mudar o mundo”²⁶ (2001, p. 19). Para ela, a autoestima localizada a partir da perspectiva feminista possui outros objetivos:

Desde há várias décadas, mulheres de todo o mundo têm tratado da necessidade de reparar as feridas e eliminar os sofrimentos provocados pela violência de gênero, a asfixia e a falta de alternativas devido à opressão. Esta consciência e o anseio de nos sentirmos bem agora, e de estender para todas o que já temos algumas, são sinais da causa feminista das mulheres (*ibid.*, p. 13).²⁷

Assim, autoestima, como propõe a autora, torna-se uma chave fundamental para podermos combater as influências do machismo em nossas vidas individuais e coletivas.

²⁶ (Tradução minha).

²⁷ (Tradução minha).

4.5 As entrevistas

Na perspectiva de Raquel, a entrevista possibilitou a sistematização daquilo que viveu, pois ela conseguiu elucidar ainda mais algumas coisas para si própria. Sentiu que, de alguma forma, essa experiência é valiosa para ser compartilhada, no sentido de ser estudada e que pode vir a ajudar outras mulheres.

Raquel: Não foi um “gatilho”. Na verdade eu senti que foi muito importante falar. Eu senti que depois que eu falei... (...) eu consegui elucidar umas coisas na minha cabeça depois da entrevista. (...) Eu senti que, de alguma forma, essa experiência é valiosa de ser compartilhada, no sentido de ser estudada e que a pesquisa também possa ajudar outras mulheres. Tipo, eu senti assim... aquela coisa do compromisso social com a pesquisa, sabe? Podendo ajudar nesse sentido. Que é você que tá escrevendo, mas de alguma forma, a nossa história pode ser compartilhada pra que as pessoas tenham um olhar sobre essa vivência da violência.

Joana relatou que me escutar lendo o resumo da entrevista não foi fácil, ao passo em que buscou entender a própria história, já que “na vida normal” acaba não pensando nessa situação, acaba “bloqueando” as memórias do que viveu.

Joana: Uma parte do nosso ser e da nossa energia fica ali estagnada. Então é preciso muito processo terapêutico, muita ajuda, pra gente ir se reconstruindo. Uma parte da nossa potência vital fica afetada por essas situações traumáticas, né, que a gente vive. No meu caso eu vivo desde a infância, então fica um “peso” a mais, né? Imagino quem nunca viveu, quem teve uma família estruturada, quem nunca passou por nada disso, não tem que lidar com esse peso, não carrega (...) São muitas camadas, né?

Aqui, a partir do relato de Joana, é interessante refletir sobre o processo de *cura*, no caso da mulher que vive situações de violência doméstica desde a infância e que não sabe bem o referencial de uma relação mais equilibrada.

Para Ana, não foi constrangedor falar sobre o que viveu, inclusive tendo em vista que já nos conhecíamos.

Ana: Antes era constrangedor, mas não porque a gente se conhecia. Não pra você, mas falar pra qualquer outra pessoa em relação a isso. Mas agora não. Eu vejo que a oportunidade que eu tenho, que eu sei que vai ajudar de forma indireta outras mulheres a não passar por isso, eu falo.

Ana Livia: Essa é a ideia, né? (Risos). Como você se sentiu depois da entrevista? Assim, foi ruim?

Ana: Não, eu gosto. Parece que tira um peso também da gente, né? Eu sempre brinco que fazer terapia é muito caro, então a oportunidade que tem de poder falar e... (risos) Eu acho bom.

De acordo com Valentina, o processo da entrevista lhe gerou muitos questionamentos e estranhamentos também. Sentiu-se desconfortável após ler o resumo da entrevista, pois não sentiu que a maneira como sua história foi descrita foi representativa da sua experiência.

Valentina: Eu acho que em três horas de entrevista não tem como você capturar toda essa complexidade de uma existência de 32 anos, resumido a palavras. Eu senti mesmo. (...) Eu fiquei num processo de questionamento também. De saber que eu sou muito mais do que tá escrito aí também.

Ana Livia: Eu acho que essa parte da escrita não traz o tom que você usou, ela não traz várias sutilezas assim...que eu acho que realmente pode ser uma coisa de tentar melhorar a escrita, com certeza, mas eu acho que é uma diferença do texto. O texto escrito em geral é uma coisa mais seca, né?

Valentina: Mais ou menos assim. Porque no texto tem como você dar ênfase em alguma coisa. (...) É por isso que eu falo, tem como você escrever a história de uma forma serena, contando tudo, entendeu?

No segundo encontro com Valentina, pensamos juntas uma forma de contar a sua história de um jeito que fosse mais próximo ao modo como se sentia e também que a deixasse mais confortável com o relato. Nesse momento, também pude explicar que nem tudo que eu havia escrito no resumo constaria no texto final da pesquisa, que esse segundo momento da entrevista era justamente para checar se a minha compreensão estava coerente com o que foi descrito por ela. Um novo encontro foi, então, fundamental para que eu pudesse perceber aspectos mais sutis da fala de Valentina, que até então tinham passado despercebidos. Foi importante, além disso, para que eu pudesse refletir de forma mais profunda sobre o impacto da pesquisa e a minha responsabilidade enquanto pesquisadora. Por fim, Valentina e eu concordamos a respeito de uma abordagem que a contemplasse e para mim foi importante respeitá-la durante todo esse processo.

Nesse sentido, a metodologia utilizada foi bastante proveitosa, pois caso não tivesse havido o segundo encontro com as interlocutoras eu não teria tido a oportunidade de “afinar” o texto e o meu entendimento sobre aquilo que foi relatado. Adicionalmente, a construção foi dialógica, já que esse retorno foi também uma forma de “me ouvir”, passando a ver aquilo que eu mesma tinha entendido a partir de suas falas, dado que houve o compartilhamento de experiências comuns entre nós e também diferentes. Assim, justamente ao conversarmos pude

perceber nuances de aproximação e afastamento daquilo que eu mesma vivenciei. As entrevistas e os encontros com as interlocutoras foram momentos em que também me emocionei e me deparei com a minha própria história de vida, em que pude compartilhar com as interlocutoras alguns desses aspectos, sem que a minha própria história se tornasse o centro da conversa, mas, ao mesmo tempo, sem me esconder no papel de pesquisadora apartada.

Para Mônica, a entrevista também “ficou reverberando”, pois a partir dela se questionou sobre algumas situações vividas, tentando entender a veracidade do que foi narrado. “Nossa, foi isso mesmo? Porque a gente vai falando e revivendo as coisas, né?” Ela também ficou se perguntando por que deixou a relação “chegar nesse ponto”. Sentiu raiva também de muitas coisas.

Mônica: A nossa entrevista, eu falar sobre isso com uma outra pessoa nesse tom também “destravou” alguma coisa. (...) Mas nesse dia, eu falando com você nessa entrevista, nesse tom de responsabilidade também... Porque a gente precisa ter muita responsabilidade falando sobre essas questões. (...) Então, assim, o problema não é a gente falar sobre os relacionamentos abusivos, o problema é o relacionamento abusivo, o problema é o machismo, não é a gente falar.

Para Maria, não foi difícil rememorar os acontecimentos que viveu, pois considera que já “superou”, após cerca de três anos desde o término, momento em que a entrevista foi realizada.

Maria: Hoje eu não sinto mais necessidade de contar isso pra ninguém, né? Quem tinha que saber já soube, quem não sabe não precisa saber porque eu superei, eu consegui sair. Já são três anos e tanto, né? Que eu saí... (...) Já tem um bom tempo.

Com os relatos sobre as experiências das interlocutoras no pós-relacionamento, ficou ressaltada a importância de que as mulheres não se sintam passivas em relação ao que viveram, mas construtoras também das suas histórias. Inclusive, em uma revisão contínua sobre aquilo que passaram, a partir de suas próprias narrativas, podendo se avaliar nesse processo, bem como as próprias situações vivenciadas.

5. Enfim, histórias múltiplas!

Ao longo deste trabalho, o meu objetivo foi ampliar as perspectivas a respeito das mulheres que viveram relações íntimas violentas. Para isso, foi fundamental questionar determinados estereótipos sobre quem são as vítimas e os agressores nestas situações e englobar outras narrativas existentes sobre esse tema. Dado que a violência de gênero é estrutural em nossa sociedade, não há um único padrão sobre como ela se perpetua, expressando-se de diferentes formas e adaptando-se às mudanças sociais nos diversos contextos em que ocorre.

A partir da implantação da LMP em 2006, como resultado da luta dos movimentos sociais e influência de órgãos internacionais, a violência contra as mulheres no âmbito doméstico passou a contar com o aparelho estatal para o seu enfrentamento. Nos últimos anos e, particularmente, na recém-finalizada gestão do governo Bolsonaro, os serviços de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica sofreram intenso desmonte e desarticulação. Além do quê, as populações negras e indígenas foram ainda mais afetadas com a perda de direitos e severas ameaças às suas vidas. Ainda persistem barreiras na sociedade, em geral, e no Estado, em particular, por meio do sistema judiciário, de saúde e policial, que reforçam preconceitos que desconsideram as diversas realidades em que as mulheres brasileiras estão inseridas, tanto do ponto de vista racial quanto socioeconômico, étnico, dentre outros.

Desta maneira, a violência contra mulheres em relacionamentos íntimos ocorre em cenários complexos, que precisam ser compreendidos para além do senso comum, que ora tende a culpabilizar a vítima, como se ela tivesse falhado enquanto mulher no seu papel de transformar o homem violento, ora a vê-la como “pobre coitada”, desconhecadora de seus direitos e, necessariamente, em condição socioeconômica precária. Ainda mais, a perspectiva feminista *interseccional* me auxiliou a entender o fenômeno a partir de um olhar multifocal, em que busquei não essencializar as mulheres e nem criar *histórias únicas* para compreender as violências que sofreram, assim como suas trajetórias de saída desses relacionamentos.

Através desta pesquisa, pude ampliar a minha visão analítica sobre a temática, o que me auxiliou a compreender a minha própria história de vida por novos ângulos. Ao me aprofundar em outros contextos de violência, além daquilo que experienciei, pude perceber diferenças em relação ao que vivi, bem como aproximações. Além disso, capacitei-me ainda mais para criticar a lógica de (auto)culpabilização, tão presente nestas situações, tanto por

parte das próprias vítimas quanto da sociedade em geral. Minha implicação no tema, guardadas as ressalvas de distanciamento que o método empregado me permitiu, serviu também como caminho fecundo para a aproximação sensível e respeitosa às interlocutoras.

Qualquer mulher pode sofrer violência em seus relacionamentos afetivo-sexuais, inclusive aquelas que têm ensino superior e renda própria, como mostrei nesta pesquisa. A violência psicológica, assim como a exploração do trabalho reprodutivo, a exploração financeira/patrimonial e intelectual estiveram fortemente presentes no conjunto dos relatos das interlocutoras, bem como outras formas de violência de modo secundário. Os enredos foram múltiplos e, ao mesmo tempo, tiveram em comum o ataque à autoestima delas e suas possibilidades de autodeterminação, prejudicando-as na relação consigo mesmas, em suas vidas afetivas, carreiras profissionais e acadêmicas. Particularmente, as formas de exploração a que estavam submetidas tiveram um impacto muito negativo nas suas carreiras, na medida em que as fizeram trabalhar muito mais no espaço doméstico e com relação ao dispêndio de tempo, dinheiro e desgaste emocional.

Ademais, a abordagem *interseccional* proporcionou o entendimento de que quando acumulam-se opressões, de gênero, raça e classe, ou quando se é mãe, vive-se em locais onde não há serviços especializados de atendimento às mulheres, quando a mulher é nova e está longe de sua *rede de apoio*, há um impacto direto nas maneiras pelas quais as violências ocorrem e elas devem ser consideradas de maneira combinada no entendimento e enfrentamento ao problema. Portanto, a universalização em relação ao grupo de mulheres, sem recorte algum, não auxilia no processo de compreensão das especificidades que lhes são constituintes e corrobora para a perpetuação das desigualdades e da violência, especialmente no caso das mulheres que acumulam diversas formas estruturais de opressão, como as mulheres negras, indígenas e menos privilegiadas economicamente. Compreender como as violências em relacionamentos afetivo-sexuais ocorrem especificamente nesses grupos de mulheres é de grande relevância para avançar nesta temática.

A pesquisa com histórias de vida a partir de entrevistas semiestruturadas foi uma maneira de possibilitar um mergulho nas vidas e nos sentidos atribuídos pelas interlocutoras, que repensaram a si mesmas e, dessa forma, se historicizaram através de suas trajetórias narradas, abrindo-se também a mudanças. A partir das múltiplas perspectivas das interlocutoras, busquei abarcar essa complexidade e colocar em diálogo diferentes histórias e vozes, entre elas e delas comigo mesma. Não existem histórias definitivas sobre si e sobre os

acontecimentos vividos, como destacam Bourdieu (2006) e Butler (2019), pois os relatos sobre a nossa trajetória são sempre parciais, mudando de acordo com o tempo e a compreensão sobre aquilo que vivemos. Deste modo, as interlocutoras, ao contarem suas experiências passadas, não estavam apenas narrando passivamente os acontecimentos, mas os atualizando e recriando-se através das suas narrativas, assim como eu mesma, por meio deste trabalho.

Como disse Maria em sua entrevista, “o ser humano tem a capacidade de se reinventar” e, por isso, ao afirmar que as interlocutoras encontraram-se em condição de vítimas, assim como eu já nela estive, não pretendo congelá-las desde suas experiências, mas qualificar a dinâmica de poder presente nos relacionamentos afetivo-sexuais que ocorrem nesta sociedade machista, racista e classista, fortemente desigual. Para tanto, mostrei como as interlocutoras percorreram caminhos para saírem da situação na qual se encontravam. Suas estratégias foram diversas, mas todas passaram por processos, que não foram simples nem lineares, de revisão intensa sobre si e sobre o lugar dos relacionamentos íntimos em suas vidas. Buscaram também uma reestruturação pessoal, de seus projetos e da própria esfera íntima, como parte de processos de *descolonização afetiva* (ZANELLO, 2018).

A partir dessa reflexão, notei que não necessariamente há um “ponto de inflexão” da percepção da mulher que está vivendo uma relação violenta, já que essa compreensão não é rapidamente alcançada, como diante da violência que tira sangue, deixa o olho roxo, impede movimentos, enfim, que machuca e/ou imobiliza fisicamente. Trata-se de um processo, em que a consciência sobre a própria violência vai sendo refinada, contando, inclusive, com momentos em que isso é posto em dúvida, como já explicitado em relação ao *ciclo da violência*. Afinal, o machismo também se atualiza, encontra estratégias sofisticadas de se instalar em relações que, a princípio, aparentam ser equânimes, com potencial de mútuo respeito, com “palavras doces” e carregadas da representação padrão romântica de um “grande amor”.

Além disso, o fato de que os exemplos comumente utilizados sobre a violência nos relacionamentos íntimos muitas vezes não se assemelham àquilo que as mulheres vivem torna mais difícil que elas se percebam enquanto vítimas, principalmente quando são situações menos óbvias e extremas. Adicionalmente, algumas pessoas próximas ou conhecidas, que poderiam compor a *rede de apoio*, podem atrapalhar as vítimas quando reforçam ideias dos

dispositivos amoroso e materno, atribuindo às mulheres a responsabilidade pelo bem-estar do relacionamento.

É importante, portanto, que as pesquisas, as reflexões e as discussões sobre violência em relacionamentos afetivo-sexuais abarquem a todas: negras, indígenas, quilombolas, ciganas, em contexto rural, religiosas, mulheres com deficiência, lésbicas, transgênero, como também aquelas que tiveram acesso a informações privilegiadas por alcançarem alto nível de estudos e renda própria. Ou seja, que os feminismos se aproximem das realidades vividas pelo maior número possível de mulheres e que possa haver contranarrativas que descortinem e combatam o machismo apresentado como suave e inofensivo. Além disso, é necessário entender como o feminismo pode chegar a determinados grupos de mulheres que ainda veem esta pauta como algo distante ou desimportante. Assim como os papéis de gênero que mantêm as mulheres presas em fantasias patriarcalmente idealizadas de felicidade conjugal e perpetuam a violência contra as mulheres, deixando-as cativas do mundo doméstico, da baixa autoestima, da exigência da maternidade e da doação sem fim ao bem-estar alheio. Similarmente, que o Estado também reconheça essa diversidade e possa criar políticas públicas que estejam em sintonia com os diferentes contextos em que as mulheres vivem. O combate urgente ao *femirracídio* e a política de extermínio dos povos negros e indígenas precisa ser detalhadamente conhecida e é necessário que sejam confrontados por todas as formas e em todos os âmbitos da sociedade.

Apesar das interlocutoras terem tido conhecimento prévio sobre a LMP e diversas abordagens relativas aos direitos das mulheres, por meio de conceitos como *gaslighting*, *ciclo da violência*, violência psicológica, violência patrimonial, o fato de terem vivido a situação de violência na esfera íntima lhes trouxe diferentes questionamentos e perspectivas. Isso mostrou que é necessário haver constante fluxo de informações sobre o tema por meio de exemplos variados, fugindo dos casos mais extremos que são divulgados constantemente na mídia e, por vezes, de forma sensacionalista. Além disso, há uma maior naturalização da violência contra certos grupos de mulheres do que outros, como no caso das mulheres negras e indígenas, já que o racismo e o preconceito buscam desumanizá-las cotidianamente (PEREIRA, 2013). Há, ainda, a vergonha e sentimento de menos-valia nos grupos de mulheres que também sofrem violência nas relações íntimas de afeto, mas são tidas como *empoderadas* por terem acesso à educação superior e autonomia financeira.

Também foi ressaltada, por meio da pesquisa, a importância das mulheres estarem inseridas em ambientes que lhes fortaleçam enquanto sujeitas em suas contribuições para o tecido social e comunitário, como formas de emancipação da opressão a que estão submetidas (SEGATO, 2016; RÍOS, 1997, 2001). Assim, é fundamental considerar quais outras formas de articulação social têm se dado para combater a violência contra as mulheres na sociedade fora do âmbito estatal, como, por exemplo, a partir de movimentos sociais e grupos que discutam e debatam essa problemática. Através da *politização do sofrimento*, conceito próximo às ideias de Rita Segato (2003a), é possível ir além da vitimização causada pela violência de gênero.

Como alternativa, a visibilidade sobre como ocorrem as violências deve ocorrer por diferentes meios, incluindo o combate aos estereótipos racistas e machistas contando com rodas de conversa entre mulheres, debates e demandas dos/nos movimentos sociais, o acesso de todos os grupos de mulheres a todos os níveis educacionais, crescente foco na violência contra mulheres no ensino básico e ensino superior, maior divulgação do feminismo aos diversos grupos sociais e de propagandas contra todas as formas de violência contra as mulheres na internet, na televisão, na rádio, em filmes e músicas, debates e palestras em ambientes de trabalho, etc. Ou seja, é necessário constantemente chamar a atenção para essa temática e criar espaços que possibilitem uma educação afetiva (ZANELLO, 2018) feminista, antirracista e que combata as *histórias únicas* sobre a violência e os grupos de mulheres.

Por conseguinte, a popularização de conceitos como *rede de apoio*, *gaslighting*, *ciclo da violência*, *relação abusiva*, entre outros, dentro e fora da internet, tem contribuído para a instrumentalização do debate e do reconhecimento sobre a violência contra as mulheres. Logo, é fundamental nomear as diversas formas de violência para que se possa identificar o problema e, a partir de então, preveni-lo e enfrentá-lo. Há, porém, a necessidade de que essa discussão não se preste a reforçar o próprio machismo ou acabe por simplificar a compreensão sobre o fenômeno, como ocorreu com o conceito de *empoderamento*, por exemplo. A lógica do *empoderamento* passou a ser utilizada, em alguns casos, como uma ferramenta do neoliberalismo para consolidar uma imagem de mulher “bem-sucedida”, que “não se permite ser vítima de nenhuma circunstância nem ninguém” e que isso “só depende dela mesma”, meramente do seu esforço individual. Nesse sentido, a internet e as redes digitais têm tido um importante papel no avanço das pautas relativas aos direitos das mulheres ao tornar mais acessível a publicação de diversos conteúdos para um vasto público, ao passo em que também reproduzem e agravam a lógica individualizante e culpabilizadora das

mesmas em caso de violência, bem como criaram novas formas de violência contra as mulheres.

Ao privilegiar a possibilidade de saída desses contextos violentos, busquei dar visibilidade ao processo de transformação das interlocutoras, em que puderam assumir outras posições em suas vidas e na sociedade ao romperem com os seus antigos relacionamentos. Deste modo, dei ênfase à “luz no fim do túnel”, a esperança à qual muitas mulheres se agarram para buscar forças ao tentarem sair de situações que, por vezes, lhes parecem impossíveis de serem superadas. Contudo, não procurei definir formas pelas quais outras mulheres devem agir, pois o processo de saída dessas situações não pode ser resumido a receituários, já que cada pessoa está inserida em uma realidade e conta com diferentes instrumentos para conseguir lidar com a própria situação. Em alguns casos, as mulheres são mortas tentando ou após a ruptura. Por vezes, buscam outras alternativas. Portanto, não se deve criar, de forma alguma, mais uma *história única* sobre como é possível e acessível a todas as mulheres, da mesma forma, superarem a violência encapsulada na esfera íntima e psicológica a partir dos casos estudados nesta pesquisa. Até porque as histórias de vida das interlocutoras também são singulares, apesar de possuírem algumas características em comum, que foram aqui tratadas com o objetivo de estudar sociologicamente o fenômeno.

Ao mesmo tempo, os homens com quem se relacionaram e foram seus agressores também foram complexificados nos relatos das interlocutoras, mostrando que não existe um protótipo do “homem agressor”, mas sim que diversos homens podem agir de tal maneira, como consequência do machismo e dos *dispositivos de gênero* (ZANELLO, 2018). Portanto, discursos que tendem a enfatizar o “aspecto patológico” dos sujeitos e que tomam determinados casos extremos para passar a ideia de que os agressores são “monstros” acabam por atrapalhar o entendimento sobre o fenômeno, reforçando a noção de que os supostos “homens normais” não agiriam violentamente. Além disso, a diferença entre os homens também deve ser considerada, não criando *histórias únicas* sobre os homens que foram ou são violentos em contextos de relacionamentos íntimos.

A saída do âmbito estritamente doméstico, o contato com ideias, comportamentos e valores que questionam os papéis de gênero atribuídos às mulheres de submissão e conformação, assim como o apoio, tanto de pessoas próximas quanto psicológico e jurídico, foram ferramentas utilizadas pelas interlocutoras para deixarem as situações de violência em que se encontraram. Após a saída, as mulheres passaram a focar em si mesmas, seus projetos,

sua educação, trabalho, momentos de solidão, terapia e outras formas de cuidado consigo mesmas após viverem momentos tão difíceis. Este processo não cessa após o fim imediato dos relacionamentos violentos, mas se prolonga por muitos anos, até porque muitas marcas podem perdurar por bastante tempo. Afinal, o desatar nós é também desatar-nos dessa estrutura patriarcal que coloniza homens e mulheres em socializações, subjetivações e interações violentas.

É neste sentido que, ao escrever esta dissertação, no meu caso, e ao buscar contribuir para a divulgação deste tema, no caso das interlocutoras, uma experiência negativa e desafiadora para mim e para elas pôde ser transformada em autoconhecimento e conhecimento acadêmico, com a esperança de que possa servir também a outras mulheres em situações similares.

BIBLIOGRAFIA

ACTIS, M. F.; CREMONA, M. F.; GARIGLIO, R. Entre el deseo y los sacrificios. El dispositivo del amor romántico en el relato de las mujeres. **De Prácticas y discursos**. Universidad Nacional del Nordeste – Centro de Estudios Sociales, n. 10, 2018. 24 p. Disponível em: <https://revistas.unne.edu.ar/index.php/dpd/article/view/3530>. Acesso em 23/01/2023.

ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo de uma história única**. Tradução por: Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, T. M. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. **Dossiê – Gêneros e feminismo(s): novas perspectivas teóricas e caminhos sociais**. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 29, n. 2, 2014, p. 329-340. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/02.pdf>. Acesso em: 24/01/2023.

_____. A violência contra alunas: currículo oculto nos ambientes universitários. **Poéticas feministas descoloniales desde el sur**. Karina Bidaseca (org.), 2018, p. 205-239. 1ª ed, Buenos Aires: Red de Pensamiento Decolonial. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326020076_Poeticas_de_los_feminismos_descoloniales_desde_el_sur. Acesso em 24/01/2023.

_____. A importância da perspectiva de gênero e o enfrentamento à violência contra às mulheres. **Gênero em perspectiva**. Curitiba: CRV, 2020, v. 1, p. 41-55. Larissa Ferreira. (Org.)

_____; Zanello, Valeska. Visões sobre a violência contra as mulheres nas universidades: uma introdução à problemática no Brasil e na América Latina. **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. ALMEIDA; ZANELLO (orgs). Brasília: OAB Editora, 2022. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#>. Acesso em 23/01/2023.

ANGELOU, Maya. Ainda assim eu me levanto. **Portal Gelédes**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/maya-angelou-ainda-assim-eu-me-levanto/>. Acesso em 24/01/2023.

ASSUNÇÃO, Wanessa Marinho. Violência contra mulheres no Brasil e a invisibilidade das mulheres rurais. Trabalho apresentado ao Departamento de Ciências Sociais para conclusão de graduação na Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2019. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/violencia-contra-mulheres-no-brasil-e-a-invisibilidade-das-mulheres-rurais-332.pdf>. Acesso em 24/01/2023.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. Mulheres e violências – **Interseccionalidades**. STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E.; PORTELA, C. (orgs). Brasília: Technopolitik, 2017. 629 p. Disponível em:

https://media.wix.com/ugd/2ee9da_7655fb848516489fa7634659ebf497f2.pdf. Acesso em: 24/01/2023.

BERTHO, Helena. Revolucionária em vários sentidos: a história da Lei Maria da Penha. **AzMina**, Publicação em: 07/08/2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/revolucionaria-em-varios-sentidos-a-historia-da-lei-maria-da-penha/>. Acesso em: 24/01/2023.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica. Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRANDÃO, Ana M. Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. **Revista Configurações**, nº 3, 2007. 31 p. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9630/3/Entre%20a%20Vida%20Vivida%20%282%29.pdf>. Acesso em: 23/01/2023.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em 24/01/2023.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em 24/01/2023.

BRASIL. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 24/01/2023.

BRASIL, Katia T.; FERREIRA, Lorryne A. A.; LISNIEWSKI, Simone A.; ALMEIDA, Tania M. C.; GANEM, Valérie. **Mudança de rumo: meninas da periferia e a experiência universitária**. p. 175-199. *Psicanálise e trabalho: ser e sofrer no trabalho contemporâneo* / Carla Antloga, Maria Liliane Gomes dos Santos, Renata Garutti Rossafa (orgs.) – Curitiba : CRV, 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 24/01/2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.104**, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 24/01/2023.

BRASIL. Pandemia afetou mais o trabalho de mulheres, jovens e negros. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Publicação: 12/05/2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2012-pandemia-afetou-mais-o-trabalho-de-mulheres-jovens-e-negros?highlight=WyJtZXJjYWVvIiwJ21lcmNhZG8iLCJtZXJjYWVvJyJd>. Acesso em 24/01/2023.

BRASIL. Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro**, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em 24/01/2023.

BRASIL. STF proíbe uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio. **Superior Tribunal Federal**. Publicação: 26/02/2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462336&ori=1>. Acesso em: 24/01/2023.

BRASIL. **Violência doméstica durante a pandemia de covid-19. Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em 24/01/2023.

BUENO, S.; LIMA, R. S. (orgs.). **Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil**, 2ª ed. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto de Pesquisa Datafolha**: 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em: 24/01/2023.

_____; MARTINS, J.; PIMENTEL, A.; LAGRECA, A.; BARROS, B.; LIMA, R. S. (orgs.). **Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil**. 3ª ed. 2021. Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto de Pesquisa Datafolha. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 24/01/2023.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo – Crítica da violência ética**. Rogério Bettoni (trad.). 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

_____. **Marcos de guerra: Las vidas lloradas**. Buenos Aires: Paidós, 2010.

_____; SPIVAK, Gayatri C. **Quem canta o Estado-nação? Língua, política e pertencimento**. Brasília: UnB, 2018.

CARDOZO, Gleidismara dos Santos. **Uma gaiola de ouro: violência conjugal contra mulheres das camadas médias de Florianópolis**. Tese apresentada no Curso de Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Programa de Pós-graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

CARDOZO; Alessandra *et al.* **A conta do desmonte – Balanço do orçamento geral da União**. INESC, 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrcamento2021-Inesc-1.pdf>. Acesso em 24/01/2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em 24/01/2023.

_____. **Mulher negra**. Cadernos Gelédes. São Paulo: 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>. Acesso em 24/01/2023.

CARVAJAL, Julieta E. P. **Para descolonizar el feminismo – 1942** Entronque patriarcal y Feminismo Comunitario de Abya Yala. La Paz: Feminismo Comunitario de Abya Yala, 2020.

_____. **Hilando fino – Desde o feminismo comunitario**. Pindorama – Brasil. Traduzido por: Bárbara Martins, Bruna Mendes e Juliana Luz. São Paulo: E TTxihi, 2022.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O nativo relativo. **Revista Mana**, vol. 8, n. 1. p. 113-148, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/ZcqxhxqhZk9936mxW5GRrhq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24/01/2023.

CAVICCIOLI, Giorgia. 5 anos do impeachment: entenda o papel do machismo no processo contra Dilma Rousseff. **Brasil de Fato**. São Paulo, publicado em: 17/04/2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/17/5-anos-do-impeachment-entenda-o-papel-do-machismo-no-processo-contradilma-rousseff>. Acesso em 24/01/2023.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da violência**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 24/01/2023.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da violência**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf. Acesso em: 24/01/2023.

CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana; MARTINS, Ana Paula A.; JUNIOR, Jony P. **Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3538/1/td_2048.pdf. Acesso em 24/01/2023.

COLLINS, Patricia. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1ª ed. Tradução por: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1ª ed. Traduzido por: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Joana S.; BARBOSA, Ana Luisa N. H.; HECKSHER, Marcos. **Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da covid-19**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10786/1/td_2684.pdf. Acesso em 24/01/2023.

CREMONA, M. F.; ACTIS, M. F.; ROSALES, M. B. **Representaciones del cuerpo femenino en el discurso mediático: la experiencia del Observatorio de Medios, Comunicación y Género**. X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2013. 15 p. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-038/717.pdf>. Acesso em: 24/01/2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEBERT, Guita G. **Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral**. Cardoso, Ruth (org). Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1055165/mod_folder/content/0/CARDOSO%2C%20Ruth.%20A%20Aventura%20Antropol%C3%B3gica%20%5Blivro%20completo%5D.pdf?force_download=1. Acesso em: 23/01/2023.

DIOS, Vanessa Canabarro. **A palavra da mulher: práticas de produção de verdade nos serviços de aborto legal no Brasil**. 2016. 106 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21464>. Acesso em 24/01/2023.

DISTRITO FEDERAL. **Casa da Mulher Brasileira**. Secretaria de Estado da Mulher. Disponível em: <https://www.mulher.df.gov.br/casa-da-mulher-brasileira/>. Acesso em 24/01/2023.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. Em decisão inédita, STJ valida aplicação da Lei Maria da Penha para mulheres trans. Brasília, **TV Globo**. Publicação: 05/04/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/05/em-decisao-inedita-stj-valida-aplicacao-da-lei-maria-da-penha-para-mulheres-trans.ghtml>. Acesso em 24/01/2023.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEGHALI, Jandira; CAMPOS, Carmen Hein. Tribunais desprotegem mulheres com conceito reduzido de ‘violência baseada no gênero’. Critérios exigidos não estão previstos na Lei Maria da Penha e violam o direito de proteção e de acesso das mulheres à justiça. **Revista Carta Capital**. Publicação: 24/11/2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaofrente-ampla/tribunais-desprotegem-mulheres-com-conceito-reduzido-de-violencia-baseada-no-genero/>. Acesso em 24/01/2023.

FERNANDES, Tainah. O que é, como enfrentar e como sair do ciclo da violência. **Agência Patrícia Galvão**. Publicação: 10/12/2018. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/o-que-e-como-enfrentar-e-como-sair-do-ciclo-da-violencia/>. Acesso em: 24/01/2023.

FERREIRA, Helder. Deputadas criticam corte de recursos para combate à violência contra a mulher. **Agência Câmara de Notícias**. Publicação: 06/02/2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/635067-deputadas-criticam-corte-de-recursos-para-combate-a-violencia-contr-a-mulher/>. Acesso em 24/01/2023.

FERREIRA, Leticia. Violência sexual: o que é e o que fazer? **AzMina**. Publicação: 01/09/2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/violencia-sexual-o-que-e-e-o-que-fazer/>. Acesso em 24/01/2023.

GANZAROLLI, M. Palestra “Teorias de gênero: noções. Marcadores sociais da diferença” conferida no curso online do **Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, 2019. Disponível em: <https://ibccrim.org.br/noticias/exibir/110>. Acesso em: 24/01/2023.

GAULEJAC, Vincent. O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. Tradução: Norma Missae Takeuti. **Revista Cronos**, v. 5/6, nº 1/2. Natal, 2005, p. 59-77. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3233/2623>. Acesso em: 24/01/2023.

GOMES, Ana Beatriz. Mulher trans, Lei Maria da Penha e feminicídio. **Consultor Jurídico**. Publicação: 13/04/2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-abr-13/ana-beatriz-gomes-mulher-trans-lei-maria-penha-feminicidio>. Acesso em: 24/01/2023.

GOMES, Nilma L.; SILVA, Paulo V. S.; BRITO, José E. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 42. Campinas, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 24/01/2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Flávio Rios e Márcia Lima (orgs.) 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSSI, Miriam Pillar. **Na busca do outro encontra-se a si mesmo**. Trabalho de campo e subjetividade. Florianópolis: Editora Claudia Lago, 1992. Disponível em: <https://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar7.pdf>. Acesso em: 24/01/2023.

GUIMARÃES, Maisa Campos; ZANELLO, Valeska. Enciumar(-se), experiência feminina?: dilemas narcísicos sob a ótica interseccional de gênero. **Revista de Psicologia**, v. 40, n. 2, p. 1133-1174, 4 jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.18800/psico.202202.018>. Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/psicologia/article/view/25511/24045>. Acesso em: 24/01/2023.

HOOKS, bell. **Communion: the female search for love**. 1st ed. New York: HarperCollins Publishers, Perennial, 2003. 244 p.

_____. **The will to change**. Men, masculinity and love. Nova Iorque: Washington Square Press, 2005. 1ª ed.

_____. Vivendo de amor. **Portal Geledes**, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em 24/01/2023.

_____. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Tradução: Bhuvi Libanio. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

_____. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. Tradução: Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

_____. **A gente é da hora: homens negros e masculinidade**. Tradução: Vinícius da Silva. São Paulo: Elefante, 2022.

ILLOUZ, Eva. **Amor nos tempos do capitalismo**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Percepções da população brasileira sobre feminicídio**. 2021. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2021/12/InstitutoPatriciGalvaoLocomotiva_PercepcoessobreFeminicidioVersaoFinal.pdf. Acesso em 24/01/2023.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Feminicídio**. 2016. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/>. Acesso em 24/01/2023.

KOFES, Maria S. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas: Ed. Mercado das Letras, 2001.

LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**. São Paulo: Planeta, 2017.

MACHADO, Leandro; MORI, Letícia. Caso Mariana Ferrer: desmerecer a vítima é comum em casos de estupro, relatam advogados. **BBC News Brasil**. São Paulo: 4/11/2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54803352>. Acesso em 24/01/2023.

MARQUES, Marília. CPI do Femicídio: mulheres negras e de baixa renda são maioria das vítimas no DF, aponta relatório. **G1**. Publicação: 03/05/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/05/03/cpi-do-femicidio-mulheres-negras-e-de-baixa-renda-sao-maioria-das-vitimas-no-df-aponta-relatorio.ghtml>. Acesso em 24/01/2023.

MORAES, Camila. A fúria cômica das redes contra o “bela, recatada e do lar”. **El País Brasil**. Publicação: 23/04/2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/20/politica/1461175399_885009.html. Acesso em 24/01/2023.

_____. #MeuAmigoSecreto, nova investida feminina contra o machismo velado. **El País Brasil**. Publicação: 26/11/2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/25/politica/1448451683_866934.html. Acesso em 24/01/2023.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Feminismos, epistemologia feminista e história das mulheres: leituras cruzadas. **Revista OPSIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 316-329, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288658870_Feminismos_epistemologia_feminista_e_Historia_das_Mulheres_leituras_cruzadas. Acesso em 24/01/2023.

MURTA, Sheila G.; Parada, Priscila de O. Término de relacionamentos íntimos violentos: uma revisão da literatura. **Psicologia USP**, São Paulo, vol. 32, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/202612>. Acesso em 23/01/2023.

NASCIMENTO, Tatiana. Poesia no Instagram.

NATALE, Raquelli. Femirracídio no Brasil. **Discurso & Sociedade**, vol. 13, n. 2, p. 262-283. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v13n02/D&S13\(2\)Natale.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v13n02/D&S13(2)Natale.pdf). Acesso em 24/01/2023.

OLIVEIRA, RICARDO. Indígenas recorrem ao STF contra genocídio institucionalizado pelo governo. **Rede Brasil Atual**, 02/07/2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/07/indigenas-recorrem-ao-stf-contra-genocidio-institucionalizado-pelo-governo/>. Acesso em: 24/01/2023.

ONU MULHERES. “As escolas têm que pautar a questão da violência contra as mulheres indígenas”, diz Braulina Baniwa no Dia Laranja. Publicação em: 25/04/2017. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/as-escolas-tem-que-pautar-a-questao-da-violencia-contra-as-mulheres-indigenas-diz-braulina-baniwa-no-dia-laranja/>. Acesso em 24/01/2023.

OXFAM BRASIL. “Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”. 2020. Disponível em:

<https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf> Último acesso em: 24/01/2023.

PEDROSA, Mariana; ZANELLO, Valeska. Xingamentos e violência psicológica: análise psicodinâmica dos papéis sociais de gênero em relações violentas. **Direitos Humanos das Mulheres: Múltiplos olhares**. TAVARES; ESTABILE; CARVALHO (orgs). Goiânia: Gráfica UFG, 2016, p. 133-152.

PEREIRA, Bruna C. J. **Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras**. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13490>. Acesso em 24/01/2023.

_____. **Dengos e zangas das mulheres-moringa: vivências afetivo-sexuais de mulheres negras**. 2019. 306 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36124>. Acesso em 24/01/2023.

_____. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, 2021, v. 21, n. 3, 445–454. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/40551>. Acesso em 24/01/2023.

PISCITELLI, Adriana. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. **Cadernos Pagu**, nº 1, 2005, p. 150-200. Campinas: UNICAMP. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1683>. Acesso em: 24/01/2023.

RAMOS, Ana Luisa S. **Violência psicológica contra a mulher: dano emocional e aspectos criminais**. Atualizada conforme a Lei n. 14.188/21. 3ª ed. Florianópolis: Emais, 2022.

RAMOS, Raphaela. ONG brasileira denuncia à ONU ‘extermínio do povo negro’ na pandemia. **O GLOBO**, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ong-brasileira-denuncia-onu-extermínio-do-povo-negro-na-pandemia-24861847>. Acesso em: 24/01/2023.

REIF, Laura. Você não está louca! Entenda como funciona o *gaslighting* – O abuso pode acontecer de maneira sutil e pode ser difícil se libertar do abusador. **AzMina**. Publicação em: 03/07/2019. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/voce-nao-esta-louca-entenda-como-funciona-o-gaslighting>. Acesso em: 24/01/2023.

_____. Macho palestrinha: entenda o que é o *mansplaining* e o *manterrupting*. Estudos mostram que, em geral, mulheres tendem a ter suas falas mais interrompidas do que os homens. **AzMina**. Publicação em: 21/08/2019. Disponível em:

<https://azmina.com.br/reportagens/mansplaining-e-manterrupting-o-que-e-e-de-onde-vem-os-termos/>. Acesso em 24/01/2021.

_____. Violência patrimonial: o que é, como ocorre, como denunciar. O controle do dinheiro da mulher é um tipo de violência doméstica prevista na Lei Maria da Penha. **AzMina**. Publicação em: 07/08/2019. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/violencia-patrimonial-o-que-e-como-ocorre-e-como-denunciar/>. Acesso em 24/01/2023.

RIBEIRO, Maria. Pra gente não funciona – Mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha. **AzMina**, 2019, 1 vídeo (4 min 59 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sGbElqZpONQ>. Acesso em: 21/01/2023.

RIBEIRO, Stephanie. Feminismo: um longo caminho à frente. Gallego, Esther S. (org.) **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

RÍOS, Marcela Lagarde y de los. **Claves feministas para el poderio y la autonomia de las mujeres**. Sevilla: Puntos de encuentro, 1999.

_____. **Claves feministas para la autoestima de las mujeres**. Madrid: horas y HORAS, 2001. 2ª ed.

ROSSI, Marina. A misoginia do governo Bolsonaro vai parar na Justiça. **El País Brasil**. Publicação: 11/08/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-12/a-misoginia-do-governo-bolsonaro-vai-parar-na-justica.html>. Acesso em 24/01/2023.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 16. 2001, p.115-136. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhkL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24/01/2023.

SANTIAGO, Viviana. *Maid*: A dor tem que ser branca para comover o Brasil. Surpreende que o país seja indiferente a tudo que vivem as domésticas negras. **AzMina**. Publicação: 01/12/2021. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/maid-a-dor-que-tem-que-ser-branca-para-comover-o-brasil/>. Acesso em 24/01/2023.

SANTOS, Sales A. Coquetel de violências contra estudantes universitárias temperado com doses de racismo. **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. ALMEIDA; ZANELLO (orgs). Brasília: OAB Editora, 2022. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#>. Acesso em 24/01/2023.

SARAIVA, Ana Livia R. **Reestruturação universitária e inclusão na Universidade de Brasília: a experiência do REUNI Indígena**. Trabalho apresentado ao Departamento de Antropologia para conclusão de graduação na Universidade de Brasília. Brasília, 2014. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/10036/1/2014_AnaL%C3%ADviaRolimSaraiva.pdf.

Acesso em 24/01/2023.

SEGATO, Rita. L. Las estructuras elementales de la violencia. 1ª ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003a. Disponível em: <<https://redmovimientos.mx/wp-content/uploads/2020/04/Segato-Rita.-Las-Estructuras-elementales-de-la-violencia-comprimido.pdf>>. Acesso em: 24/01/2023.

_____. La argamasa jerárquica: violencia moral, reproducción del mundo y la eficacia simbólica del derecho. **Série Antropologia**, ed. 332. Brasília: Universidade de Brasília, 2003b. Disponível em: <http://www.elsolardelasartes.com.ar/pdf/629.pdf>. Acesso em 24/01/2023.

_____. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Revista Mana**, vol. 12 nº 1. Rio de Janeiro: 2006, p. 207-236. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a08v12n1.pdf>. Acesso em: 24/01/2023.

_____. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Sociedade e Estado**, vol. 29, nº2. Brasília: 2014, p. 341-371. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200003&lng=es&tlng=es. Acesso em: 24/01/2023.

_____. **La guerra contra las mujeres**. 1ª ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. Disponível em: https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45_segato_web.pdf. Acesso em: 24/01/2023.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de. Conte-me sua história: reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, 2007, p. 25-35. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6224/3816>. Acesso em: 24/01/2023.

SILVA, Bárbara G. C. **A violência conjugal contra mulheres das classes médias do município de São Paulo**. Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. 124 p. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13112007-105647/publico/DISSERTA_CAO_BARBARA_G_R_SOARES_SILVA.pdf. Acesso em: 24/01/2023.

SILVA, Ivana Amorim da S. Femicídios negros na literatura e na sociedade brasileiras: a necropolítica reverberada em mortes motivadas por raça e cultura. **Nau literária: crítica e teoria da literatura em língua portuguesa**, vol. 6. n. 2, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/55619/Downloads/105879-Texto%20do%20artigo-434471-1-10-20200729%20(2).pdf. Acesso em 24/01/2023.

SOUSA, Fernanda K. M. Narrativas sobre relacionamentos abusivos e mudanças de sensibilidades do que é violência. 2017. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisVI/GT_13/Fernanda_Sousa_GT13.pdf. Acesso em: 24/01/2023.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

STF proíbe uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio. **Supremo Tribunal Federal**, 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462336&ori=1>. Acesso em 24/01/2023.

STRASSACAPA, Juliana. Triste, louca ou má. Banda Francisco el Hombre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IKmYTHgBNoE>. Acesso em 24/01/2023.

SUAVE, Mirian Pereira; NEVES, Josélia Gomes. Violações encobertas: as múltiplas faces da violência contra as mulheres camponesas. Município de Santa Luzia D'Oeste –RO. **Revista Presença Geográfica**, vol. 07, n. 02. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/5580>. Acesso em 25/01/2023.

TIMM, Flávia B.; PEREIRA, Ondina P. **O eu do amor**. Curitiba: Appris, 2020.

TIMM, Flávia B.; PEREIRA, Ondina P.; GONTIJO, Daniela C. Psicologia, violência contra as mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Psicologia Política**, Vol. 11, nº 22, p. 247-259. Jul-Dez 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v11n22/v11n22a05.pdf>. Acesso em 23/01/2023.

TOZZE, Humberto. “Invisíveis aos olhos”, feminicídio de mulheres indígenas escancaram um Brasil negligente. **Revista Marie Claire**. Publicação: 25/08/2021. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2021/08/invisivel-aos-olhos-femicidios-de-indigenas-escancaram-um-brasil-negligente.html>. Acesso em 24/01/2023.

UNIFEM. **Quem responde às mulheres – Gênero e Responsabilização. Progresso das Mulheres do Mundo**. 2008/2009. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Portuguese-POWW-2008-indd.pdf>. Acesso em: 24/01/2023.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. Zahar: Rio de Janeiro, 2004.

VIEIRA, Nanah S.; ALMEIDA, Tânia M. C. Reescrevendo histórias e inscrevendo-se no território acadêmico: as indígenas mulheres frente à violência nas universidades brasileiras. **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. ALMEIDA; ZANELLO (orgs). Brasília: OAB Editora, 2022. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#>. Acesso em 24/01/2023.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44. Campinas, 2014, p. 203-220. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 24/01/2023.

ZANELLO, Valeska.; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto S. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal – Revista de Psicologia**, vol. 27, n. 3, 2015, p. 238-246. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n3/1984-0292-fractal-27-3-0238.pdf> Acesso em: 23/01/2023.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018. 301 p.

_____. Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “casa dos homens”: um estudo sobre os grupos de whatsapp masculinos no Brasil. 2020. Larissa Ferreira. (Org.). **Gênero em Perspectiva**. Curitiba: CRV, 2020, v. 1, p. 41-56. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1OChKr6mTPFDsA0w7EhwgLd0UFrCNLPMF/view>. Acesso em: 24/01/2023.

_____; ANTLOGA, Carla; PFEIFFER-FLORES, Eileen; RICHWIN, Iara Flor. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 2. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/86991>. Acesso em 24/01/2023.

Anexo I – Roteiro das entrevistas

- 1- Começar lendo o título da pesquisa e o termo de compromisso de não divulgar a gravação;
- 2- Falar que a pessoa pode parar a qualquer momento, caso se sinta desconfortável;
- 3- Depois perguntar sobre o nome que a pessoa quer utilizar./ Perguntar se há um porquê desse nome;
- 4- Confirmar que o término da relação se deu há pelo menos dois anos;
- 5- Idade;
- 6- Cidade de origem;
- 7- Onde mora atualmente;
- 8- Curso superior/Faculdade – ano de conclusão ou se ainda cursa;
- 9- Na sequência perguntar sobre raça/cor e etnia que a pessoa se autodeclara;
- 10- Perguntar a renda mensal²⁸
 - a- acima de 20 salários mínimos (R\$ 24.249,01 ou mais)
 - b- de 10 a 20 salários mínimos (R\$ 12.120,01 a R\$ 24.240,00)
 - c- de 4 a 10 salários mínimos (R\$ 4.848,01 a R\$ 12.120,00)
 - d- de 2 a 4 salários mínimos (R\$ 2.424,01 a R\$ 4.848,00)
 - e- até 2 salários mínimos (Até R\$ 2.424,00)

²⁸ Os aumentos periódicos tornam este valor de referência defasado atualmente, considerando que as entrevistas foram realizadas entre o período de agosto de 2021 e janeiro de 2022.

11- Temas:

1) Vida antes da relação afetivo-sexual violenta; 2) Como começou o relacionamento em questão; 3) Quem era/m o/s agressores com quem se relacionaram? 4) Como a violência iniciou e como foi percebendo que estava em uma relação desse tipo; 5) Quais foram as violências sofridas; 6) Como se deu o processo de ruptura dessa relação, as dificuldades e as facilidades encontradas; 7) Vida após o rompimento.

12- Perguntar se a mulher acha que a/s violência/s sofrida/s teve/tiveram a ver com a raça/cor e/ou etnia.

13- Perguntar se a mulher acha que a/s violência/s sofrida/s teve/tiveram a ver com a sua situação econômica.

14- Perguntar sobre a Lei Maria da Penha e a Internet.

15- Por último, explicar que farei um resumo dos principais pontos abordados na entrevista e que marcaremos mais um encontro para conferir se o que eu entendi de fato foi o que ela disse. Explicar que o segundo encontro também será gravado.

Anexo II – Roteiro do 2º encontro

1- Perguntar como a interlocutora se sentiu após a entrevista;

2- Ler a síntese compartilhando a tela do computador e comentar sobre os aspectos que forem necessários.